

ESTUDOS SOBRE A PROTEÇÃO DO ESTADO AOS DIREITOS DO EMPREGADO

Ana Maria de Souza

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Direito da
Universidade Federal de Santa Catarina como requisito à obtenção do título de
Mestre em Ciências Humanas – especialidade Direito

Orientador: Professor Doutor **Moacyr Motta da Silva**

Florianópolis

1999

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

A dissertação **Estudos sobre a proteção do Estado aos direitos do empregado**

elaborada por ANA MARIA DE SOUZA

e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, foi julgada adequada para a obtenção do título de MESTRE EM DIREITO

Florianópolis, 30 de julho de 1999.

BANCA EXAMINADORA:

Professor Dr. Moacyr Motta da Silva - Presidente

Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira

Professora Dr^a Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira

Josecleto Costa de Almeida Pereira

Professor Msc. Josecleto Costa de Almeida Pereira

Professor Orientador:

Professor Dr. Moacyr Motta da Silva

Moacyr Motta da Silva

Coordenador do Curso:

Professor Dr. Ubaldo Cesar Balthazar

Ubaldo Cesar Balthazar

A Etelvino Baron pelo companheirismo, ao Professor Moacyr Motta da Silva pela paciência e ao Professor Orides Mezzaroba pela generosidade, aos quais expresso o meu profundo afeto e reconhecimento e dedico o presente trabalho.

RESUMO

Dos estudos ora desenvolvidos, do ponto de vista bibliográfico, procura-se demonstrar que a proteção do Estado aos direitos do empregado faz parte das discussões atuais sobre a não intervenção estatal nas relações de trabalho.

Considera-se que Estado é uma instituição da sociedade e que sua conformação moderna expressou-se no poder monárquico absolutista, para em seguida submeter-se a uma ordem legal, limitando sua atuação à manutenção da ordem, à proteção da propriedade e à liberdade individual.

Pretende-se evidenciar que a orientação liberal e o predomínio do individualismo causaram enorme desequilíbrio social, com a exploração do trabalhador pela classe detentora dos meios de produção. Essa situação exige a intervenção estatal, ocorrendo assim a gênese do direito do trabalho. A evolução dessa atuação faz surgir o Estado contemporâneo, cujo marco inicial é a Constituição do México de 1917, a primeira do mundo a prever direitos dos trabalhadores.

Através das pesquisas realizadas depreende-se que, no Brasil, a proteção dos direitos dos trabalhadores surgiu no início deste século e evoluiu no direito positivo até chegar ao constitucionalismo social. Contudo, atualmente, ante a inúmeros fenômenos, busca-se a supressão ou diminuição da proteção constitucional e infraconstitucional aos direitos sociais, sobretudo, aos direitos do empregado.

Nesta dissertação busca-se revelar que tal tendência compromete a função social do Estado, sendo necessária a implementação de normas legislativas de natureza protetiva que visem à consolidação da justiça social para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

ABSTRACT

On the basis of bibliographical studies now being carried on, an attempt is made to demonstrate that State protection to employee rights is part of current debates about the State non intervention in job relations.

State is regarded as an institution of society, its modern framework having been first expressed in the absolutist monarchic power and then subjected to a legal order, limiting its actions to order keeping, propriety protection and individual freedom safeguard.

A claim is made to show that the liberal trend and the predominance of individualism have brought about huge social imbalances with the exploitation of the working class by the holding class of the means of production. This situation demands State intervention, which gives birth to job right. The evolvement of this action gives rise to contemporary State, its starting landmark being the 1917 Mexican Constitution, the first worldwide to anticipate the rights of the workers.

Researches so far carried out allow the conclusion that, in Brazil, the protection of the rights of the workers came forth at the beginning of this century and progressed into positive right and forward up to social constitutionalism. Presently, however, because of countless phenomenons, there is a tendency to abolish or reduce the constitutional and infraconstitutional protection of social rights, and above all, of the rights of the employee.

This study attempts to show that such a tendency jeopardizes the social function of the State, asserting the necessity of establishing legislative rules of protective nature that aim at consolidation social justice for the construction of a free, just and solidary society, one of the fundamental objectives of the Federative Republic of Brazil.

SUMÁRIO

RESUMO	IV
ABSTRACT	V
SUMÁRIO	VI
INTRODUÇÃO.....	8
1. BREVES CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS ACERCA DA GÊNESE DO ESTADO E SUA EVOLUÇÃO	11
1.1 Aspectos sobre a gênese do Estado	11
1.2 Uma idéia abstrata e geral do Estado	13
1.3. O processo de desenvolvimento do Estado	19
1.3.1 O Estado moderno - primeira fase	21
1.3.2 O Estado moderno - segunda fase	24
1.4 O Estado contemporâneo e seus antecedentes	27
1.4.1 O Estado contemporâneo e os direitos sociais.....	31
1.5 Função social do Estado.....	39
2. OS DIREITOS DO EMPREGADO E SEUS ANTECEDENTES HISTÓRICOS - A GÊNESE DO DIREITO DO TRABALHO.....	44
2.1 A gênese comum do direito do trabalho e dos direitos do empregado.....	44
2.2 Breve evolução histórica da prestação laboral.....	46
2.2.1 A escravidão	46
2.2.2 A servidão	50
2.2.3 As corporações de ofício	51
2.2.4 A Revolução Industrial e a classe trabalhadora	54
2.2.5 A questão social.....	60
2.2.6 O empregado, o empregador e o contrato de trabalho - apontamentos conceituais	63
2.2.7 Alguns marcos legislativos responsáveis pela gênese e consolidação do direito do trabalho	65

3. O ESTADO BRASILEIRO E A PROTEÇÃO LEGISLATIVA DOS DIREITOS DO EMPREGADO	72
3.1 A proteção dos direitos do empregado, as constituições brasileiras e a legislação infraconstitucional.....	72
3.1.1 A Constituição de 1824 e o período imperial.....	73
3.1.2 A República, a Constituição de 1891, a consolidação do direito do trabalho e dos direitos do empregado no Brasil	74
3.1.3 A Constituição de 1934 e os ideais sociais-democráticos.....	78
3.1.4 A Constituição de 1937 e a intervenção do Estado nas relações laborais	80
3.1.5 A Consolidação das Leis do Trabalho.....	82
3.1.6 A Constituição de 1946 e o retorno ao ideal social-democrático.....	84
3.1.7 A Constituição da República Federativa do Brasil de 1967 e a nova ordem institucional.....	87
3.2 A Constituição Federal de 1988, os direitos sociais e o constitucionalismo social	90
3.2.1 A Constituição Federal de 1988 e a proteção aos direitos do empregado	93
3.2.2 Críticas ao caráter constitucional dos direitos sociais e a conseqüente proteção aos direitos do empregado	95
3.2.3 O reconhecimento dos direitos do homem e da cidadania	97
3.2.4 A proteção constitucional dos direitos do empregado como forma de expressão da cidadania	100
4. A FUNÇÃO SOCIAL DO ESTADO E A PROTEÇÃO LEGISLATIVA AOS DIREITOS DO EMPREGADO.....	102
4.1 Considerações iniciais	102
4.2 Os direitos sociais frente ao neoliberalismo e à globalização.....	103
4.3 A flexibilização normativa dos direitos do empregado.....	109
4.4 A atuação sindical em face da supressão dos direitos sociais	115
4.5 Desemprego – antinomia à cidadania.....	117
4.6 A implementação dos direitos sociais.....	120
CONCLUSÃO	124
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	127

INTRODUÇÃO

A proteção do Estado aos direitos do empregado é um dos temas mais relevantes da atual conjuntura nacional.

No presente estudo tal tema será abordado através de uma análise crítica e sem a preocupação de serem esgotados os acontecimentos históricos e a legislação pertinente.

Com a exposição ilustrativa de ambos, busca-se demonstrar que no Brasil, e neste momento histórico, existe uma tendência à desconstitucionalização dos direitos sociais.

O objeto desta dissertação diz respeito a uma reflexão crítica sobre a proteção do Estado aos direitos do empregado.

Seu objetivo institucional é a obtenção do título de mestre, conforme as normas do Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina.

Em relação às atividades de pesquisa, tem como objetivo geral demonstrar, no ângulo teórico, que o Estado deve continuar tutelando os direitos do empregado, intervindo diretamente através de normas de natureza protetiva.

Seus objetivos específicos são examinar, do ponto de vista histórico, o surgimento do Estado e do direito do trabalho, em razão da necessidade de intervenção estatal nas relações laborais, como forma de diminuir as injustiças sociais.

Demonstrar que, em face da intervenção do Estado no domínio político, econômico e social, desde o século XIX até o presente, espera-se a diminuição das conseqüências sociais oriundas da luta capital e trabalho.

E, examinar, do ponto de vista teórico, as normas que tutelam os direitos do empregado em face da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a tendência legislativa no país. Pelo mesmo critério metodológico, pesquisar a tendência do caráter protecionista.

A proteção estatal, via legislativa, aos direitos do empregado é uma forma de intervenção nas relações laborais, ou seja, é o Estado tentando minorar as conseqüências da hegemonia de uma classe, o capital sobre outra, o trabalho. Tal intervenção, via legislativa, e sobretudo constitucional, visa, em síntese, a realizar a justiça social, através de ações que atinjam todas as classes sociais, pois o Estado contemporâneo deve ter como objetivo a justiça social.

Sob esse fundamento, o trabalho humano merece destaque especial, pois de suas condições de acesso, prestação digna e retribuição justa, depende a efetivação da justiça social no Estado contemporâneo.

Neste estudo, adota-se o método de abordagem indutivo, pois através do estudo de acontecimentos históricos, normas estatais e as tendências da atual legislação, busca-se a formulação de uma conclusão geral.

Esta dissertação é dividida em quatro capítulos.

O primeiro é dedicado à gênese, ao conceito e ao processo de desenvolvimento e à função social do Estado.

O segundo capítulo trata dos antecedentes históricos dos direitos do empregado, da gênese do direito do trabalho, do histórico da prestação laboral, culminando com a questão social e a proteção legislativa dos direitos do empregado em alguns países.

O terceiro capítulo é dedicado à proteção legislativa dos direitos do empregado no Brasil, em todas as Constituições, seja a do Império ou as da República, e na legislação infraconstitucional. Trata do constitucionalismo social e da imbricação entre direitos sociais, sobretudo os direitos do empregado e o exercício da cidadania.

O quarto capítulo enfatiza que é função social do Estado, através da proteção constitucional, tutelar os direitos do empregado. Menciona e reflete sobre ocorrência de fenômenos recentes, ou seja, o neoliberalismo, a globalização, a flexibilização de normas que asseguram direitos do empregado, a inércia do movimento sindical frente ao desemprego e ao subemprego e a urgência da implementação dos direitos sociais.

Os conceitos operacionais utilizados nesta dissertação serão

apresentados ao longo do texto, de acordo com o desenvolvimento dos capítulos e a pertinência dos mesmos.

Das obras indicadas nas referências bibliográficas, nem todas são citadas no decorrer do texto. Contudo, sua leitura fez parte da pesquisa ao possibilitar a busca de novas fontes e, o mais importante, a delimitação do tema a seguir desenvolvido.

E, finalmente, a aprovação desta dissertação não indica a adesão ou concordância, total ou parcial, do professor-orientador Dr. Moacyr Motta da Silva, dos demais professores que integram a banca examinadora e do Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina pelas idéias expostas.

1. BREVES CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS ACERCA DA GÊNESE DO ESTADO E SUA EVOLUÇÃO

1.1 Aspectos sobre a gênese do Estado

Em princípio, toda criação comporta limites.

Para o presente estudo, tem-se que o Estado constitui-se pela organização político-jurídica da sociedade, através de instituições, entre elas governo autônomo, e que possui território.

Na lição de Joseph R. STRAYER¹, um indivíduo, ao longo de sua existência, pode prescindir de convivência familiar, residência fixa, práticas religiosas, todavia, sem o Estado ele não é ninguém. Não há quem lhe conceda garantias e direitos. Não será cidadão.

A origem etimológica do termo Estado é latina: *status*. Utilizado pelo direito romano significava o cidadão investido na posse do *status familiae*, *status libertatis* e *status civitatis*.

Por outro lado, a expressão *status rei romanae* referia-se à coisa pública em sua totalidade, idéia legada por ULPIANO através do conceito de direito público.²

Tal expressão, presente na Idade Média³ em várias línguas, na

¹ STRAYER, Joseph R. **Sobre los orígenes medievales dei Estado Moderno**. Barcelona: Ariel, 1981, p. 9.

² SALDANHA, Nélon. O Estado. In: **Curso de introdução à Ciência Política**. Brasília: UnB, 1979, p. 11.

³ A Idade Média tem como marco inicial a queda do Império Romano do Ocidente em 476, e como marco final a queda do Império Romano do Oriente, cuja sede era Constantinopla em 1453, ou 1492 com a descoberta da América pelo navegador genovês Cristóvão Colombo, a serviço dos reis de Castela Fernando e Izabel. VICENTINO, Cláudio. **História Geral: Idade Média, Moderna e Contemporânea incluindo Pré-História, Grécia e Roma**. São Paulo: Scipione, 1991, p. 51 e 94.

França, *état*⁴ possuiu diversos sentidos, entre eles o estamento, que eram as corporações de ofício ou comércio, a nobreza, primeiro estado; o clero, segundo estado; e o povo, terceiro estado.⁵ Contudo, segundo Nélson SALDANHA, quando se tratava de unidade política, os termos utilizados eram império, cidade, reino e *res publica*, sendo que a palavra Estado, significando unidade política global, somente foi usada no século XVI.

Diante dos estudos que ora se desenvolve, parece que uma das obras que primeiro empregou o termo Estado, no sentido político, foi “O Príncipe”⁶, de MAQUIAVEL. Portanto, foi nesta obra que o termo ganhou seu sentido contemporâneo. Sendo assim, o surgimento do Estado como instituição política, difere da época da determinação precisa do significado de sua denominação.

O Estado nasce através da experiência de convivência entre as sociedades e não surgiu “como um fato ‘geral’ e definitivo num dado momento”⁷.

É através da experiência política dos povos que, evoluindo em diferentes linhas e sob condicionamentos diversos, “foi elaborando estruturas que, justo por serem estruturas de poder”⁸, tenderam a expandir seu âmbito e a concentrar a sua eficácia, com referência a um grupo de pessoas e a uma demarcação territorial”⁹.

A existência do Estado implica as atividades de determinada comunidade que, atuando em espaço territorial, também determinado, durante

⁴ Substantivo masculino, que possui vários sentidos: estado, situação, posição, condição, lista, relação, memorial, inventário, governo, nação. DICIONÁRIO DE FRANCÊS PORTUGUÊS. Porto: Porto, 1989, p. 232.

⁵ SALDANHA, Nélson, *op. cit.*, p. 11.

⁶ O capítulo I assim principia: “Todos os Estados, todos os domínios que tem havido e que há sobre os homens foram e são repúblicas e ou principados”. MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Trad. Lívio Xavier. Bauru: EDIPRO, 1994, p. 13.

⁷ SALDANHA, Nélson, *op. cit.*, p. 13.

⁸ Por estrutura de poder entende-se a relação ordenada e contínua de um grupo de pessoas que exercem determinadas funções numa coletividade. SCHOECK, Helmut. *Diccionario de Sociología*. Barcelona: Herder, 1985, p. 547-548.

⁹ SALDANHA, Nélson, *op. cit.*, p. 13.

várias gerações, desenvolve mecanismos de organização que asseguram sua sobrevivência e de suas instituições, frente às disputas internas e externas e troca de lideranças.

Este processo faz com que o grupo conquiste, ao longo do tempo, identidade política, sendo assim fortalecido. Apenas se transformaram em Estado aqueles grupos que tiveram condições de desenvolver instituições permanentes.

Portanto, o Estado surge da convivência entre as sociedades, estabelecidas num determinado espaço territorial e que, com o passar do tempo, desenvolvem instituições permanentes para assegurar sua sobrevivência frente a ameaças internas e externas de dissolução.

1.2 Uma idéia abstrata e geral do Estado

Torna-se necessário frisar que, como já registrado anteriormente e conforme Ernst CASSIRER, “foi precisamente Maquiavel, (...) que, de modo pioneiro, conferiu à palavra Estado seu significado político, ao cunhá-la e imprimir-lhe essência e conteúdo, embora sem apresentar propriamente uma definição”¹⁰.

Embora tal categoria, no sentido de sociedade política, tenha sido empregada pela primeira vez por MAQUIAVEL, no século XVI, isto não significa que anteriormente a este autor não havia Estado. Pois, como já visto no item anterior, desde a Grécia Antiga, passando por Roma, já se percebia a idéia de Estado como sociedade política organizada e com o mesmo sentido político, contudo sob outras denominações, *poleis* e *res publica*¹¹.

Antes de destacar o conceito de Estado, é necessário registrar o pensamento de Dalmo de Abreu DALLARI acerca desta instituição:

Encontrar um conceito de Estado que satisfaça a todas as correntes doutrinárias é absolutamente impossível, pois sendo o Estado um ente

¹⁰ *Apud* BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de direito constitucional**. 13.ed. São Paulo: Saraiva, 1990, p. 5-6.

¹¹ SALDANHA, Nélon, *op. cit.*, p. 11-13.

complexo, que pode ser abordado sob diversos pontos de vista e, além disso, sendo extremamente variável quanto à forma por sua própria natureza, haverá tantos pontos de partida quantos forem os ângulos de preferência dos observadores.¹²

Esta idéia é ratificada por Antonio Carlos WOLKMER, ao afirmar que, sendo o Estado um “fenômeno histórico de dominação, apresenta originalidade, desenvolvimento e características próprias para cada momento histórico e cada modo de produção”¹³.

Para Moacyr Motta da SILVA, quando trata do estabelecimento de um conceito para Estado, afirma que, cronologicamente, não existem informações de ordem bibliográfica precisas sobre o surgimento do Estado, e que diversas teorias chamam para si o privilégio do estabelecimento de seu conceito. Enumera as teorias que pretendem estabelecer o conceito de Estado e ressalta que nenhuma delas possui grau de argumentação capaz de afastar as demais. São elas:

- a teoria da necessidade, segundo a qual o Estado surgiu em razão da convivência social do homem;
- a teoria da dominação, em que o Estado é um meio pelo qual um grupo organizado impõe sua vontade ao grupo social;
- a teoria da origem contratual do Estado, que se biparte em duas correntes, sendo que na primeira os homens, que vivem em constante luta, renunciam de parte de sua liberdade em favor de uma assembléia; e na segunda, em que os homens, de forma livre, produzem normas jurídicas que, igualmente, obrigam a todos;
- a teoria econômica, em que o Estado é um instrumento da classe dominante para manter seus privilégios frente às classes desfavorecidas; e
- a teoria materialista, em que o Estado é um meio pelo qual uma classe domina a outra.¹⁴

¹²DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 1979, p. 101.

¹³ WOLKMER, Antonio Carlos. **Elementos para uma crítica do Estado**. Porto Alegre: S. A. Fabris, 1990, p. 21.

¹⁴ SILVA, Moacyr Motta da; VERONESE, Josiane Rose Petry. **A tutela jurisdicional dos direitos da criança e do adolescente**. São Paulo: LTr, 1998, p. 18-20.

Um ponto em comum nas teorias, ora mencionadas, é que todas são formuladas a partir da idéia de que o Estado é uma instituição da sociedade. E, é assim que o mesmo será conceituado a seguir, segundo as concepções de alguns autores.

Para Thomas HOBBS:

O Estado é instituído quando 'uma multidão de homens concordam e pactuam, cada um com cada um dos outros, que qualquer homem ou assembléia de homens a quem seja atribuído por maioria o direito de representar a pessoa de todos sem exceção, tanto os que votaram a favor dele como os que votaram contra ele, deverão autorizar todos os atos e decisões desses homens. É desta instituição do Estado que derivam todos os direitos e faculdades daqueles ou daquele a quem o poder soberano é conferido, mediante o consentimento do povo reunido'.¹⁵

Ataliba NOGUEIRA, ao tratar do surgimento do Estado em Thomas HOBBS, afirma que para este a gênese de tal categoria implica na existência de dois contratos: o primeiro se implica na necessidade de renúncia dos direitos naturais de cada homem, em relação a todas as coisas, a fim de assegurar a paz; e o segundo que se consubstancia na submissão "à vontade de uma pessoa física [sic] ou moral, à qual eram cedidos todos os direitos de cada um, já em relação à própria [sic] força, já no tocante aos próprios [sic] meios de defesa".¹⁶

Percebe-se que, ao conceituar Estado, Ataliba NOGUEIRA afirma que se trata de uma instituição que resulta de um pacto que, por sua vez, autoriza e dá validade aos atos de quem detém o poder soberano.

Conforme Bernard CHANTEBOUT, o Estado nasce quando "ocorre uma diferenciação entre o poder social que a oligarquia dominante exerce e a função governamental entregue a especialistas de ação política"¹⁷.

¹⁵ Apud BRANCO, Elcir Castello. **Teoria geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 1988, p. 52-53.

¹⁶ NOGUEIRA, J. C. Ataliba. **O Estado é meio e não fim**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1945, p. 38-39.

¹⁷ Apud PASOLD, Cesar Luiz. **Função social do Estado contemporâneo**. Florianópolis: Ed. do Autor, 1984, p. 9.

Também este autor, implicitamente, afirma ser o Estado uma instituição da sociedade organizada ao mencionar a passagem do exercício do poder da oligarquia dominante a especialistas de ação política.

Friedrich ENGELS, citado por Paulo BONAVIDES, afirma que a “síntese da sociedade civilizada é o Estado, que, em todas as épocas conhecidas, tem sido o Estado da classe preponderante e essencialmente, em todos os casos, a máquina de opressão da classe explorada e subjugada”¹⁸.

Direção semelhante adota Karl MARX, segundo o qual o Estado é um “instrumento de poder”¹⁹, arma temível e poderosa em mãos de determinada classe, utilizada, segundo ele, não a favor da sociedade, mas da classe forte e privilegiada, contra as classes fracas e oprimidas”.²⁰

Percebe-se que em ambos o Estado é um instrumento para a criação e manutenção dos privilégios de uma determinada classe social, e não uma instituição social que busca o bem comum²¹.

Georg JELLINEK enuncia o Estado como “a corporação fundada por um povo, dotada de poder de mando originário e assentada em determinado território”²². Ou seja, ao estabelecer o conceito de Estado, já menciona os seus

¹⁸ Apud BONAVIDES, Paulo. **Teoria do Estado**. Rio de Janeiro: Forense, 1980, p. 56-57.

¹⁹ Adota-se o seguinte conceito de poder: “é a possibilidade de contar com a obediência a ordens específicas por parte de um determinado grupo de pessoas”. GOZZI, Gustavo. Estado contemporâneo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Coord. Trad. João Ferreira. 8 ed. Brasília: UnB, v. 1, 1995. p. 402.

²⁰ Apud BONAVIDES, Paulo, *op. cit.*, p. 56.

²¹ Para o conceito de bem comum adotam-se as idéias a seguir expostas: “Há muitos sinônimos para expressar este conceito: bem comum, saúde pública, bem geral, bem estar geral, utilidade comum; em latim fala-se de *bonum comune*, *utilitas communis*. Como observa George BURDEAU, a noção de bem comum deve ser geral, a fim de aplicar-se a todas as sociedades políticas. Assim, há no bem comum dois tipos de elementos: formais e materiais. Os elementos formais são a ordem e a justiça. Através da ordem, estabelece-se o freio e a medida dos comportamentos individuais; pela justiça, atribui-se a cada um o que lhe pertence, sem prejudicar a outrem, como a fórmula dos romanos: *suum cuique tribuere*. Os elementos materiais do bem comum, por se prenderem ao que é mutável e contingente do grupo social, constituem objeto da política, porque a esta cabe julgar da conveniência e oportunidade das medidas que visem ao duplo interesse da ordem e da justiça. Sem estas, a sociedade política não poderia existir; entretanto, sem um conteúdo variável, segundo cada época e lugar, não haveria progresso”. RIBEIRO JÚNIOR, João. **Curso de teoria geral do Estado**. São Paulo: Acadêmica, 1995, p. 18-19.

²² Apud BRANCO, Elcir Castello, *op. cit.*, p. 62.

elementos: governo, povo e território.

Seguindo o mesmo caminho, Mac IVER enuncia o Estado como uma “associação que, atuando através da lei promulgada por um governo investido para este fim de poder coercitivo, mantém dentro de uma comunidade delimitada, territorialmente, as condições externas e universais da ordem social”²³. Presentes igualmente, os elementos do Estado, governo - poder de mando, comunidade delimitada - povo e território.

Idêntica conceituação estabelece Dalmo de Abreu DALLARI, segundo o qual “Estado é uma ordem jurídica soberana que tem por fim o bem comum de um povo, situado em determinado território”²⁴.

Neste caso, em vez de mencionar governo ou poder de mando, o autor menciona como elemento do Estado, além de povo e território, a ordem jurídica soberana, ou seja a soberania²⁵.

Jorge MIRANDA afirma que:

...falar em Estado equívale, portanto, a falar em comunidade e em poder organizado ou, doutro prisma, em organização da comunidade e do poder, equívale a falar em comunidade ao serviço da qual está o poder, em poder conformador da comunidade em organização que imprime caráter e garantias de perdurabilidade a uma e outro.²⁶

Segundo Manoel Gonçalves FERREIRA FILHO, o Estado é “uma ordem jurídica relativamente centralizada, limitada no seu domínio espacial e temporal de vigência soberana e globalmente eficaz”²⁷.

É relevante observar que os dois últimos autores citados dão ênfase ao caráter de eficácia e perdurabilidade do Estado, além de conceituá-lo como

²³ *Apud* BRANCO, Elcir Castello, *idem*, *ibidem*.

²⁴ DALLARI, Dalmo de Abreu, *op. cit.*, p.104.

²⁵ No presente trabalho adota-se o seguinte conceito de soberania: é o elemento do Estado, que se apresenta como “instrumento político-jurídico dotado de eficácia sobre todos os demais, (...) emana da ordem jurídica do Estado e constitui o mais alto grau do sistema jurídico, não reconhecendo qualquer outro que seja superior”. SILVA, Moacyr Motta da; VERONESE, Josiane Rose Petry, *op. cit.*, p. 20.

²⁶ *Apud* BASTOS, Celso Ribeiro, *op. cit.*, p. 6.

²⁷ FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de direito constitucional**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 1980, p. 70.

ordem jurídica e poder conformador da sociedade. Pode-se afirmar que, sendo ordem jurídica, deve possuir meios de conformar, harmonizar, a sociedade.

Na doutrina de Cesar Luiz PASOLD, o Estado “nasce da Sociedade, e existe para atender demandas que, permanente ou conjunturalmente, esta mesma Sociedade deseja sejam atendidas”²⁸ e seu “principal dever” é “cuidar igualmente de todas as classes”, como propõe “Leão XIII”²⁹. Ou seja, não deve o Estado ocupar-se apenas de uma classe privilegiada. E, mais ainda, se existe para atender às demandas sociais, deve ser instrumento de efetivação do bem comum.

Numa tentativa de sintetização de todas as idéias acima apresentadas, pode-se afirmar que o Estado é uma instituição social, ou seja, uma criação do homem que, organizado política e socialmente, num território delimitado, ao longo da história, desenvolve instituições de caráter permanente, com a finalidade de preservação do próprio grupo social.

Para tal, necessita de um governo autônomo, de uma ordem jurídica centralizada, a fim de que possa ser garantido aos indivíduos o exercício de determinados direitos, como também lhes sejam impostas certas obrigações, tudo com o objetivo de realização do bem comum, da manutenção da sociedade e do próprio Estado.

Todavia, se para alguns estudiosos o Estado se apresenta como o único meio eficaz da concretização da cidadania dos indivíduos que compõem a sua população, sendo, portanto, cidadãos; para outros autores o Estado é o instrumento pelo qual a classe mais forte, que detém mais poder econômico e menor número de participantes, sobrepuja as outras mais fracas, que embora tendo maior número de indivíduos possuem menor poder.

Neste estudo, optou-se pela idéia de que o Estado é o instrumento através do qual são fornecidos meios e garantias para a concretização da cidadania dos indivíduos que compõem a sua população. Isto porque, além da realização do bem comum, que é um de seus objetivos, pois para isso foi instituído pela sociedade, apenas o Estado possui poder coercitivo para fazer

²⁸ PASOLD, Cesar Luiz, *op. cit.*, p. 16 e 59.

²⁹ PASOLD, Cesar Luiz. *Idem*, p.16.

valer os direitos e obrigações inerentes à cidadania. Contudo, tal tema será objeto de maior aprofundamento no decorrer do presente estudo.

1.3. O processo de desenvolvimento do Estado

O feudalismo³⁰ na Europa Ocidental teve o seu período áureo entre os séculos VIII e IX, sobretudo, entre os francos. E, é em território francês que sofreu sua derrocada, ou seja, com a Revolução Francesa³¹.

O sistema feudal³² surgiu da necessidade de reforçar o poder dos reis, os quais se utilizaram de uma “estrutura vassálica tradicional na ordem política”³³, através da qual era concedida, em *beneficium*, ao vassalo um pedaço de território, originário dos bens do fisco ou das Igrejas, para fins de exploração agrícola.

A organização feudal, segundo Luís Pinto FERREIRA, somente

³⁰ Regime que resultou do enfraquecimento do poder central, que se caracteriza pela união da autoridade e da propriedade da terra e estabelece relação de dependência entre vassalos e suserano. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s/d, p. 623.

³¹ Sublevação política ocorrida na França em 1789, sendo considerada como um acontecimento relevante para toda a civilização ocidental. Seus líderes foram influenciados pela Revolução Norte-Americana que aconteceu na década anterior do mesmo século. Contou com amplo apoio popular e derrubou a monarquia dos Bourbon, marcando o fim do Antigo Regime caracterizado pelo absolutismo. Com a Revolução Francesa floresce o liberalismo político e econômico, entra em declínio a aristocracia fundiária, desenvolve-se a consciência de classe e emerge ao poder a burguesia. Constituiu-se num significativo acontecimento histórico para toda a humanidade, visto que seus ideais, liberdade e igualdade, propagaram-se em todo o mundo civilizado. BURNS, Edward Mc Nall; LENER, Robert E; MEACHAM, Standish. **História da civilização ocidental: do homem das cavernas às naves espaciais**. Trad. Donaldson M. Garschagen. 31. ed. São Paulo: Globo, v. 2, 1993, p. 478-507. NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Folha de S. Paulo, v. 2, 1996, p. 835-836.

³² Constituiu-se num sistema político e econômico da Europa Medieval, baseado na posse e distribuição de terra em recompensa por tarefas militares, como *homenagem*, forma de expressão da fidelidade do vassalo, além de outros serviços prestados ao soberano. A sociedade feudal era organizada da seguinte forma: os senhores (nobres) recebiam a terra do suserano; os cavaleiros eram locatários do senhor; os camponeses não livres (aldeões) viviam na terra sob a jurisdição do senhor feudal; e os bispos e abades eram mantidos pelos senhores seculares em troca de serviços, sendo que à Igreja cabia a produção e o trabalho do campesinato. Cada senhor possuía sua força militar sendo semi-independente do rei. NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. v. 1, p. 343.

³³ COLLIVA, Paolo. Feudalismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco, *op. cit.* p. 491.

poderia vigorar numa sociedade estratificada.³⁴

O *vassus*³⁵, ao explorar a terra, deveria dela tirar os meios para a sua manutenção e também dos seus, assim como, "armar-se e zelar pelos interesses do soberano na região circunstante"³⁶.

Este negócio jurídico de natureza obrigacional era revogável a qualquer momento por vontade do rei, sendo considerado um "contrato-desigual privado, mas com crescente relevância pública"³⁷.

O vassalo tinha, contudo, algumas vantagens, entre elas, não possuía a obrigação de pagar impostos; não estava sujeito ao poder do magistrado do lugar; e nem fazia parte do exército local. Subordinava-se, apenas e diretamente ao rei que, por sua vez, lhe oferecia tutela. Todavia, essa relação obrigacional, em que o senhor feudal estava submetido ao poder direto do rei, vai-se transformando em razão da precariedade das soluções de natureza privada para o controle de realidades públicas.

Com o passar do tempo, segundo H. MITTEIS, em razão das limitações inerentes à solução privada para realidades públicas, o rei foi obrigado a conferir, a título feudal, os principais cargos centrais e as administrações provinciais não mais aos velhos grupos dirigentes locais e provinciais, mas aos de origem régia. Dessa forma, o poder antes exercido pelo rei passou a ser praticado por uma nova aristocracia, que introduziu uma hierarquia feudal semelhante àquela imposta pelo soberano no passado.³⁸

Este processo de substituição marca o fim da centralização

³⁴ FERREIRA, Luís Pinto. **Teoria geral do Estado**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, v.2, 1975, p. 179.

Considera-se sociedade estratificada toda sociedade complexa que se apresenta formada por estratos ou classes compostas de indivíduos semelhantes, conforme determinados critérios (profissionais, grau de instrução, poder econômico, etc.) . BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. **Dicionário Crítico de Sociologia**. Trad. Maria Letícia Guedes Alcoforado e Durval Ártico. São Paulo: Ática, 1993, p. 214-221

³⁵ Vassalo. Feudatário que, em razão de contrato com o suserano, tinha o direito de usar a terra. NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. v. 2, p. 979.

³⁶ COLLIVA, Paolo, Feudalismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco, *op. cit.*, p. 491.

³⁷ COLLIVA, Paolo. Feudalismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Idem*, *Ibidem*.

³⁸ *Apud* COLIVA, Paolo. Feudalismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Idem*, p. 492.

monárquica e tem seu ápice nos séculos X a XII.³⁹

A relação entre o rei e o vassalo, senhor feudal, torna-se cada vez mais frágil, fazendo com que o segundo exerça um poder superior ao do primeiro, ocasionando a fragmentação política do território e o término da autoridade governamental do monarca.

Com o decorrer dos anos, bem como nos locais onde não ocorreram essa “fragmentação estabilizada e definitiva”⁴⁰, com o auxílio de outros elementos, o instituto monárquico foi reaparecendo, e com ele uma nova forma de governo que, segundo Paolo COLLIVA, demonstra a recuperação do “tecido nacional unitário”⁴¹. Por conseguinte, o nascimento do Estado moderno, que surgiu através de um processo de centralização do poder na pessoa de um monarca, poder político que até então estava pulverizado entre vários senhores feudais, é um marco histórico relevante.

Este processo de concentração de poder, que ocorre progressivamente a partir do século XIV inclusive, é caracterizado pela substituição de um localismo feudal por um unitarismo nacional.

O poder que até então fundava-se na outorga divina passa a ser chancelado pela aceitação popular, observados determinados limites. Surge, portanto, uma nova forma de legitimação do poder.

1.3.1 O Estado moderno - primeira fase

A gênese do Estado moderno caracteriza-se, como já demonstrado, pela substituição do regime do localismo feudal pelo unitarismo nacional, sendo que, para consolidar sua posição frente à ordem medieval anterior, repleta de hierarquias e conflitos latentes, concentra nas mãos do monarca o poder religioso, econômico, militar, pedagógico, jurídico e administrativo, de forma

³⁹ COLIVA, Paolo. Feudalismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Idem, *ibidem*.

⁴⁰ COLIVA, Paolo. Feudalismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Idem, *ibidem*.

⁴¹ COLIVA, Paolo. Feudalismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Idem, *ibidem*.

absoluta.

Pode-se afirmar que o Estado moderno distinguiu-se do feudalismo ao realizar a separação da esfera pública (burocracia estatal) da esfera privada (interesses pessoais). Separaram-se também, o poder político (dominação legítima legal-racional) do poder econômico (posse dos meios de produção e de subsistência), bem como tornou-se autônomo frente à sociedade civil, ao separar as funções administrativas e políticas.⁴²

Moacyr Motta da SILVA aponta como pressupostos do Estado moderno:

- a teoria da separação dos poderes, concebida por Aristóteles e perfectibilizada juridicamente por Montesquieu em sua obra *Do Espírito das Leis*⁴³;

- o Estado de direito ou Estado constitucional;

- a concepção liberal dos direitos individuais; e

- a concepção de que o Estado deve atuar socialmente de forma mínima.⁴⁴

Para Antonio Carlos WOLKMER, sua primeira configuração foi o Estado absolutista, e buscou legitimação no poder monárquico.⁴⁵

Faz parte da história do Estado moderno o denominado Estado de polícia, assim chamado pelos historiadores constitucionais alemães da metade do século passado. Segundo Pierangelo SCHIERA “movidos por um compromisso político liberal-burguês, correspondente ao ideal constitucional do ‘Estado de direito’, entenderam contrapor a este, como fase antitética, ou ao menos anterior ao desenvolvimento histórico das formas estatais, precisamente o ‘Estado de polícia’”.⁴⁶

⁴² ROTH, André-Noël. O direito em crise: fim do Estado moderno? In: **Direito e globalização econômica: implicações e perspectivas**. Org. José Eduardo Faria. São Paulo: Malheiros, 1996, p. 16.

⁴³ *Apud* BASTOS, Celso Ribeiro, *op. cit.*, p. 298-300.

⁴⁴ SILVA, Moacyr Motta da; VERONESE, Josiane Rose Petry, *op. cit.*, p. 21.

⁴⁵ *Apud* SILVA, Moacyr Motta da; VERONESE, Josiane Rose Petry. *Idem*, p. 21-22.

⁴⁶ SCHIERA, Pierangelo. Estado de Polícia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco, *op. cit.*, p. 409.

Tal modelo de Estado foi adotado em alguns países europeus, com algumas características diferenciadas.

No Ducado de Borgonha (França) assumiu a forma de governo, fazendo com que o conceito de polícia significasse “um instrumento preciso nas mãos do príncipe para a consecução dos seus fins políticos ou para o cumprimento dos seus deveres de Estado”⁴⁷.

Afirma Pierangelo SCHIERA que, na França, no início foi considerado como o conjunto das atividades do Governo, contudo, face a prescrições jurídicas limitativas e precisas, transformou-se “numa série de intervenções prefixadas em assuntos já definidos, redutíveis, por sua natureza, à segurança e à tranquilidade dos súditos (e do príncipe)”⁴⁸.

Já nos territórios alemães foi um instrumento do príncipe territorial fazer valer sua autoridade face às forças tradicionais imperiais.⁴⁹

Foi, todavia, na Prússia, com Frederico II, o Grande, a partir de 1740, que o Estado de polícia atingiu seu ápice e seu maior nível de contribuição, tanto que a partir dele surgiu com Emmanuel KANT, na Alemanha, um movimento de pensamento liberal “contra o Estado paternalista, contra o príncipe-pai que pretendia decidir o que mais convinha aos súditos, contra a tutela em que estes eram mantidos em tudo o que concernia à sua vida”⁵⁰.

Vale registrar que a denominação Estado de polícia, criada pelos pensadores liberais, tinha por objetivo ressaltar a expressiva intervenção estatal, através de medidas paternalistas e prepotentes em oposição à liberdade individual. Apesar de o termo ter finalidade depreciativa, quando concebido, a história demonstrou que foi uma escolha acertada.

⁴⁷ SCHIERA, Pierangelo. Estado de Polícia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Idem, p. 410.

⁴⁸ SCHIERA, Pierangelo. Estado de Polícia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Idem, Ibidem.

⁴⁹ SCHIERA, Pierangelo. Estado de Polícia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Idem, Ibidem.

⁵⁰ SCHIERA, Pierangelo. Estado de Polícia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Idem, p. 412.

1.3.2 O Estado moderno - segunda fase

Em oposição ao Estado de polícia (*Polizeistaat*), marcado pelo absolutismo, surge, ao final do século XVIII e início do século XIX, o Estado de direito (*Rechtsstaat*), inspirado nos movimentos burgueses evolucionários.⁵¹

O Estado de direito, conforme enunciação de Gustavo GOZZI, possui a seguinte estrutura sistêmica:

- estrutura formal do sistema jurídico, garantia das liberdades fundamentais com a aplicação da lei geral-abstrata por parte de juízes independentes;
- estrutura material do sistema jurídico: liberdade de concorrência no mercado, reconhecida no comércio aos sujeitos da propriedade;
- estrutura social do sistema jurídico: a questão social e as políticas reformistas de integração da classe trabalhadora; e
- estrutura política do sistema jurídico: separação e distribuição do poder (F. Neumann, 1973).⁵²

Registra ainda, que as mudanças ocorridas na segunda e terceira estruturas citadas deram origem às mudanças nas demais.

Segundo Celso Ribeiro BASTOS, além de o Estado estar submetido a uma ordem legal, era necessário limitar suas ações à manutenção da ordem e à proteção da liberdade e da propriedade individual. “É a idéia do Estado mínimo que de forma alguma interviesse na vida dos indivíduos, a não ser para o cumprimento de suas funções básicas; fora isso deveriam vigor as regras do mercado, assim como a livre contratação.”⁵³

O Estado liberal inspirado pela doutrina liberal⁵⁴ é caracterizado pela

⁵¹SAMPAIO, Nélson de Souza. Estado de direito: conceito e características. *Revista de Direito Público*. São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 45-46, jan./jun. 1978, p. 7.

⁵² GOZZI, Gustavo. Estado Contemporâneo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco, *op. cit.*, p. 401.

⁵³ BASTOS, Celso Ribeiro, *op. cit.*, p. 147.

⁵⁴ Doutrina, na filosofia política, indica um “complexo orgânico de idéias, resultado de uma reflexão metódica ...”. BINETTI, Saffo Testoni. Doutrina. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco, *op. cit.*, p. 382.

Doutrina liberal. Liberalismo. Conjunto de idéias desenvolvido na Europa a partir do século XVIII, que se referem à proteção da liberdade individual frente aos poderes do Estado. No âmbito econômico recusa a intervenção estatal nas relações econômicas. DUROZOL, Gérard e ROUSSEL, André. *Dicionário de Filosofia*. Trad. Marina Appenzeller. Campinas: Papirus, 1993, p. 287.

economia capitalista e pela não intervenção estatal nas esferas econômicas e sociais, consideradas de caráter privado.⁵⁵ Desempenha suas funções em áreas restritas, tais como a distribuição da justiça e a prestação de segurança, interna ou externamente, protegendo cada indivíduo e toda a sociedade. O Estado liberal deve visar, portanto, à garantia da paz externa e à segurança interna.

Na doutrina de Moacyr Motta da SILVA, o Estado liberal “significa a postura política adotada pelo Estado moderno na condução mínima sobre as atividades econômicas; livre desenvolvimento do mercado, na liberdade contratual; reduzida atuação legislativa sobre direitos individuais; acentuado domínio da economia sobre os interesses individuais; exagerada crença no individualismo⁵⁶ como forma do crescimento econômico”⁵⁷.

O Estado moderno, nesta fase, notabiliza-se pela proteção da liberdade do indivíduo, deixando para a sociedade, ou parte dela, a regulação espontânea da mesma. Conforme C. A. MORAND, “seu projeto é garantir a livre circulação de idéias, das pessoas e dos bens, e acabar com a arbitrariedade”⁵⁸.

Tal modelo de Estado dá ênfase aos direitos fundamentais que, segundo Gustavo GOZZI, “representam a tradição das liberdades burguesas: liberdade pessoal, política e econômica. Constituem um direito contra a intervenção do Estado”⁵⁹.

⁵⁵ ROTH, André-Noël, *op. cit.*, p. 17.

⁵⁶ Em razão de que o termo individualismo possui diversas acepções, variando conforme a época e o lugar, para o presente texto, adotam-se as seguintes idéias: a um, originária da França, no início do século XIX: “... significava a dissolução dos laços sociais, o abandono, pelos indivíduos, de suas obrigações e compromissos sociais” (LUKES, Steven. Individualismo. In: **Dicionário do pensamento social do século XX**. Edit. William Outhwaite e Tom Bottomore. Trad. Álvaro Cabral e Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1996, p. 381); a dois, como sendo o individualismo, sob a ótica política, a “forma de agir do Estado em relação aos cidadãos que o compõem, (...) em que a noção de liberdade individual atua na esfera jurídica, econômica e social” (SILVA, Moacyr Motta da; VERONESE, Josiane Rose Petry, *op. cit.*, p. 22); e a três, o individualismo, como teoria política, em sua gênese apresentou-se como uma reação ao poder das corporações e do absolutismo estatal. (NOGUEIRA, J. C. Ataliba, *op. cit.*, p. 71).

⁵⁷ SILVA, Moacyr Motta da; VERONESE, Josiane Rose Petry, *op. cit.*, p. 22.

⁵⁸ *Apud* ROTH, André-Noël, *op. cit.*, p. 19.

⁵⁹ GOZZI, Gustavo. Estado Contemporâneo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco, *op. cit.*, p. 401.

Para se caracterizar Estado liberal, é necessário que, segundo Jorge Reis NOVAIS, citando Pietro BARCELLONA, sejam observados três pressupostos teóricos:

- a separação entre política e economia, segundo a qual o Estado deve se limitar a garantir a segurança e a propriedade dos cidadãos, deixando a vida económica [sic] entregue a uma dinâmica de auto-regulação pelo mercado;
- a separação entre o Estado e a Moral, segundo a qual a moralidade não é assunto que possa ser resolvido pela coação externa ou assumido pelo Estado, mas apenas pela consciência autónoma [sic] do indivíduo; e
- a separação entre o Estado e a sociedade civil, segundo a qual esta última é o local em que coexistem as esferas morais e económicas [sic] dos indivíduos relativamente às quais o Estado é mera referência comum tendo como única tarefa a garantia de uma paz social que permita o desenvolvimento da sociedade civil de acordo com as suas próprias regras.⁶⁰

Referindo-se às idéias de Adam SMITH, Jorge Reis NOVAIS afirma que para alcançar o bem-estar coletivo é necessário a livre concorrência dos produtores e consumidores, através de uma ação individual. Para que consigam resultados satisfatórios, é necessário uma regulação interna da economia, através de mecanismos que inibam a intervenção estatal, para que o âmbito político não interfira no econômico, fazendo valer apenas a lei da oferta e da procura dos agentes econômicos.⁶¹

Contudo, ao confrontar o modelo teórico liberal e a realidade do Estado liberal, percebe-se que a sua principal característica, separação do Estado da economia, é demonstrada de modo relativo e não absoluto. Isso porque é próprio deste modelo de Estado a repressão ao direito de greve, ao direito de associação sindical e às ações coletivas dos trabalhadores, conforme Vital MOREIRA⁶².

Ainda, segundo NOVAIS, citando o pensamento de Ernest MANDEL,

⁶⁰ *Apud* NOVAIS, Jorge Reis. **Contributo para uma teoria do Estado de direito: do Estado de direito liberal ao Estado social e democrático de direito**. Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1987, p. 51-52. Separata do volume XXIX do Suplemento ao Boletim da Faculdade.

⁶¹ NOVAIS, Jorge Reis. *Idem*, p. 53.

⁶² NOVAIS, Jorge Reis. *Idem*, p. 56-57.

“denunciando a ‘neutralidade’ do Estado liberal como cobertura de uma dominação de classe, cabe destacar a crítica das correntes marxistas, para as quais a relativa autonomia do aparelho do Estado liberal está diretamente relacionada com a forma particular de dominação burguesa”⁶³.

Merece relevância, no presente estudo, a consideração do trabalho humano nesta fase do Estado moderno, que possuía caráter secundário, significando apenas um dos meios para a multiplicação do capital.

Na lição de Moacyr Motta da SILVA, o trabalho humano era prestado em “estado de escravidão”, entendido como a “condição moral de dependência, quase sem escolha, em que o homem submete-se a determinadas condições de trabalhos fixadas, unilateralmente, pelo patrão”. Prosseguindo, afirma que nos séculos XVIII e XIX o trabalho humano possuía o valor de simples mercadoria e, assim sendo, o homem era considerado mero instrumento econômico, destituído de qualquer tratamento ético. Do operário esperava-se apenas produção.⁶⁴

Tal situação e suas conseqüências serão tratadas em momento próprio no presente estudo.

1.4 O Estado contemporâneo e seus antecedentes

O Estado, até agora, tem se apresentado sob duas formas: o Estado liberal e o Estado social, conforme o grau de intervenção no contexto social.⁶⁵

O primeiro nasce com as revoluções burguesas dos séculos XVIII e XIX, enquanto o segundo começa a surgir ao final do século XIX, chegando ambos até nossos dias.

O Estado social tem seus antecedentes à época da Revolução Industrial, e é caracterizado pela intervenção estatal, desde o final do século passado, sobretudo a partir da Primeira Guerra Mundial.

⁶³ *Apud* NOVAIS, Jorge Reis. *Idem*, p. 57.

⁶⁴ SILVA, Moacyr Motta da; VERONESE, Josiane Rose Petry, *op. cit.*, p. 23.

⁶⁵ ROTH, André-Noël, *op. cit.*, p. 19-20.

Segundo K. POLANYI, com a diminuição da capacidade da sociedade em auto-regular-se, é necessário que o Estado interfira nas questões sociais, o direito do trabalho, por exemplo, assim como na economia.⁶⁶

Inicialmente, este tipo de Estado pode ser definido, conforme Gloria REGONINI, "como aquele que garante 'tipos mínimos de renda, alimentação, saúde, habitação, educação, assegurados a todo cidadão, não como caridade mas como direito político' (H. L. Wilensky, 1975)"⁶⁷.

Esta visão de Estado busca o crescimento econômico do país e a proteção social dos indivíduos, sendo que os direitos sociais⁶⁸ são a via através da qual a "sociedade entra no Estado, modificando-lhe a estrutura formal", alterando a sua forma jurídica, "os processos de legitimação e a estrutura da administração".⁶⁹

Ainda, segundo André-Noël ROTH, "na terminologia de Weber, o Estado Moderno passou de uma associação ordenadora (ideal do Estado de Direito Liberal) para uma associação reguladora (o Estado de Direito Social). Habermas fala de um capitalismo organizado pelo Estado"⁷⁰.

Ao contrário do Estado liberal, conforme Gustavo GOZZI, o Estado social dá prevalência aos direitos sociais que se consubstanciam na participação no poder político e na distribuição social produzida. Enquanto a

⁶⁶ *Apud* ROTH, André-Noël. Idem, p. 17.

⁶⁷ REGONINI, Gloria. Estado do bem-estar. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco, *op. cit.*, p. 416.

⁶⁸ Para Paulo BONAVIDES os direitos sociais são "direitos de participação, direitos de repartição, direitos que obrigam o poder a um *status positivus* da ordem material. *Apud* SILVA, Reinaldo Pereira e. **O mercado de trabalho humano: a globalização econômica, as políticas neoliberais e a flexibilidade dos direitos sociais no Brasil**. São Paulo: LTr, 1998, p. 52.

Ou ainda, direitos sociais referem-se "...a um direito de grupos e um direito de compensação. Direito de grupos, pertinente sobretudo a categorias sociais ou a indivíduos enquanto membros de uma categoria, os chamados sujeitos coletivos ou sociais, tanto os tradicionais – como as categorias profissionais – como os novos. Direito de compensação, procurando, nos limites impostos pela organização social, reduzir ou atenuar as desigualdades sociais através de uma legislação de compensação". CARRION, Eduardo K. M. Neoliberalismo, direito do trabalho e constituição. **Revista da FEMARGS** (Fundação da Escola da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul), Porto Alegre, n. 1, p. 8. nov. 1997/fev.1998.

⁶⁹ GOZZI, Gustavo. Estado Contemporâneo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco, *op. cit.*, p. 401.

⁷⁰ ROTH, André-Noël, *op. cit.*, p. 17.

marca principal do primeiro é a liberdade, do segundo é a participação.⁷¹

Segundo Gloria REGONINI, “o que distingue o Estado assistencial de outros tipos de Estado não é tanto a intervenção direta das estruturas públicas na melhoria do nível de vida da população quanto o fato de que tal ação é reivindicada pelos cidadãos como um direito”⁷².

A intervenção estatal no campo social, de fato, não começou a ocorrer apenas com a gênese do Estado social.

No século XVIII, em alguns Estados da Europa (austriaco, russo, prussiano e espanhol) foram desenvolvidas ações estatais de natureza social, porém dentro de estruturas de poder de tipo patrimonial.⁷³ E, ainda, no mesmo texto, Gloria REGONINI cita Max WEBER, “o poder político essencialmente patriarcal assumiu a forma típica do Estado do bem-estar (...). A aspiração a uma administração da justiça livre de sutilezas e de formalismos jurídicos, visando à justiça material, é de per si própria de qualquer patriarcalismo principesco”⁷⁴.

Na verdade, o que se buscou foi uma reforma social que remediasse as divisões sociais.

Segundo T. H. MARSHALL, na ascensão deste modelo de Estado, o mais importante não foi o “aumento do âmbito do poder estatal” e sim, a “ampliação do ideal de cidadania”.⁷⁵

Isto ocorreu na Dinamarca, entre 1891 e 1898, através de uma legislação que atingia os pensionistas; na Bélgica, entre 1894 e 1903; na Suíça, em 1890, com uma Emenda Constitucional através da qual foi organizado um sistema de seguro social pelo Governo Federal; e, principalmente, na Inglaterra, que antes de 1900 já possuía uma avançada legislação que amparava a

⁷¹ GOZZI, Gustavo. Estado Contemporâneo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco, *op. cit.*, p. 401.

⁷² REGONINI, Gloria. Estado do Bem-estar. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco, *op. cit.*, p. 416.

⁷³ REGONINI, Gloria. *Idem*, *ibidem*.

⁷⁴ REGONINI, Gloria. *Idem*, *ibidem*.

⁷⁵ *Apud* BRIGGS, Asa. Estado de bem-estar. In: **Dicionário do pensamento social do século XX**, p. 262.

atividade fabril.⁷⁶

Merecem relevância os primeiros programas de seguro obrigatório contra doença, velhice e invalidez e o sistema de previdência social criados na Alemanha, entre 1893 e 1889, no governo de Bismarck⁷⁷. Este sistema foi modelo para outros países, segundo Gustavo GOZZI.⁷⁸ A legislação que criou as pensões por invalidez e velhice previa uma contribuição de cinquenta marcos, pelo Tesouro imperial, para toda pessoa beneficiária de uma pensão.⁷⁹

Já os seguros sociais, com o passar do tempo, tornaram-se extensivos a outras categorias de trabalhadores, não apenas aos operários, segundo Gustavo GOZZI, transformando-se numa forma de redistribuição de renda e demonstrando a intervenção financeira do Estado cada vez mais acentuada.⁸⁰

Na lição de Gloria REGONINI, “as leis aprovadas na Prússia, entre 1883 e 1889, representam a primeira intervenção orgânica do Estado em defesa do proletariado industrial, mediante o sistema de seguro obrigatório contra os infortúnios do trabalho, as doenças de invalidez e as dificuldades da velhice”⁸¹.

⁷⁶ GOZZI, Gustavo. Estado Contemporâneo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco, *op. cit.*, p. 403.

⁷⁷ Otto von Bismarck nasceu em 1815 e faleceu em 1898. Conhecido como “Chanceler de Ferro”, ocupou importantes cargos em governos na Alemanha. Foi responsável pela unificação de grande parte dos Estados alemães, tornando-se Ministro das Finanças. Para manter a classe trabalhadora afastada dos socialistas e enfraquecer os sindicatos do comércio, introduziu o primeiro sistema de previdência social para os trabalhadores da indústria, além de legislação atinente à seguridade social para o fornecimento de benefícios por doença, acidente e idade. NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. v. 1, p. 117.

⁷⁸ GOZZI, Gustavo. Estado Contemporâneo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco, *op. cit.*, p. 403.

⁷⁹ GOZZI, Gustavo. Estado Contemporâneo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Idem*, *ibidem*.

⁸⁰ GOZZI, Gustavo. Estado Contemporâneo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Idem*, p. 403-404.

⁸¹ REGONINI, Gloria. Estado do Bem-estar. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco, *op. cit.*, p. 416.

1.4.1 O Estado contemporâneo e os direitos sociais

A opção pelos direitos sociais fez com que começasse a despontar um novo modelo de Estado, que tinha por escopo diminuir as diferenças sociais e econômicas existentes na sociedade do final do século XIX.

O Estado contemporâneo é caracterizado por uma ampla intervenção social em todas as suas áreas de atuação, sobretudo na economia, na educação, na saúde, na previdência e na assistência social.

No século XX nasce o Estado contemporâneo, cujo momento mais significativo é a promulgação da Constituição do México de 1917, “a primeira Constituição político-social do mundo”, conforme Trueba URBINA, que a considera como “um conjunto de aspirações e necessidades dos grupos humanos que como tais integram a sociedade e traduzem o sentimento da vida coletiva, distintos dos da vida política”.⁸²

Esta Constituição, que é fruto da Revolução Constitucionalista de 1913⁸³, é uma verdadeira declaração de direitos sociais⁸⁴. Rompeu com as tradições do passado e com as leis econômicas do liberalismo e o “império absolutista da empresa”⁸⁵. Com ela nasce, também, o direito do trabalho, autônomo do direito civil, como forma de garantir a satisfação dos anseios

⁸² *Apud* NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho, relações individuais e coletivas do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1987, p. 27.

⁸³ Na verdade, a revolução que ocorreu no México iniciou em 1910 e findou em 1940, quando principia um período de consolidação e reconciliação nacional. Após a vitória dos revolucionários em 1913, estes dividiram-se em duas facções: os constitucionalistas e os convencionistas. Os primeiros pretendiam a reforma da Constituição Liberal de 1857, e os segundos propugnavam pelas propostas radicais da Convenção de Aguascalientes de 1914. Houve guerra civil, e em fevereiro de 1917 foi promulgada a nova Constituição. Foi, inicialmente, ignorada, culminando com a deposição e morte do Presidente da República em 1920. Seguiram-se novos embates e protestos, que só findaram com o governo do Presidente Avila Camacho (1940-1946), no qual principia o desenvolvimento industrial do México. NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. v. 2, p. 836.

⁸⁴ É necessário fazer a seguinte advertência, utilizando-se da lição de Ivo DANTAS: embora a Constituição Francesa de 1848 tenha contemplado alguns princípios de natureza social, é a Constituição do México de 1917 o primeiro texto constitucional a incluir em seu bojo os direitos sociais, e fazendo parte destes os direitos trabalhistas. DANTAS. Ivo. **Constituição Federal: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Renovar, v. 1, 1994, p. 303.

⁸⁵ LA CUEVA, Mário de. **El nuevo derecho mexicano dei trabajo**. México: Porrúa, 1974. p. 44-45.

materiais e espirituais dos trabalhadores mexicanos, como condição de resgate da dignidade humana.

Ainda, conforme Mário de LA CUEVA, com o advento da Constituição Mexicana de 1917, o direito do trabalho nasceu como um direito novo, que fez surgir novos valores e novos ideais.⁸⁶

Dentre toda a Constituição do México de 1917, o texto que merece mais relevância sob os aspectos político e social é o artigo 123, que garante o acesso ao trabalho digno e socialmente útil a toda pessoa. Embora esse estatuto seja o principal marco histórico da gênese do Estado contemporâneo, tal afirmação não é unânime. Há quem considere, e é a maioria dos autores, que cabe à Constituição de Weimar de 1919, através de seus artigos 156 a 165, essa prerrogativa.

Essa relevância é conferida à Constituição de Weimar em razão de que esta influenciou várias outras Constituições, inclusive a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1946. Para muitos é considerada como a "base das novas democracias sociais"⁸⁷.

Segundo Mario de LA CUEVA, esta Constituição "representa não só o intervencionismo estatal, mas também um 'socialismo de Estado' e, em consequência, a possibilidade de melhorar coletivamente as condições de vida dos homens. Em seu tempo foi o direito mais avançado da Europa"⁸⁸.

O constitucionalismo social, plasmado na Constituição de Weimar, alastrou-se em território europeu por meio das constituições da Áustria de 1920, Estônia do mesmo ano, Polônia e Iugoslávia de 1921, e da Espanha de 1931. Influenciou também o direito constitucional americano.⁸⁹

Também merece destaque a Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado, de 1918, redigida por Lenin, que afirmou ser o Estado soviético uma república formada por trabalhadores, soldados e camponeses,

⁸⁶ *Apud* NASCIMENTO, Amauri Mascaro, *op. cit.*, p. 26.

⁸⁷ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Idem*, p. 28.

⁸⁸ *Apud* NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Idem*, p. 30

⁸⁹ BORJA, Rodrigo. **Derecho político y constitucional**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992, p. 342.

sendo sua finalidade a supressão da exploração do homem pelo homem, a organização socialista da sociedade e o triunfo do socialismo nos demais países. Esta declaração integra a Constituição Russa do mesmo ano.⁹⁰

Não se pode deixar de registrar ainda a *Carta del Lavoro*⁹¹, da Itália de 1927, marcada por significativa interferência do Estado na ordem política e trabalhista. Sobre esta Constituição, Amauri Mascaro NASCIMENTO afirma que, devido ao corporativismo que se impregna na estrutura político-social do Estado:

... contém um princípio de integração dos fins econômicos entre os fins do Estado, os produtores e as suas associações são transformados em órgãos da política econômica estatal, o que importa na responsabilidade pública dos empreendedores, na colaboração, institucionalmente assegurada, entre a categoria profissional e econômica e a estruturação jurídica de órgãos que permitem a realização desses fins.⁹²

Ainda, conforme Amauri Mascaro NASCIMENTO, a experiência corporativa da Itália influenciou na formação de sistemas sindicais de vários países, principalmente daqueles dependentes do Estado, inclusive a legislação brasileira trabalhista em institutos adotados até nossos dias, *verbi gratia*, a composição paritária da Justiça do Trabalho.

Mais tarde, no ano de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos reconheceu vários direitos sociais, como meios de garantia à justiça social⁹³ e à segurança econômica das pessoas.

⁹⁰ BORJA, Rodrigo. Idem, *ibidem*.

⁹¹ Esta Constituição marca a reconstitucionalização da Itália depois da Primeira Guerra Mundial, após a experiência fascista. É resultado de um pacto político, em que as esquerdas participaram ativamente. O trabalho é considerado o fundamento da República. "Artigo 1º. A Itália é uma República democrática, fundada no trabalho." JUCÁ. Francisco Pedro. **A constitucionalização dos direitos dos trabalhadores e a hermenêutica das normas infraconstitucionais**. São Paulo: LTr, 1997, p. 85-96.

⁹² NASCIMENTO, Amauri Mascaro, *op. cit.*, p. 31.

⁹³ Busca-se com a justiça social a "criação de uma comunidade unida organicamente de forma que cada membro tenha uma oportunidade igual e efetiva para desenvolver-se e aprender a viver da melhor maneira que permitam suas qualidades inatas. Estas condições ideais de justiça mediante a união social são, em essência, as da democracia". São meios para sua obtenção: para a infância, nascimento normal, ambiente saudável, alimentação correta e educação liberal e adequada; para todo adulto, trabalho seguro de

Todos esses diplomas legais marcam o nascimento do constitucionalismo social e o reconhecimento dos direitos próprios dos trabalhadores, ou seja, um “novo tipo de direitos conexos com o processo de produção industrial”⁹⁴. Na verdade, o constitucionalismo social é o resultado de um processo de intervenção estatal nas relações privadas, que passam a ser reguladas pelo Estado, fazendo com que haja, segundo Rodrigo BORJA, uma publicação dos setores privados.⁹⁵

Além deste aspecto, deve ser considerada de extrema importância a adoção de um novo modelo de Estado, visto que a norma constitucional passa a lhe atribuir deveres de gerar e manter direitos de interesse social. E também deve ser observado que, segundo Moacyr Motta da SILVA, o novo modelo de Estado assegura, constitucionalmente, “valores jurídicos destinados à sociedade de massa”⁹⁶, que se concretizam na esfera do direito positivo...⁹⁷.

Uma das formas adotadas pelo Estado contemporâneo é o Estado do bem-estar social, o *Welfare state*⁹⁸, que tem sua constituição inicial entre os anos vinte e trinta do nosso século, “sendo típico dos Estados democráticos capitalistas”⁹⁹. Deixa de ser o Estado de atuação mínima para adotar uma forma intervencionista de atuação em favor da sociedade. Segundo Moacyr Motta da SILVA, “a postura política do Estado avança do conceito de Estado mínimo para o conceito de Estado intervencionista, no qual o homem constitui o centro das

acordo com a sua capacidade; para todas as pessoas, a prestação do máximo de serviços sociais e meios de atuação política para que suas idéias e necessidades sejam consideradas pelas autoridades constituídas. DICCIONARIO DE SOCIOLOGÍA. Edit. Henry Pratt Fairchild. Trad.T. Muñoz *et al* . 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1960. p. 165.

⁹⁴ BORJA, Rodrigo, *op. cit.*, p. 342.

⁹⁵ BORJA, Rodrigo. *Idem*, p. 343.

⁹⁶ Para sociedade de massa adota-se, no presente texto, o seguinte conceito: “termo usado para descrever a condição das sociedades modernas em que formas tradicionais de associação como comunidade, classe, etnicidade e religião declinaram, e em que a organização social é predominantemente de grande escala e burocratizada, pelo que as relações sociais são relativamente impessoais”. ROOTES, C. A. Sociedade de Massa. In: **Dicionário do pensamento social do século XX**. p. 720.

⁹⁷ SILVA, Moacyr Motta da; VERONESE, Josiane Rose Petry, *op. cit.*, p. 31.

⁹⁸ É também denominado de Estado assistencial, Estado social e Estado providência.

⁹⁹ SILVA, Moacyr Motta da; VERONESE, Josiane Rose Petry, *op. cit.*, p. 29.

atenções”¹⁰⁰.

Na lição de Dalmo de Abreu DALLARI, este modelo de Estado tem sua origem na obra de economistas, visto que sua conceituação inicial tem por base, apenas, dados de natureza econômica.¹⁰¹ Seus objetivos, segundo Gunnar MYRDAL, são o “desenvolvimento econômico, o pleno emprego, a igualdade de oportunidades para os jovens, previdência social e padrões mínimos protegidos não só quanto à renda, mas também no tocante à nutrição, habitação, saúde e educação”¹⁰².

O Estado do bem-estar representa o ápice de um longo processo que principiou com a afirmação dos direitos civis e políticos e depois com a identificação e o reconhecimento dos direitos sociais.¹⁰³

São seus marcos históricos a Primeira e Segunda Guerras Mundiais (de 1914 a 1918 e 1938 a 1945, respectivamente), para as quais tornaram-se necessárias uma ampla intervenção do Estado na produção, sobretudo bélica, bem como na distribuição de alimentos e produtos sanitários.

Também merece relevância, a ocorrência da grande crise de 1929¹⁰⁴, com seus terríveis desdobramentos: desemprego e inflação.

Esses fatos trazem como consequência um significativo aumento das despesas públicas como forma de assegurar melhores condições de vida aos trabalhadores e meios de combate ao desemprego. Todavia, tais medidas são

¹⁰⁰ SILVA, Moacyr Motta da; VERONESE, Josiane Rose Petry. Idem, ibidem.

¹⁰¹ DALLARI, Dalmo de Abreu. **O futuro do Estado**. São Paulo: Moderna, 1980, p. 131.

¹⁰² *Apud* DALLARI, Dalmo de Abreu. **O futuro...**, p. 131.

¹⁰³ BRIGGS, Asa, *op. cit.*, p. 260-262.

¹⁰⁴ A Grande Depressão (1929 a 1933). Crise econômica de âmbito mundial causada pela recessão agrícola dos anos vinte, que foi originada pelo aumento de produção de grãos e a conseqüente queda nos preços e bancarrota dos produtores. É marcada pelo colapso dos preços das ações na bolsa de valores de Nova Iorque e posterior descapitalização dos bancos; pela diminuição da atividade industrial com a queda das vendas; pela diminuição do poder de compra e contratação de serviços; e pelo desemprego. Teve conseqüências mundiais, afetando não apenas a América Latina, mas também as potências européias, Grã-Bretanha, Alemanha, Áustria e França. Ante a instauração de tal quadro e o receio de ascensão dos bolcheviques, estavam criadas as condições para a disseminação de regimes de extrema-direita e militaristas, fato que ocorreu na Itália, Alemanha e países balcânicos. BURNS, Edward Mac Nall; LENER, Robert E; MEACHAM, Standish, *op. cit.*, p. 707-708. NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. v. 1, p. 260.

efetivadas de modos distintos.

Nos Estados Unidos da América ocorre a implantação de um programa econômico, *New Deal*¹⁰⁵, cujas medidas políticas de assistência se desdobram junto às instituições políticas de natureza liberais-democráticas. Esse programa era contrário à tradição liberal norte-americana e contou com forte oposição dos industriais e setores conservadores da sociedade americana, contrários à intervenção do Estado na economia e receosos da implementação de um processo de socialização da vida nacional. Contudo, sua aplicação resultou num processo de grande desenvolvimento do país e de concentração de renda.¹⁰⁶

O contrário ocorre nos países nazifacistas, onde, em relação à proteção do trabalho, são desenvolvidas estruturas corporativistas, dentro de um regime totalitário de governo.¹⁰⁷

É na Inglaterra, nos anos quarenta, que o Estado assistencial se consolida, conforme seu princípio fundamental:

Independentemente da sua renda, todos os cidadãos, como tais têm direito de ser protegidos - com pagamento de dinheiro ou com serviços - contra situações de dependência de longa duração (velhice, invalidez) ou de curta (doença, desemprego, maternidade). O *slogan* dos trabalhistas ingleses em 1945 'Participação justa para todos' resume eficazmente o conceito do universalismo da contribuição que é fundamento do *Welfare state*.¹⁰⁸

Gloria REGONINI afirma que, terminada a Segunda Guerra Mundial, todos os Estados industrializados implantaram redes de serviços sociais,

¹⁰⁵ Nova Política. Programa econômico adotado nos Estados Unidos a partir do ano de 1933 pelo Presidente Franklin Roosevelt. Tinha por objetivo combater os efeitos da Grande Depressão e possuía como fundamento a intervenção estatal no processo produtivo. Isso através de um grande plano de realização de obras públicas para atingir o pleno emprego. Estabeleceu um sistema de previdência social, redução de horas de trabalho sem diminuição de salário, criação de um salário mínimo nacional, liberdade de organização sindical, previsão de convenção coletiva do trabalho e criação do programa da casa própria, além de outras providências. DICIONÁRIO DE ECONOMIA. Consult. Paulo Sandroni. São Paulo: Abril Cultural, 1985, p. 299-300.

¹⁰⁶ DICIONÁRIO DE ECONOMIA. Idem.

¹⁰⁷ REGONINI, Gloria. Estado do Bem-estar. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco, *op. cit.*, p. 417.

¹⁰⁸ REGONINI, Gloria. Idem, *ibidem*.

tomaram medidas para a criação e manutenção de empregos, ou mesmo o recebimento de renda aos desempregados, bem como a criação de uma carga tributária, ostensivamente, progressiva. Contudo, ao final dos anos sessenta, as estruturas administrativas voltadas aos serviços sociais foram ficando cada vez maiores frente às receitas do Estado, o que culminou numa crise fiscal.¹⁰⁹

Ante a elevação do déficit público que causa a intensificação do processo inflacionário e instabilidade econômica, começam a surgir pressões, inclusive em certas camadas da opinião pública, para que o Estado limite, significativamente, os gastos e formas de intervenção social.

A elevação de despesas culminou na “crise do bem-estar”, uma crise tanto de valores quanto de finanças ou gerenciamento”¹¹⁰.

Frente à elevação da carga fiscal, certa parte da sociedade prefere uma outra forma de contribuição baseada no princípio contratualista.

Tais fatos fazem com que o Estado do bem-estar passe, atualmente, por uma grande crise, que inclusive marca um novo momento histórico, que pode acarretar o seu desaparecimento gradativo.¹¹¹

Deve-se observar que o Estado social:

...correspondeu, em grande parte, a um pacto-social democrata entre capitalistas e trabalhadores, numa fase da economia capitalista, desde o início dos anos 40 até o final dos anos 60. Face à crise econômica do sistema capitalista a partir do final dos anos 60, inicialmente sob a modalidade de uma crise financeira, o Estado social encontra-se igualmente em crise.¹¹²

Na Inglaterra, desde 1951, o governo britânico vem estabelecendo limites para as despesas com o bem-estar, sendo que em 1958, através de artigos de autoria de Richard Titmuss, foi afirmado que os benefícios tinham

¹⁰⁹ REGONINI, Gloria. Idem, *ibidem*.

¹¹⁰ BRIGGS, Asa, *op. cit.*, p. 262.

¹¹¹ REGONINI, Gloria. Estado do Bem-estar. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco, *op. cit.*, p. 417.

¹¹² CARRION, Eduardo K.M, *op. cit.*, p. 7.

alcançado, sobretudo, a classe média, em lugar de outros setores da sociedade.¹¹³

As medidas de contenção com os gastos não foram suficientes para se evitar novas críticas, principalmente, nos anos setenta com a alta da inflação.

Em 1988, o governo britânico afirma num documento sobre segurança social que “o suprimento por parte do estado desempenhou um papel importante em apoiar e sustentar o indivíduo; mas não deve desestimular a autoconfiança ou colocar-se no caminho do suprimento ou da responsabilidade individuais”.¹¹⁴

No Brasil, após a promulgação da Constituição República Federativa do Brasil de 1988, adotou-se o Estado democrático de direito e também o Estado social.

Neste último aspecto, o texto constitucional elenca uma série de dispositivos relativos à proteção dos direitos sociais, no âmbito político, cultural, ecológico, educacional, previdenciário, do trabalho e da assistência social, entre outros. Contudo, frente às atuais mudanças legislativas, parte dos direitos e garantias, historicamente conquistados, deixam de ser tutelados, fazendo com que o Estado abandone seu perfil social.

Por outro lado, apesar dos acontecimentos atuais, pode-se afirmar que, mesmo o Estado social estando em crise, é a única instituição que pode assegurar a manutenção da proteção dos direitos inerentes à sociedade de massa.

Por isso, mais que sua extinção, é necessário buscar formas de seu aprimoramento, para que, pelo menos, seja assegurado um mínimo básico de segurança, habitação, cultura, educação, saúde, lazer, previdência social e oportunidade de emprego a todos os indivíduos.

¹¹³ BRIGGS, Asa, *op. cit.*, p. 262.

¹¹⁴ BRIGGS, Asa. *Idem*, *ibidem*.

1.5 Função social do Estado

Procura-se demonstrar no presente estudo que o Estado possui uma finalidade, e não se admite tal categoria jurídica sem este requisito.

Sobre isso, são palavras de Ataliba NOGUEIRA: "negar a finalidade ao Estado é negar justiça, no Estado. É proclamá-lo indiferente a tudo"¹¹⁵. Prosseguindo, o mesmo autor cita Victor CATHREIN, que já em 1895, afirmava: "o fim do estado é a prosperidade publica [sic]"¹¹⁶, ou "o complexo das condições requeridas para que, na medida do possível [sic], todos os membros organicos [sic] da sociedade possam conseguir por si a omnimoda [sic] felicidade temporal, subordinada ao fim ultimo [sic]"¹¹⁷.

HAURIU e RENARD, também citados por Ataliba NOGUEIRA, enfatizam que ao Estado cabe a obrigação de considerar e atuar sobre as repercussões econômicas na esfera política, no tocante à defesa nacional e na tutela dos direitos e seguridade das liberdades. Esta atuação do Estado deve ser no sentido de equilibrar as atividades econômicas privadas, que segundo os autores, "muitas vezes são verdadeiras potencias economicas [sic]"¹¹⁸.

E, prosseguindo, Ataliba NOGUEIRA considera, lucidamente, ser tarefa do Estado:

... remediar as injustiças sociais, embora sem esperança de pôr cobro [sic] a todos os desmandos e sem a pretensão de implantar o paraíso [sic] na terra, mas, tanto quanto lhe for possível, realizar o reinado da justiça. E o que diz dos indivíduos diga-se também [sic] da família [sic], da corporação,

¹¹⁵ NOGUEIRA, J. C. Ataliba, *op. cit.*, p. 6.

¹¹⁶ Sobre prosperidade pública, Ataliba NOGUEIRA afirma que "deve ser um bem geral, quanto possa ser e convenha à justiça distributiva, comum a todos os membros", que "não pode ser fim em si, porque deve subordinar-se ao bem dos cidadãos"; que "deve ser um bem externo e temporal desta vida"; que "deve ser adequada a toda sociedade civil e só a ela, porque a sociedade se especifica pelo seu fim"; que "deve ser qualitativamente completa, isto é, não excluir *per se* nenhum bem externo, que possa ser útil [sic] à perfeição do homem, dentro da ordem natural", que "longe de destruir a esfera da atividade privada, o estado deve antes ordenar-se a ajudá-la dentro de justos limites"; e sendo a prosperidade pública fim do estado, "deve subordinar-se ao fim ultimo [sic] do homem ou encarar a felicidade honesta desta vida, de modo que venha a ser meio para a consecução daquele sumo e ultimo [sic] bem, que constitui [sic] a nossa eterna felicidade". NOGUEIRA, J. C. Ataliba. *Idem*, p. 117-121.

¹¹⁷ NOGUEIRA, J. C. Ataliba. *Idem*, p. 112.

¹¹⁸ *Apud* NOGUEIRA, J. C. Ataliba. *Idem*, p. 134.

das outras associações profissionais, do município *[sic]* e, afinal de contas, das exigências *[sic]* da prosperidade geral.”¹¹⁹

E, ainda, continua, ao colocar a temática função do Estado no âmbito social, em forma interrogativa. Questiona o autor:

Onde é mais necessária *[sic]* e ao mesmo tempo mais delicada a ordem oriunda da justiça, a ordem geradora da paz, do que na esfera das relações econômicas *[sic]*, entre patrões e operários *[sic]*, entre produtores e consumidores, entre concorrentes nacionais e estrangeiros? Não se confunde largamente a paz social e por vezes mesmo a paz internacional com a paz econômica *[sic]*?¹²⁰

E, responde a seguir: “o essencial é não esquecer que a prosperidade econômica *[sic]* não pôde *[sic]* ofender a justiça social”¹²¹.

Neste caminho, também pode-se citar o pensamento de Cesar Luiz PASOLD, segundo o qual o Estado é o instrumento através do qual a sociedade espera ter suas demandas satisfeitas, sejam elas permanentes ou conjunturais. Tal concepção, que pode ser intitulada a função instrumental do Estado, comporta duas causas: sua própria instituição que é social, e o seu objeto que é o de atender as já referidas demandas.¹²²

Por conseguinte, “se a condição instrumental do Estado advém do fato de ele ser criação da Sociedade, ela consolida-se na serventia aos anseios sociais e justifica-se por uma conformação jurídica conveniente à origem e coerente com a utilidade à Sociedade que o criou”¹²³.

Ainda, segundo o mesmo autor, com fundamento em Georg JELLINEK, afirma que a função social do Estado:

... consolida-se conforme cada Sociedade e seu Estado, de acordo com a realidade e através de ações que cumpram a sua destinação; (...) constitui-se numa dinâmica que supõe e requer a cooperação social, a

¹¹⁹ NOGUEIRA, J. C. Ataliba. Idem, p. 136.

¹²⁰ NOGUEIRA, J. C. Ataliba. Idem, p. 137-138.

¹²¹ NOGUEIRA, J. C. Ataliba. Idem, p. 141.

¹²² PASOLD, Cesar Luiz, *op. cit.*, p. 16.

¹²³ PASOLD, Cesar Luiz. Idem, *ibidem*.

mobilização solidária dos componentes da Sociedade considerada, sustentando, verificando e participando do dever de agir e do agir do Estado; (...) pressupõe uma conveniente administração da oposição entre a 'atividade livre' e a 'atividade regulada' na Sociedade, e entre a 'atividade autoritária' e a 'atividade social' no Estado.¹²⁴

Luís Pinto FERREIRA, ao tratar da finalidade do Estado, afirma que é um "instrumento ou meio de realização de determinados objetivos, não é propriamente um fim em si mesmo, uma entidade acima dos valores da pessoa humana"¹²⁵.

Também este autor, a exemplo dos anteriormente citados, ensina que o Estado é um instrumento para consecução de um objetivo, e não um fim em si mesmo.

Sobre os fins do Estado, Paulo BONAVIDES recomenda como critério metodológico mais sensato o histórico. Pois, deve o mesmo ser analisado segundo "as idéias dominantes de cada época", ou seja, deve ser examinado de acordo com as reflexões jurídicas, políticas, filosóficas e históricas de seu tempo.¹²⁶

Nesta mesma linha, Dalmo de Abreu DALLARI afirma como finalidade do Estado, a busca do bem de um determinado povo num certo território, fazendo com que cada Estado tenha uma concepção própria de bem comum, de acordo com as características de seu povo.¹²⁷ Ou ainda, que seu objetivo principal é o bem comum do povo.¹²⁸

Conforme Norberto BOBBIO, o Estado possui uma função positiva que consiste em fazer valer a justiça distributiva, ao invés da justiça comutativa que é baseada na igualdade aritmética. Contudo, para a realização da justiça distributiva é necessário que se adotem certos critérios. E quais são estes critérios? As discussões atuais acerca do Estado social residem nas

¹²⁴ PASOLD, Cesar Luiz. Idem, p. 57-58.

¹²⁵ FERREIRA, Luís Pinto, *op. cit.*, p. 201.

¹²⁶ BONAVIDES, Paulo, *op. cit.*, p. 11.

¹²⁷ DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de...*, p. 95

¹²⁸ DALLARI, Dalmo de Abreu. *O futuro...*, p. 55.

divergências acerca de quais critérios devem ser observados para a efetivação da justiça.¹²⁹

Como já visto, conforme André-Noël ROTH, o surgimento do Estado foi progressivo e ocorreu a partir do século XIV, inclusive. Distinguiu-se do feudalismo, ao realizar a separação da esfera pública (burocracia estatal) da esfera privada (interesses pessoais). Separam-se também, o poder político (dominação legítima legal-racional) do poder econômico (posse dos meios de produção e de subsistência), bem como torna-se autônomo frente à sociedade civil, ao separar as funções administrativas e políticas.¹³⁰ Nasceu adotando uma forma absolutista, seguindo uma conformação liberal, passando mais tarde a desenvolver uma atuação social.

A partir da década de oitenta e no início da presente década ocorreram profundas mudanças no cenário político mundial. Entre elas a desintegração do bloco socialista e a derrocada de, praticamente, todos os regimes autoritários da América Latina.

Atualmente, o Estado passa por uma grande crise em razão de que os seus mecanismos econômicos, sociais e jurídicos de regulação já não possuem a eficiência necessária. André-Noël ROTH, baseado em J. DUNN, afirma que a principal causa dessa crise de regulação é a globalização, que tem diminuído a soberania dos Estados, em seus aspectos jurídicos, econômicos, políticos e militares.¹³¹

Ainda em conformidade com J. DUNN, o autor enumera as quatro rupturas com a ordem mundial pretérita que são:

- “a capacidade estatal de garantir a segurança dos cidadãos e a integridade territorial”¹³², em razão de que com o fim da Guerra Fria há a necessidade de efetivação de novas alianças, que deixaram de ser bipolares para serem multipolares;

¹²⁹ BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 112-113.

¹³⁰ ROTH, André-Noël, *op. cit.*, p. 16.

¹³¹ ROTH, André-Noël. *Idem*, p. 18.

¹³² ROTH, André-Noël. *Idem*, *ibidem*.

- “a mundialização da economia”¹³³, visto que as forças econômicas fogem da coação dos Estados nacionais;

- “a internacionalização dos Estados”¹³⁴, que passam a constituir várias organizações internacionais para fins de ação conjunta para a gestão global de problemas comuns, obrigando-os a coordenar as suas políticas; e

- “o direito internacional”¹³⁵, alavancado pela proliferação de tratados de cooperação econômica, bem como da necessidade do estabelecimento de um princípio normativo superior.

Seguindo o mesmo pensamento, estas rupturas causam a diminuição da autonomia e soberania dos Estados nacionais, que têm seus poderes de coação dizimados em razão de que devem compartilhá-los com outras forças, que vão além da esfera nacional. Tais transformações alteram as formas de regulação social, que até então, eram função estatal.

Com a diminuição da autonomia e soberania do Estado, a regulação social passa a ter um caráter neofeudal, em que o Estado cede seu poder de coação jurídica a outras instituições não públicas e, sobretudo, de natureza econômica.¹³⁶ Contudo, o desenvolvimento destes temas será objeto de outro capítulo.

¹³³ ROTH, André-Noël. Idem, ibidem.

¹³⁴ ROTH, André-Noël. Idem, ibidem.

¹³⁵ ROTH, André-Noël. Idem, ibidem.

¹³⁶ ROTH, André-Noël. Idem, p. 18-19.

2. OS DIREITOS DO EMPREGADO E SEUS ANTECEDENTES HISTÓRICOS - A GÊNESE DO DIREITO DO TRABALHO

2.1 A gênese comum do direito do trabalho e dos direitos do empregado

O objetivo a ser alcançado no presente capítulo é examinar, numa perspectiva multidisciplinar, os aspectos históricos da gênese e do desenvolvimento do direito do trabalho¹³⁷.

O nosso entendimento inicial, portanto, provisório, é de que o reconhecimento e a proteção dos direitos do empregado parece confundir-se com o próprio nascimento do direito do trabalho. E, o método a ser utilizado para este estudo, direito do trabalho, desenvolvimento e normas de proteção das relações de emprego, será o teórico de pesquisa bibliográfica.

A evolução das relações laborais, a partir de determinados momentos históricos, entrelaça-se com o desenvolvimento humano, pois conforme Jean-Paul SARTRE “os elementos materiais da vida dos homens, as relações de produção’ são elementos essenciais de sua história”¹³⁸. Além de que, segundo Georg HEGEL, “a intervenção da necessidade e de sua satisfação individual e coletiva através do trabalho’ é o primeiro momento da sociedade civil”¹³⁹.

No Brasil é recente a inserção na Carta Magna da proteção aos direitos do trabalhador e, por consequência, do empregado. Ou seja, o

¹³⁷ O Direito do trabalho tem por objeto, conforme João Gama CERQUEIRA, a “exposição dos princípios e normas de direito que regem as relações de trabalho subordinado, isto é, do trabalho prestado por uma pessoa a outra e sob a dependência desta”. *Apud* MARANHÃO, Délio; CARVALHO, Luiz Inácio Barbosa. **Direito do trabalho**. 17. ed. Rio de Janeiro: Getúlio Vargas, 1993, p. 3.

¹³⁸ *Apud* OLEA, Manuel Alonso. **Introdução ao direito do trabalho**. Trad. Regina Maria Macedo Nery Ferrari *et al* .. 5. ed. Curitiba: Genesis, 1997, p. 139.

¹³⁹ *Apud* OLEA, Manuel Alonso. *Idem*, *ibidem*.

reconhecimento da existência do direito constitucional do trabalho¹⁴⁰ é contemporâneo.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 admite como direitos sociais os relativos ao homem trabalhador; à seguridade; à educação e à cultura; à família, criança, adolescente e idoso; e ao meio ambiente.¹⁴¹

Percebe-se, portanto, que os direitos do trabalhador, e por consequência do empregado, estão tutelados constitucionalmente através dos direitos sociais. Se há proteção constitucional, ocorreram fatos que a justificam.

Vale recordar a lição de Miguel REALE, segundo o qual, a toda norma jurídica antecede um fato social, ao qual é atribuído um valor, de acordo com sua relevância para a própria sociedade.¹⁴²

Na doutrina de Evaristo MORAES FILHO, o direito do trabalho é um “produto típico do século XIX. Somente nesse século surgiram as condições sociais que tornaram possível o aparecimento do Direito do Trabalho como um ramo novo da comum ciência jurídica, com características próprias e autonomia doutrinária”¹⁴³.

Amauri Mascaro NASCIMENTO afirma que o direito do trabalho possui autonomia legislativa, doutrinária, didática e jurisdicional, a saber:

- autonomia legislativa, pois possui legislação “total e própria”, constitucional e infraconstitucional;¹⁴⁴
- autonomia doutrinária, pois é constituído por princípios específicos, além de contar com bibliografia e princípios próprios;¹⁴⁵

¹⁴⁰ Na doutrina de Ivo Dantas é “a elevação dos direitos trabalhistas a nível constitucional” que fez surgir o direito constitucional do trabalho, que, segundo o mesmo autor, pode ser considerado um desdobramento do direito constitucional ou do direito do trabalho. DANTAS, Ivo, *op. cit.*, p. 305.

¹⁴¹ SILVA NETO, Manoel Jorge. **Curso de direito constitucional do trabalho**. São Paulo: Malheiros, 1998, p. 49.

¹⁴² REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 1980, p. 64-67.

¹⁴³ *Apud* MARANHÃO, Délio; CARVALHO, Luiz Inácio Barbosa, *op. cit.*, p. 14-15.

¹⁴⁴ NASCIMENTO, Amauri Mascaro, *op. cit.*, p. 113-114.

¹⁴⁵ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Idem*, p. 114-115.

- autonomia didática, visto que é matéria obrigatória nas Faculdades de Direito, além de constar no currículo dos cursos de Economia, Administração de Empresas e Serviço Social;¹⁴⁶ e

- autonomia jurisdicional, visto que a Justiça do Trabalho é justiça especializada em nosso país, contando o Poder Judiciário com órgãos¹⁴⁷ para a prestação jurisdicional no âmbito trabalhista,¹⁴⁸ além da existência do Ministério Público do Trabalho.

Ao tratar dos fatos que deram origem à tutela constitucional dos direitos do empregado, é preciso ir à gênese do próprio direito do trabalho e de algumas de suas instituições, pois na lição de Manuel Alonso OLEA “como disse Savigny, ‘não é possível compreender o presente de uma situação orgânica (...) senão (...) em conexão com o seu passado’”¹⁴⁹.

A atual Constituição da República Federativa do Brasil, ao tutelar os direitos do empregado, seguiu um processo histórico que tem como marco inicial fatos de relevância política e social que deram origem ao direito do trabalho.

2.2 Breve evolução histórica da prestação laboral

2.2.1 A escravidão

A primeira modalidade de prestação de trabalho a outrem é a escravidão, sendo que, segundo Georg HEGEL, “foi uma instituição universal

¹⁴⁶ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Idem*, p. 115.

¹⁴⁷ Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento.

¹⁴⁸ NASCIMENTO, Amauri Mascaro, *op. cit.*, p. 115.

¹⁴⁹ OLEA, Manuel Alonso, *op. cit.*, p. 137.

no mundo antigo^{150», 151}

A escravidão consiste em tratar o ser humano, sob a ótica jurídica e institucional, como propriedade e mercadoria, seja para fins de prestação de trabalho ou para objeto de compra e venda, privando-lhe de qualquer autonomia.¹⁵² Decorria de diversas circunstâncias, sendo as mais comuns: pelo nascimento de pai ou mãe escravos, dominação por conquista ou cativeiro de vencidos e a submissão por endividamento.

A escravidão de povos vencidos em guerra, por mais cruel que possa parecer em nossos dias, foi uma evolução, pois seus antecedentes eram a antropofagia ou a morte.

Mozart Victor RUSSOMANO enfatiza que “a generalização do trabalho escravo, sua importância e a necessidade de sua utilização para a prosperidade geral ou para gozo dos privilégios constituídos, levaram Platão e Aristóteles, na República e na Política, a admitir a escravatura e, até mesmo a defendê-la”¹⁵³.

Ainda, conforme ARISTÓTELES, “para conseguir cultura era necessário ser rico e ocioso e que isso não seria possível sem a escravidão”¹⁵⁴.

Os romanos classificavam a organização do trabalho através das seguintes formas: trabalho escravo, em que o trabalhador era propriedade de seu senhor, sendo considerado *res*; o trabalho organizado em corporações, *colegia*; e o trabalho livre.¹⁵⁵

Os grandes proprietários romanos possuíam escravos de várias classes, pastores, gladiadores, músicos, filósofos e poetas. Tais escravos,

¹⁵⁰ Entende-se por civilizações antigas as sociedades civilizadas da Antigüidade, os egípcios, os hebreus, os babilônicos, os gregos, os hindus, os romanos, entre outros. GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Introdução ao estudo do direito**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1984, p. 338-355.

¹⁵¹ *Apud* OLEA, Manuel Alonso, *op. cit.*, p. 146.

¹⁵² SCHOECK, Heimut, *op. cit.*, p. 275.

¹⁵³ RUSSOMANO, Mozart Victor. **Curso de direito do trabalho**. Rio de Janeiro: J. Konfino, 1974, p. 10-11.

¹⁵⁴ *Apud* SÜSSEKIND, Arnaldo; MARANHÃO, Délio; VIANNA, Segadas. **instituições de direito do trabalho**. 9. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, v. 1, 1984, p. 24.

¹⁵⁵ RUSSOMANO, Mozart Victor, *op. cit.*, p. 11.

quando libertos, trabalhavam para terceiros, mediante o pagamento de salário, tornado-se os primeiros trabalhadores assalariados.¹⁵⁶

A libertação de um escravo poderia ocorrer por liberalidade de seu proprietário ou pela compra de sua própria liberdade. Tal ocorria quando o escravo recebia alguma forma de pagamento e conseguia, com o passar do tempo, juntar um pecúlio para esse fim.

Na Babilônia, o Código de Hamurabi¹⁵⁷ previa um regime menos rígido de trabalho, permitindo aos trabalhadores o gozo de alguns direitos civis, tais como pagamento de honorários e indenizações, por exemplo.

Já os hebreus reconheciam os artesãos como trabalhadores livres e aos escravos era previsto pagamento, repousos obrigatórios, prazo certo para a escravidão e proteção em caso de acidente na prestação de trabalho.¹⁵⁸

A escravidão permanece durante toda a Idade Média, prossegue na Idade Moderna¹⁵⁹, chegando até nossos dias em alguns países da África e Ásia. Todavia, é com a Revolução Francesa em 1789, através da propagação de seus ideais de liberdade e igualdade, que a escravidão passou a ser considerada indigna. Na Inglaterra e seus territórios a escravidão foi abolida a partir de 1857.

A escravidão foi introduzida no Brasil pelos colonizadores portugueses, que primeiro tentaram escravizar os silvícolas e mais tarde escravizaram os africanos, trazidos de sua terra natal com este fim específico.

Segundo Edmundo MONIZ:

¹⁵⁶ SÜSSEKIND, Arnaldo; MARANHÃO, Délio; VIANNA, Segadas, *op. cit.*, p. 23-24.

¹⁵⁷ O Código de Hamurabi é de autoria do rei que lhe emprestou o nome, e que viveu de 2067 a 2025 a. C., o qual reunificou a Mesopotâmia e fundou o Primeiro Império Babilônico. Sua principal realização governamental foi a elaboração do Código de Hamurabi baseado em antigas leis semitas e sumerianas. Gravado em pedra basáltica, continha duzentos e oitenta e dois artigos, sendo que destes trinta e três se perderam. Disciplina relações de comércio, família, propriedade, herança e escravidão, além de prever penas para os respectivos delitos. CÓDIGO DE HAMURABI, CÓDIGO DE MANU E LEI DAS XII TÁBUAS. Edit. Jair Lot Vieira. Bauru: EDIPRO, 1994, p. 9-10.

¹⁵⁸ RUSSOMANO, Mozart Victor, *op. cit.*, p. 11.

¹⁵⁹ A Idade Moderna principia com o final da Idade Média, 1453 ou 1492, e tem seu término com a Revolução Francesa em 1789. LE MICRO-ROBERT: LANGUE FRANÇAISE - NOMS POPRES - CHRONOLOGIE - CARTES. Dir. Red. Alain Rey. Paris: Dictionnaires Le Robert, 1988, p. 346-347.

Pode-se dizer que o desenvolvimento inicial do Brasil se fez sobre o suor, o sangue e o sacrifício do negro. A riqueza, o conforto, o luxo no período colonial e no império são resultados do trabalho servil. Foi sobre a exploração inumana e desumana do índio e do negro pelos implacáveis colonizadores que se estruturou o sistema de produção para integrar o Brasil na economia mundial.¹⁶⁰

A lei que aboliu a escravidão no Brasil¹⁶¹, Lei Áurea, foi aprovada pelo Parlamento por oitenta e cinco votos contra nove, e sancionada pela Princesa Isabel na condição de regente. Compõe-se de apenas dois artigos, o primeiro, declarou extinta a escravidão no Brasil, e o segundo, revogou as disposições em contrário.¹⁶² Este diploma legal concedeu liberdade a setecentos e vinte e três mil setecentos e dezenove escravos.¹⁶³

O número de escravos libertos é um número considerável, pois deve ser observado que estavam em vigência a Lei do Ventre Livre¹⁶⁴ e da Lei do Sexagenário¹⁶⁵, anteriores à Lei Áurea.

Ao longo do período escravocrata, que durou oitenta anos, nosso país recebeu um milhão e quinhentos mil africanos, sendo setecentos mil ilegalmente.¹⁶⁶

Tais fatos merecem registro expressivo, visto que, no Brasil, em

¹⁶⁰ *Apud* SÜSSEKIND, Arnaldo; MARANHÃO, Délio; VIANNA, Segadas, *op. cit.*, p. 25.

¹⁶¹ Lei n.º 3.353, de 13 de maio de 1888. HISTÓRIA DO BRASIL. FOLHA DE SÃO PAULO. 2. ed. São Paulo: Folha da Manhã, 1997, p. 145.

¹⁶² HISTÓRIA DO BRASIL. FOLHA DE SÃO PAULO. *Idem*.

¹⁶³ HISTÓRIA DO BRASIL. FOLHA DE SÃO PAULO. *Idem*.

¹⁶⁴ Foi aprovada pelo Senado imperial do Brasil em 18 de setembro de 1871 e declarou livres os filhos nascidos de mulher escrava desde esta data. Todavia, os senhores das mães poderiam utilizar o trabalho de seus filhos até que atingissem vinte e um anos, salvo se fossem indenizados pela Coroa. Esta lei, também, tornou livres os escravos de propriedade da Coroa e instituiu um fundo de emancipação e pecúlio aos mesmos. DICIONÁRIO DE ECONOMIA, p. 235.

¹⁶⁵ Aprovada pelo Parlamento imperial em 28 de setembro de 1885, previa as normas para a libertação compulsória dos escravos que tivessem idade superior a sessenta e cinco anos, sendo que era custeada com fundos do Estado. DICIONÁRIO DE ECONOMIA. *Idem*.

¹⁶⁶ HISTÓRIA DO BRASIL. FOLHA DE SÃO PAULO, p. 145.

quase quinhentos anos de história, a abolição da escravidão ocorreu há pouco mais de um século.

2.2.2 A servidão

Outra modalidade de prestação de trabalho subordinado a outrem é a servidão, característica das sociedades feudais, e que tinha como base legal a posse da terra pelos senhores.

Nesta forma de prestação de trabalho, o servo da terra ou servo da gleba era considerado acessório da própria terra.¹⁶⁷ Sendo assim, servo, no sistema feudal, era a pessoa adstrita a um lote de terra e que devia prestações e serviços a quem detivesse a posse desta terra.¹⁶⁸

A servidão foi uma instituição jurídica e social própria do regime senhorial da Idade Média. Possuía caráter pessoal ao estabelecer uma relação entre os servos, habitantes de um feudo, com o senhor ou proprietário deste. Tal relação previa a submissão dos primeiros ao segundo, inclusive com a limitação de seus direitos.¹⁶⁹

O servo diferenciava-se do escravo¹⁷⁰ por ser titular de alguns direitos civis, por exemplo o casamento. Contudo, desde que com autorização de seu senhor e, algumas vezes, mediante pagamento de tributo. Em verdade, a servidão constituía-se numa escravidão mitigada.

Sendo uma característica do sistema feudal a servidão tinha como base a posse, pelo senhor feudal, não apenas da terra mas de todos os direitos a ela vinculados. O camponês vivia em total dependência do dono da terra, sendo seu servo na paz e soldado na guerra, assim como seus filhos, pois o

¹⁶⁷ OLIVEIRA, José César de. Formação histórica do direito do trabalho. In: **Curso de direito do trabalho: estudos em memória de Célio Goyatá**. Coord. Alice Monteiro de Barros. São Paulo: LTr, v. 1, 1993, p. 57.

¹⁶⁸ DICCIONARIO DE SOCIOLOGÍA, p. 273.

¹⁶⁹ DICCIONARIO DE SOCIOLOGÍA. Idem.

¹⁷⁰ Na verdade, a servidão é uma forma social intermediária e de transição entre a escravidão e o trabalho livre. DICCIONARIO DE SOCIOLOGÍA. Idem.

juramento de fidelidade era transmitido aos descendentes.¹⁷¹

Na servidão havia a possibilidade de o servo pagar ao senhor feudal um tributo pela utilização da terra. Tal tributo poderia ser pago em moeda, produtos da terra ou em trabalho desempenhado pelo servo e sua família.

O servo possuía o direito de herança de animais, objetos pessoais e, em alguns casos, do uso de pastos. Todavia, o imposto de sucessão a ser pago ao dono da terra, muitas vezes, absorvia todo o montante herdado.

Os servos destituídos do arado, animais e uso de pastos denominavam-se *cotters* (habitantes de cabanas), os quais possuíam situação inferior daqueles que permaneciam servos.¹⁷²

Ao final da Idade Média a servidão começa a desaparecer por vários motivos, entre eles: as grandes epidemias, a formação das cidades para onde os servos se refugiavam, o movimento comercial, a realização das Cruzadas, a alforria pelos senhores da terra e o enfraquecimento do feudalismo.

Merece relevância o cerco dos pastos pelos proprietários ingleses, que já não mais necessitavam de volume expressivo de mão-de-obra para manutenção de suas terras.

2.2.3 As corporações de ofício

Com a formação das cidades na Idade Média, o incremento da atividade comercial e o êxodo rural, começa a surgir outra modalidade de prestação de trabalho subordinado, as corporações de ofício¹⁷³, ou associações de artes e misteres.

Na França recebiam a denominação de *Maîtrises*, na Espanha de

¹⁷¹ RUSSOMANO, Mozart Victor, *op. cit.*, p. 12.

¹⁷² SÜSSEKIND, Arnaldo; MARANHÃO, Délio; VIANNA, Segadas, *op. cit.*, p. 26.

¹⁷³ As corporações de ofício, ou guildas, eram associações de artesãos e mercadores de idêntica atividade ou ramo, que tinham por objetivo proteger os interesses comuns de seus membros. Foram características da Europa medieval, sendo muito poderosas em algumas regiões, *verbi gratia*, a Liga Hanseática que dominou quase todo o comércio do norte europeu durante longo tempo. Em relação aos artesãos, as guildas congregavam várias atividades, entre elas, a ourivesaria, a tecelagem e a sapataria, regulando os salários, as condições de trabalho e o controle de qualidade dos produtos. NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. v. 1, p. 430.

*Gremios e na Alemanha de *Zunft*.*¹⁷⁴

A formação das corporações deve-se ao reagrupamento daqueles trabalhadores que possuíam a mesma profissão, através de uma organização hierárquica, que lhes possibilitava o monopólio profissional.

As corporações eram grupos de produção que tinham em seu comando o mestre, que ocupava a mais alta hierarquia e que possuía funções de negociante, de capataz, de empregador e de lojista. A seguir, vinham os companheiros ou oficiais, e na base os aprendizes.¹⁷⁵

O regime corporativista era baseado num contrato rígido, pois o trabalhador, além de se subordinar ao mestre em questões profissionais, submetia-se a outras determinações, entres as quais o direito de mudança de domicílio. Em troca recebia salários, proteção da corporação em caso de doença e a garantia do monopólio profissional.

As corporações sofriam também influências externas, no sentido de sua manutenção ou extinção. Na primeira hipótese, pode-se citar como exemplos a intervenção das Cortes de Valladolid, no ano de 1351, que “fixaram a jornada de trabalho de sol a sol com períodos de descanso para alimentação e asseguraram a liberdade de qualquer pessoa ensinar o ofício ‘a quem quisesse aprendê-lo’”¹⁷⁶.

Da mesma forma, nas “Cortes de Toro se declarava que ‘todos os ofícios são legítimos’”, sendo proibido o penhor dos instrumentos de trabalho e a prisão do trabalhador por motivo de dívida.¹⁷⁷

Com o passar do tempo foram surgindo dissensões internas e entre corporações que pretendiam idênticos privilégios. Ao lado das mesmas começam a surgir as organizações de operários.

Tal sistema corporativo entrou em declínio a partir do século XVI, em razão das mudanças oriundas de novas rotas comerciais e de novas condições de trabalho, além de crises internas nas próprias guildas, nesta época

¹⁷⁴ SÜSSEKIND, Arnaldo; MARANHÃO, Délio; VIANNA, Segadas, *op. cit.*, p.26-27.

¹⁷⁵ OLIVEIRA, José César de, *op. cit.*, p. 60.

¹⁷⁶ SÜSSEKIND, Arnaldo; MARANHÃO, Délio; VIANNA, Segadas, *op. cit.*, p. 27.

¹⁷⁷ SÜSSEKIND, Arnaldo; MARANHÃO, Délio; VIANNA, Segadas. *Idem*, *ibidem*.

dominadas por poucas famílias privilegiadas. Estas crises foram se tornando mais constantes e graves, tanto que em Lyon, na França, em razão de uma disputa entre as corporações de comerciantes e artífices, houve uma grande rebelião, cujas conseqüências foram enforcamentos, torturas e prisões.¹⁷⁸

Ainda na França, em 17 de março de 1791, a Assembléia da Revolução aprova a supressão das *maîtrises* e *jurandes* e em 17 de junho do mesmo ano, através da *Lei Chapelier*, foram extintas as corporações por serem consideradas como "atentatórias aos direitos do homem e do cidadão".¹⁷⁹

Le Chapelier, ao redigir a lei acima referida que lhe tomou o nome, manifestou-se sobre a competência das convenções na fixação da jornada de trabalho dos operários. E que a estes cabiam manter o convencionado com quem lhes dava ocupação.¹⁸⁰

Na Inglaterra, as corporações de ofício deixaram de existir, apenas, no início do século passado.

A supressão das guildas significou a aplicação dos princípios relativos ao individualismo mais radical e também para proibir as associações de trabalhadores que começavam a surgir, conforme demonstra o exame de alguns trechos da lei *Le Chapelier*.¹⁸¹

Sobre a proibição de reunião, agrupamento ou deliberação de pessoas que tivessem a mesma profissão, assim determinava "sob qualquer pretexto e de qualquer forma", em relação a "operários e artífices de qualquer arte" e na defesa de "seus pretensos interesses comuns".¹⁸²

Ataliba NOGUEIRA, ao se referir sobre a extinção das corporações de ofício, a vigência do liberalismo e a atuação do Estado, apenas em questões bastante restritas, afirma que tudo isso fez com que os trabalhadores ficassem em situação inferior aos servos das glebas e mesmo a de algumas formas de

¹⁷⁸ SÜSSEKIND, Arnaldo; MARANHÃO, Délio; VIANNA, Segadas. Idem, Ibidem.

¹⁷⁹ SÜSSEKIND, Arnaldo; MARANHÃO, Délio; VIANNA, Segadas. Idem, p. 27-28.

¹⁸⁰ MORAES FILHO, Evaristo e MORAES, Antonio Carlos Flores de. **Introdução ao direito do trabalho**. 5. ed. São Paulo: LTr, 1991, p. 57-58.

¹⁸¹ *Apud* OLEA, Manuel Alonso, *op. cit.*, p. 341.

¹⁸² OLEA, Manuel Alonso. Idem, *ibidem*.

escravidão antiga. Observa, ainda, o autor, que ao capital coligado não se proibia qualquer forma de união.¹⁸³

2.2.4 A Revolução Industrial e a classe trabalhadora

O termo Revolução Industrial expressa um complexo de mudanças que ocorreram no final do século XVIII e início do século XIX, sobretudo no continente europeu, as quais precederam o industrialismo moderno.¹⁸⁴

Este fenômeno principia a partir de 1780, na Inglaterra, e teve duração de um século aproximadamente, propiciando a “conversão de uma economia rural e artesanai numa economia dominada pela manufatura urbana e de propulsão mecânica”¹⁸⁵.

Esse período foi caracterizado pelo surgimento e aplicações de inúmeras inovações tecnológicas, fazendo com que o processo produtivo que se realizava a domicílio ou em pequenos atelieres passasse a se efetivar em unidades fabris. A atividade laboral que mais sofreu modificações foi a têxtil, a partir da utilização de teares mecânicos.¹⁸⁶

Não se pode deixar de registrar os progressos na produção do ferro e a utilização de energia hidráulica, seguida pela energia a vapor, que, além de impulsionar o sistema de transportes, fizeram com que houvesse significativa expansão nas atividades industriais e comerciais.¹⁸⁷

Nas palavras de José César de OLIVEIRA, tal movimento é o “fenômeno espetacular de crescente mecanização em importantes setores produtivos de países europeus, principalmente na Inglaterra, como a extração de carvão mineral, a metalurgia, a fiação, o cultivo agrícola, a construção

¹⁸³ NOGUEIRA, J. C. Ataliba, *op. cit.*, p. 99 e 101.

¹⁸⁴ DICCIONARIO DE SOCIOLOGÍA, p. 340.

¹⁸⁵ BURNS, Edward MC Nall; LENER, Robert E.; MEACHAM, Standish, *op. cit.*, p. 513.

¹⁸⁶ DICCIONARIO DE SOCIOLOGÍA, p. 260.

¹⁸⁷ DICCIONARIO DE SOCIOLOGÍA. Idem.

ferroviária e naval”¹⁸⁸.

Manuel Alonso OLEA, citando DURKHEIM, afirma que a “revolução industrial mudou ‘radicalmente a estrutura da sociedade humana’, emergindo da mudança ‘uma civilização industrial em uma sociedade industrial’”, fazendo com que, e aí cita R. HAYMS, “‘os fundamentos mais profundos de nossa vida espiritual e física desmoronaram e foram novamente construídos’ sob a investida da técnica”.¹⁸⁹

Um dos fenômenos que merece atenção é a utilização cada vez maior de trabalhadores por conta alheia com fundamento contratual, em que o empresário exige, em troca da remuneração, uma operação parcial no processo produtivo; ao contrário do artesão, que entrega um produto acabado, diretamente a quem o encomendou em troca de um pagamento. Estes trabalhadores, que laboram por conta alheia, com o advento da Revolução Industrial, vêm constituir uma nova classe, a trabalhadora, característica da sociedade industrial moderna, ocupando sua mais baixa hierarquia.¹⁹⁰

Na teoria de Karl MARX, e mesmo para os socialistas que o antecederam, esta classe social é denominada proletariado¹⁹¹, e proletários são os operários industriais que, além de não serem proprietários, têm como meio de subsistência a venda de seu trabalho à classe capitalista¹⁹².

Nas explorações agrárias, compara-se a revolução industrial à revolução do neolítico¹⁹³, visto que nesta, através da ação humana, surgiu a

¹⁸⁸ OLIVEIRA, José César de, *op. cit.*, p. 61.

¹⁸⁹ OLEA, Manuel Afonso, *op. cit.*, p. 298.

¹⁹⁰ DICCIONARIO DE SOCIOLOGÍA, p. 42.

¹⁹¹ Termo originário do latim *proles* que significa filhos. Contudo, seu sentido foi ampliado para os filhos numerosos da classe social mais baixa, e o *proletarius* era quem servia o Estado por meio de seus filhos e não através da propriedade. HYAMS, Edward. **Dicionário das revoluções modernas**. Trad. Luiz Corção. RJ: Artenova, 1975. p. 153.

¹⁹² HYAMS, Edward. *Idem*, *ibidem*.

¹⁹³ O neolítico é um período da história da humanidade, também denominado período da pedra polida. Este período cultural ocorreu em épocas variadas, conforme o local e o modo de vida de seus habitantes. Há cerca de dez mil anos, com a ocorrência do degelo, os grupos que habitavam as regiões, hoje denominadas por Oriente Médio e norte da África, deslocaram-se para as margens dos rios e lagos, em razão de que ali a natureza oferecia trigo, aveia e cevada. Observando o processo de germinação destes vegetais, tais grupos passaram

agricultura. E, naquela a mecanização do campo, a rotação de culturas, a drenagem, a irrigação, o controle de volumes de água, o início de novos cruzamentos de gado e a utilização de processos químicos com o objetivo de maior e melhor produção¹⁹⁴.

Ou seja, enquanto a revolução do neolítico fixou o homem à terra, em razão do desenvolvimento da agricultura e pecuária, a revolução industrial fez com que o trabalho humano fosse, gradativamente, realizado pela máquina.

Este processo intenso de utilização da máquina, que revolucionou o sistema produtivo, denominado maquinismo¹⁹⁵, fez com que a Inglaterra tomasse a dianteira na economia mundial da época, sendo que, por volta de 1840, grande parte de sua produção era exportada.¹⁹⁶ Ocorreu também em outros países europeus, tais como França e Alemanha.

Todavia, esta nova forma de produção, caracterizada pela utilização expressiva de meios mecânicos, acarretou a elevação acentuada do desemprego, desestimulou a produção manual de bens, causou um grande êxodo rural, fazendo com que as pessoas vivessem amontoadas nas periferias das grandes cidades.

Frente à grande oferta de mão-de-obra, os salários pagos eram miseráveis; as mulheres e crianças eram obrigadas a trabalhar para o seu sustento, já que o salário dos chefes de família não eram suficientes; e a maioria das famílias eram numerosas e paupérrimas.

A utilização de mão-de-obra infantil em oficinas, minas e na indústria têxtil, em turnos de trabalhos extenuantes, em condições insalubres, em tarefas

a cultivá-los, assim como a domesticar e pastorear animais. Estas atividades agropecuárias mudaram radicalmente a vida dos grupos que as praticavam, fazendo com que os agrupamentos sociais se intensificassem. Tal fenômeno da história humana passou a ser denominado como Revolução Neolítica. DICIONÁRIO DE ECONOMIA, p. 345-346.

¹⁹⁴ OLEA, Manuel Afonso, *op. cit.*, p. 305.

¹⁹⁵ Fenômeno ocorrido com a Revolução industrial que "consistiu no surgimento da máquina e sua crescente utilização pela indústria" e que ocasionou profundas mudanças no contexto social dos países que passaram por tal fenômeno, sobretudo a Inglaterra. "O maquinismo trouxe desemprego, acentuou contrastes sociais, destruiu o artesanato independente, desorganizou a sociedade camponesa, ensejou o surgimento de moléstias profissionais e entupiu as cidades com legiões de homens, mulheres e crianças obrigados a trabalhar até à exaustão." OLIVEIRA, José César de, *op. cit.*, p. 61.

¹⁹⁶ OLIVEIRA, José César de. *Idem*, *ibidem*.

desgastantes e repetitivas, constituiu-se, segundo J. F. BERGIER, no “grande escândalo moral da revolução industrial”¹⁹⁷.

Outro sinal de exploração dos trabalhadores era o regime do *truck*¹⁹⁸, que consistia no pagamento em vales resgatáveis apenas em estabelecimentos de venda do empresário ou controlados pelo mesmo, onde os produtos ofertados eram vendidos por preço superior aos demais. Esse regime podia também antecipar pagamentos ao trabalhador através da entrega de mercadorias, ou crédito para adquiri-las, sendo que a quitação era através da dedução de sua remuneração. Caso utilizasse os vales em outros estabelecimentos, que não controlados pelo empresário, arcava com os descontos impostos, visto ser moeda particular e não fungível.

Tudo isso demonstra que, apesar do evidente progresso científico, as condições de trabalho eram desumanas, pela sua quantidade de horas, pela insalubridade, pela baixa remuneração e pela ausência de benefícios de ordem social e assistencial. Além de um excedente considerável de mão-de-obra que agravava ainda mais a miséria social.

Tal situação constituía-se num paradoxo: a riqueza originada pela maciça produção de bens, o aumento das atividades de exportação e importação de produtos, e a expansão do mercado de capitais não trouxeram progresso social e econômico para toda a sociedade. Pois, de um lado, os avanços tecnológicos, a produção crescente e o comércio intenso traziam benefícios a apenas uma ínfima parcela da população; de outra banda, o restante vivia em condições extremas de miséria, tudo ante a inércia complacente do Estado liberal.

Vale registrar aqui as palavras de Delphine GAY, em seu poema *Ouvriers de Lyon*: “*Pauvre, nu, sans travail, mais libre, meurt de faim*”¹⁹⁹. Ou seja, que liberdade tem o cidadão pobre, nu, desempregado e morto de fome?

¹⁹⁷ *Apud* OLEA, Manuel Alonso, *op. cit.*, p. 333.

¹⁹⁸ O regime do *truck*, ou *truck system*, na lição de Manuel Alonso OLEA consistiu numa forma de organização da produção através do trabalho semiforçado. É um instituto oriundo da Idade Média e que consiste no pagamento de serviços prestados em espécie distinta de moeda corrente. OLEA, Manuel Alonso. *Idem*, p. 334.

¹⁹⁹ *Apud* OLIVEIRA, José César de, *op. cit.*, p. 64

Tal realidade fez com que surgisse, gradativamente, na classe trabalhadora, a consciência de que se diferenciava da classe média, e até mais, que eram classes opostas.

Já a classe média racionalizava sua prosperidade, contando com uma ideologia própria, baseada em Adam Smith²⁰⁰, Thomas Malthus²⁰¹ e David Ricardo²⁰². Estes, com a enunciação de seus princípios e teorias, ofereciam suporte teórico para a legitimação da ascendência da classe média sobre o proletariado urbano e sobre a antiga sociedade latifundiária²⁰³.

Os ideais liberais da classe produtora eram caracterizados pelos seguintes elementos, conforme Edward McNall BURNS e outros:

- individualismo econômico²⁰⁴, caracterizado pelo uso individual da propriedade, de forma livre e lícita, respeitando direito idêntico dos demais;
- *laissez faire*²⁰⁵, onde o Estado estava reduzido apenas às funções

²⁰⁰ Economista escocês, nasceu em 1723 e faleceu em 1790. Teórico da economia clássica é considerado fundador da economia política liberal. Exaltou o individualismo e rejeitou a intervenção estatal na economia. DUROZOI, Gérard; ROUSSEL, André, *op. cit.*, p. 438. DICIONÁRIO DE ECONOMIA, p. 405.

²⁰¹ Economista e clérigo inglês, viveu de 1766 a 1834, sendo um dos expoentes da Escola Clássica. Em seus estudos concluiu que enquanto a produção de alimentos tem progressão aritmética, o aumento populacional tem progressão geométrica. A única forma de evitar tal situação seria, além das catástrofes naturais, a ausência de qualquer assistência às populações pobres, além de sua abstinência sexual. Pois, "com o número de trabalhadores crescendo acima da proporção do aumento da oferta de trabalho no mercado, o preço do trabalho tende a cair, ao mesmo tempo que o preço dos alimentos tenderá a elevar-se". DICIONÁRIO DE ECONOMIA, p. 253.

²⁰² Economista nascido na Inglaterra em 1772 e falecido em 1823. Considerado o mais autêntico sucessor de Adam Smith, assim como este ressaltou as vantagens do intercâmbio livre e da divisão internacional do trabalho. Tratou ainda, da teoria do valor-trabalho, em que o custo global de produção de uma mercadoria é que define o seu valor; e do "salário-natural", cujo valor deveria ser o mínimo para a manutenção do operário e de sua família. DUROZOI, Gérard; ROUSSEL, André, *op. cit.* p. 412. DICIONÁRIO DE ECONOMIA, p. 379.

²⁰³ Formada pelos grandes latifundiários que se opunham às transformações em geral, sobretudo às inovações agrícolas. Apesar de encontrarem vantagens com as modificações oriundas da revolução industrial, seus membros eram considerados os elementos mais conservadores da sociedade européia. BURNS, Edward Mc Nali; LENER, Robert E.; MEACHAM, Standish, *op. cit.*, p. 531.

²⁰⁴ No sentido econômico, o individualismo é considerado sinônimo do liberalismo, significando que as intervenções do Estado devem ser restringidas para dar vazão à liberdade das iniciativas individuais. DUROZOI, Gérard; ROUSSEL, André, *op. cit.* p. 253.

²⁰⁵ "Deixar fazer". Doutrina de natureza liberal que preconiza que ao indivíduo, para

relativas à segurança pública, o Estado *gendarme*²⁰⁶;

- observação das leis naturais, ou seja, leis econômicas imutáveis, que devem sempre ser observadas;

- liberdade contratual, o contrato é lei entre as partes, sendo-lhes facultada a livre negociação; e

- livre concorrência e livre câmbio, para se assegurar os preços baixos, elevar a produção de bens, evitar os monopólios e evitar qualquer forma de protecionismo na produção e comércio de mercadorias.²⁰⁷

Todavia, com o passar do tempo a industrialização passa a sofrer críticas de filósofos, economistas e por parte majoritária da sociedade. A classe trabalhadora passa a esboçar algumas resistências.

A Revolução Industrial é um fenômeno histórico de importância extrema. Pois, foram as suas conseqüências, segundo Dalmo de Abreu DALLARI, principalmente as de ordem social, que fizeram com que o Estado deixasse sua posição de simples "vigilante e garantidor do respeito àquilo que fosse convencionado pelos indivíduos, para assumir um papel ativo na vida social"²⁰⁸.

Segundo o mesmo autor, a Revolução Industrial apenas ocorreu em razão da não interferência estatal nas atividades econômicas, contudo as suas conseqüências fizeram com que o Estado de polícia passasse a ser Estado de serviço, conforme Harold LASKI, ou de acordo com Paulo BONAVIDES passasse do Estado liberal ao Estado social.²⁰⁹

a satisfação de seus interesses pessoais, deve ser assegurada a liberdade máxima em suas relações econômicas sem qualquer intromissão ou regulação estatal. DICCIONARIO DE SOCIOLOGÍA, p. 167.

A frase completa, de autoria de Gournay, é: "*Laissez faire, laissez passer, et le monde va de lui-même*". NOGUEIRA, J. C. Ataliba, *op. cit.*, p. 71-72.

²⁰⁶ *D'Etat-gendarme*, Estado de natureza liberal. Seu papel essencial é assegurar a manutenção da ordem e da defesa nacional. LEXIQUE DE TERMES JURIDIQUES. dir. Raymond Guillien e Jean Vincent. 2.ed. Paris: Dalloz, 1972, p. 204. Lassalle batizou o Estado liberal de mero guarda-noturno, *gendarme*. NOGUEIRA, J. C. Ataliba, *op. cit.*, p. 139

²⁰⁷ BURNS, Edward; LENER, Robert E.; MEACHAM, Standish, *op. cit.*, p. 542-543.

²⁰⁸ DALLARI, Dalmo de Abreu. *O futuro...*, p. 64.

²⁰⁹ *Apud* DALLARI, Dalmo de Abreu. *Idem*, p. 65.

2.2.5 A questão social

Em razão das transformações oriundas da Revolução Industrial, a função do Estado passa a ser questionada, assim como a liberdade contratual. Exige-se uma interferência estatal nas relações de trabalho, cujo mercado, até então, era regulado por leis consideradas naturais.

A classe trabalhadora, uma parcela já organizada em sindicatos, clama por justiça social.

Percebe-se a necessidade de regulação jurídica das relações de trabalho, visto que, até este momento, a vontade empresarial era a única fonte normativa do contrato de trabalho.

Na doutrina de Luisa Riva SANSEVERINO, a questão social nasceu de um movimento de idéias, oriundas dos ideais da Revolução Francesa, os quais foram atingidos, parcialmente, pelo liberalismo que se seguiu. Demonstrou a necessidade de se “proteger e valorizar uma determinada classe de cidadãos - a dos trabalhadores - vale dizer, aqueles que fruem, predominantemente ou totalmente, do próprio trabalho os meios de subsistência”²¹⁰.

A questão social é definida por Johannes MESSNER como “o problema das causas profundas da ordem social na realização dos seus fins e dos meios para combatê-lo”²¹¹.

Arthur Fridolin UTZ delimita a questão social como uma perturbação do corpo social, que traz prejuízo a toda a sociedade ou a parte significativa da mesma, manifestando-se como um fenômeno coletivo decorrente da não realização do bem comum. Definiu-a como “o problema ou a procura das causas das perturbações que dificultam a realização do justo social na totalidade da sociedade e igualmente o esforço para encontrar os meios para superar essas causas”²¹².

²¹⁰SANSEVERINO, Luisa Riva. **Curso de direito do trabalho**. Trad. Elson G. Gottschalk. São Paulo: LTr, 1976, p. 10.

²¹¹*Apud* NASCIMENTO, Amauri Mascaro, *op. cit.*, p. 5.

²¹² NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Idem*, p. 4-5.

O desencadeamento dessa reação tem como ápice a publicação, do Manifesto Comunista²¹³, no ano de 1848. Este documento é de autoria de Karl MARX²¹⁴ e Friedrich ENGELS²¹⁵, e incentiva o proletariado a participar do processo revolucionário de “fazer progredir a história, mediante seus próprios esforços ...”²¹⁶.

As idéias contidas nesse manifesto disseminaram-se primeiro na Europa e, gradativamente, no restante do mundo. Se algumas eram não exeqüíveis, outras se tornaram base para muitos acontecimentos históricos de relevância mundial, a Revolução Soviética²¹⁷, por exemplo. Todavia, se ainda hoje possuem valor é porque tornaram o trabalhador consciente do seu papel social e político, bem como foram ponto de partida para muitas transformações

²¹³ Documento publicado em 1848 no auge da agitação revolucionária na Europa, de autoria de Karl MARX e Friedrich ENGELS, e a pedido da Liga Comunista. Seus autores buscaram construir uma teoria que explicasse as causas do estado da sociedade de então e os meios de alterá-la, a fim de que todos fossem beneficiados. BURNS, Edward; LENER, Robert E.; MEACHAM, Standish, *op. cit.*, p. 549.

“Em *O manifesto*, a esperança de redenção surge de um modelo que faz da história da humanidade a história de uma luta entre classes fadadas a se eliminarem umas às outras até ficar uma só, isto é, até que o sistema de classes seja definitivamente abolido”. BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François, *op. cit.*, p. 324.

²¹⁴ Filósofo e economista, nasceu na Alemanha em 1818 e faleceu em Londres no ano de 1883. Estudou as contradições do sistema capitalista, baseado na lei da concorrência, fazendo deste modo, com que o trabalho do operário seja cada vez mais desumano e mal remunerado. Tais contradições geram os conflitos de classes, levando ao desaparecimento do capitalismo, após a revolução do proletariado o qual será substituído pelo socialismo e depois pelo comunismo universal. DUROZOL, Gérard; ROUSSEL, André, *op. cit.*, p. 311-316.

²¹⁵ Filósofo e economista, nasceu em 1820 na Prússia e faleceu no ano de 1895 na cidade de Londres. Conheceu Karl MARX em Paris em 1844 e em 1864 fundaram a Primeira Internacional. Estudou o papel da violência na história, como meio de reajustar a superestrutura política à infra-estrutura econômica, enfrentando a resistência de classes sociais que representam a ordem antiga. DUROZOL, Gérard; ROUSSEL, André. *Idem*, p. 151-152.

²¹⁶ BURNS, Edward; LENER, Robert E.; MEACHAM, Standish, *op. cit.*, p. 549.

²¹⁷ Conflito ocorrido na Rússia, no ano de 1917, que causou a queda do governo do czar Nicolau II e a substituição por um governo bolchevique (“membros da maioria” – ala do Partido Social Democrata), liderado por Lenin. Esta revolução ocorreu em dois estágios: a revolução liberal (“membros da minoria”) ocorrida em março e que derrubou o governo imperial, e a revolução socialista (bolchevique) em novembro. Os distúrbios da primeira fase levaram à abdicação do czar, fazendo cessar mais de trezentos anos de governo da família Romanov. A segunda fase foi liderada por Lenin e os soviets (conselhos de trabalhadores) que assumiram o controle das cidades principais e celebraram um acordo para cessar-fogo com os alemães, visto que a Primeira Guerra ainda não havia terminado. Em julho de 1918 foi proclamada a Constituição Soviética, e a capital foi transferida de Petrogrado para Moscou. Todavia, a guerra civil durou ainda três anos, findando com a supremacia dos bolcheviques e com a criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. v. 1 e 2, p. 120-121 e 836-837.

de ordem política, social e econômica.

Em 15 de maio de 1891, o Papa Leão XIII²¹⁸ publica sua Carta Encíclica *Rerum Novarum*²¹⁹, denominada de “Manifesto Comunista da Igreja”²²⁰, em que aborda a situação de miséria dos trabalhadores e discorre sobre a necessidade de uma legislação protetora aos trabalhadores, assim como o pagamento de salários justos.

Outro fato histórico relevante para a consolidação do direito do trabalho é a Primeira Guerra Mundial, de 1914 a 1918; isso porque aumentou a demanda por vários produtos, alimentação, medicamentos, material bélico, vestuário entre outros.

Com a ida dos homens para a frente de batalha, suas vagas foram ocupadas por mulheres, e ante a carência de mão-de-obra em alguns setores, houve mudança nas relações com os operários, tais como aumento de salários, celebração de acordos coletivos e, principalmente, percepção da necessidade de uma legislação social de acordo com os fatos presentes.

Ante todos esses acontecimentos, a classe operária tornou-se mais organizada em suas reivindicações, valendo registrar que, entre os anos de 1914 e 1920, triplicou o número dos associados em sindicatos no mundo.²²¹

²¹⁸ Passou a ocupar o posto mais elevado na hierarquia da Igreja Católica Romana após a morte de Pio IX, em 1878. Sua ascensão trouxe mais harmonia à instituição, abriu arquivos e observatórios e constituiu uma equipe de cientistas do Vaticano. Não tolerou o liberalismo e o anticlericalismo na órbita política. BURNS, Edward; LENER, Robert E.; MEACHAM, Standish, *op. cit.*, p. 636.

²¹⁹ Esta Encíclica trata da situação de miséria dos operários da época, critica as práticas do liberalismo econômico e convoca o Estado, Igreja, empresários e trabalhadores para a realização de uma ordem social mais justa. Ao seu término apresenta como solução definitiva a caridade. PAPA LEÃO XIII. *Rerum Novarum*: Carta Encíclica de Sua Santidade o Papa Leão XIII sobre a condição dos operários. In: **Encíclicas e Documentos Sociais**: da “*Rerum Novarum*” à “*Octogesima Adveniens*”, de Leão XIII, Pio XI, Pio XII, Concílio Vaticano II e Paulo VI. Org. Frei Antonio De Sanctis. São Paulo: LTr, 1991, p. 1-47.

²²⁰ OLIVEIRA, José César de, *op. cit.* p. 69.

²²¹ MORAES FILHO, Evaristo. **Introdução ao direito do trabalho**. 3. ed. São Paulo: LTr, 1982, p. 48.

2.2.6 O empregado, o empregador e o contrato de trabalho - apontamentos conceituais

Diante do já exposto, julga-se necessário estabelecer um conceito para a categoria jurídica empregado.

No presente estudo não está sendo examinada a prestação laboral do servidor ou funcionário público, do trabalhador autônomo e do trabalhador eventual.

O empregado é um dos sujeitos do contrato de trabalho, que tem como outra parte o empregador. É uma pessoa natural ou física, capaz ou incapaz civilmente, que realiza serviços para outrem de forma subordinada e não eventual, mediante o pagamento de determinado salário, na linguagem da Consolidação das Leis do Trabalho²²².

Na doutrina de Amauri Mascaro NASCIMENTO, o empregado “terá que ser forçosamente uma pessoa natural (...) que exerce uma atividade profissional sob o poder e direção de outrem”. Prosseguindo, no mesmo ensinamento, afirma ser necessário o “*animus contrahendi*, isto é, o propósito de trabalhar para outrem como empregado e não com outra finalidade, como é o caso do trabalho cívico, religioso, assistencial ou por mera amizade”.²²³

Sendo o contrato de trabalho²²⁴ uma relação jurídica, personalíssima em relação ao empregado, bilateral, sinalagmática, e de execução diferida, tem como outra parte o empregador, que é a pessoa física, capaz ou incapaz, ou jurídica, pública ou privada, que, via de regra, ao assumir os riscos de uma atividade econômica pratica atos de admissão e direção de pessoal, mediante certa contraprestação.²²⁵

²²² Segundo o artigo 3º. da Consolidação das Leis do Trabalho, “considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.”

²²³ NASCIMENTO, Amauri Mascaro, *op. cit.*, p. 308-310.

²²⁴ “Contrato individual de trabalho é o acordo tácito ou expresso, correspondente à relação de emprego.” art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho.

²²⁵ Art. 2º. da Consolidação das Leis do Trabalho: “Considera-se empregador a empresa individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal do serviço.

Podem também ser empregadores as sociedades de fato, embora não possuam personalidade jurídica, assim como outros grupos não personificados, os núcleos unitários, por exemplo a herança jacente, o espólio e a massa falida.²²⁶

Em síntese, pode-se afirmar que o contrato individual de trabalho é a relação jurídica que apresenta as peculiaridades a seguir explicitadas:

- é uma relação jurídica bilateral, pois envolve dois contratantes, o empregado e o empregador; além de sinalagmático, visto que "dele resultam obrigações contrárias e equivalentes"²²⁷;

- é consensual, em razão de que para sua realização basta um acordo de vontade entre as partes contratantes, sendo exceção a exigência de forma prescrita em lei;

- é *intuitu personae*, porque o empregado assume obrigações a serem desempenhadas pessoalmente; e

- pressupõe uma contraprestação salarial do empregador ao empregado, por conseguinte oneroso; e se realiza de maneira sucessiva, sendo a continuidade, uma de suas características.

A esse respeito Orlando GOMES e Elson GOTTSCHALK falam de "trato sucessivo ou de duração o contrato cujas obrigações se não extinguem com a prática de um simples ato"²²⁸.

Parágrafo primeiro: Equiparam-se ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregados.

Parágrafo segundo: Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, constituindo grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica, serão, para os efeitos da relação de emprego, solidariamente, responsáveis a empresa principal e cada uma das subordinadas."

²²⁶ MARANHÃO, Délio; CARVALHO, Luiz Inácio Barbosa, *op. cit.*, p. 90-91.

²²⁷ MARANHÃO, Délio. **Direito do trabalho**. 14. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987, p. 37.

²²⁸ GOMES, Orlando; GOTTSCHALK, Elson. **Curso de direito do trabalho**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, v. 1-2, 1987, p. 149.

2.2.7 Alguns marcos legislativos responsáveis pela gênese e consolidação do direito do trabalho

Conforme já visto, o direito do trabalho e a proteção aos direitos do empregado são congêntos. Contudo, seu nascimento não constitui um momento histórico único. As mudanças sociais, políticas e econômicas pelas quais passou a sociedade dos países industrializados, a partir do século XVIII, fizeram com que fossem tomadas medidas de cunho jurídico quanto ao desempenho das relações laborais.

Embora não tenha sido aprovada no período acima mencionado, merece registro a Lei dos Pobres²²⁹, que vigorou na Inglaterra a partir de 1603 e, mais tarde, em suas colônias, pois seus princípios vão reger a administração de socorros em território inglês e nos Estados Unidos por mais de trezentos anos.

Em termos de legislação inerente às relações de trabalho, na Inglaterra, normatizou-se o trabalho prestado por menores, proibindo-o no período noturno e limitando o trabalho diurno a doze horas diárias, além de estabelecer normas sobre higiene e educação nos ambientes de trabalho.²³⁰ Ocorreu a determinação de seu governo da apuração das condições de trabalho dos operários, através de um inquérito;²³¹ a proibição de emprego a menores de dezesseis anos²³², através de lei que teve como principal incentivador o industrial Robert Owen²³³.

²²⁹ Esta legislação resultou de uma unificação de várias leis de socorro aos pobres datadas do século anterior, e exigia que a população local assumisse a responsabilidade de seus pobres. Para tanto, fixava princípios relativos ao domicílio e indigência necessários ao gozo de tal assistência, assim como a previsão de prestação de trabalhos em lugares destinados a recolher os pobres. DICCIONARIO DE SOCIOLOGÍA, p. 169.

²³⁰ No ano 1802, através da promulgação da *Moral and Health Act*. OLIVEIRA, José César de, *op. cit.*, p. 70-71.

²³¹ No ano de 1814. MORAES FILHO, Evaristo, *op. cit.*, p. 49.

²³² No ano de 1819. OLIVEIRA, José César de, *op. cit.*, p. 71.

²³³ Roberto Owen era proprietário de um grande cotonifício em New Lanark. Inglês, nasceu em 1771 e faleceu em 1858. Preconizou a reorganização da sociedade, com base na cooperação. Os trabalhadores deveriam ser remunerados pelas comunidades a que pertencessem e segundo o que desempenhassem. Organizou sua fábrica de modo que aos operários eram oferecidos ensino gratuito e um sistema de previdência social. BURNS, Edward;

Ainda na Inglaterra, a coalização de operários deixava de ser considerado delito,²³⁴ legislação também de inspiração de Robert Owen; e a criação da Inspetoria do Trabalho e maior proteção ao trabalho prestado por crianças, com redução da jornada para oito horas²³⁵. É proibido o trabalho das mulheres em minas, reduz-se a jornada para dez horas de labor nas demais indústrias, para adultos de ambos os sexos;²³⁶ realiza-se a primeira convenção coletiva;²³⁷ e assegura-se a liberdade para o exercício atividade sindical²³⁸.

Na França, restabelece-se os *Conseils de Prud'Hommes*, de composição paritária, com representação de empregados e empregadores, cujo objetivo era conciliar os conflitos de menor porte entre fabricantes e operários, e entre chefes de oficinas e companheiros ou aprendizes, com atuação na cidade de Lyon, em razão de crescente atividade industrial.²³⁹ Proíbe-se o trabalho de menores em minas;²⁴⁰ fixa-se a idade mínima para o operário em oito anos, assim como limita-se o número de oito horas de trabalho para menores de doze anos e doze horas para menores de dezesseis anos²⁴¹.

Merece relevância a reivindicação popular do *droit au travail* na Revolução Francesa em 1789, origem de muitas polêmicas e controvérsias na Assembléia Constituinte de 1848. Tal situação findou pela inscrição do direito ao trabalho na Constituição francesa de 1848, ao lado de alguns direitos

LERNER, Robert E.; MEACHAM, Standish, *op. cit.*, p. 547-548.

²³⁴ Através dos *Combinations Acts*, de 1824 a 1825. OLIVEIRA, José César de, *op. cit.*, p. 71.

²³⁵ No ano de 1833. OLIVEIRA, José César de. Idem, *ibidem*.

²³⁶ Legislações entre os anos de 1840 e 1850. MORAES FILHO, Evaristo, *op. cit.*, p. 49.

²³⁷ No ano de 1862. MORAES FILHO, Evaristo. Idem, p. 51.

²³⁸ Legislações entre os anos de 1871 a 1875. MORAES FILHO, Evaristo. Idem, *ibidem*.

²³⁹ Em 1806. MORAES FILHO, Evaristo. Idem, p. 49. OLIVEIRA, José César de, *op. cit.*, p. 71.

²⁴⁰ No ano de 1813. OLIVEIRA, José César de. Idem, *ibidem*.

²⁴¹ No ano de 1841. OLIVEIRA, José César de. Idem, *ibidem*.

sociais, em razão da insistência dos socialistas.²⁴²

Nas palavras de Pierre LAVIGNE, os direitos sociais "são pela primeira vez definidos num texto solene e ampliados ao mesmo tempo que precisados: é feita sua ligação com os textos políticos"²⁴³.

Segundo Floriano Corrêa Vaz da SILVA, "a Constituição francesa de 04 de novembro de 1848 é um marco histórico do direito constitucional do trabalho"²⁴⁴. Através de sua promulgação, regulou-se a duração do trabalho, proibiu-se o *marchandage*²⁴⁵ e instituiu-se o direito ao trabalho com a criação das oficinas para os sem trabalho, reorganizou-se os *Conseils de Prud'Hommes*²⁴⁶ com maior participação e influência dos trabalhadores, estabeleceu-se a jornada de dez horas, livre direito de associação e greve.²⁴⁷ Todavia, o retorno da liberdade sindical ocorre somente em 1884.

Na Prússia ocorre a condenação da exploração da mão-de-obra infantil;²⁴⁸ e na Itália ocorre a regulamentação das condições de trabalho das mulheres e menores, nos moldes da legislação francesa da época, sendo proibido o trabalho de menores de nove anos de idade e o trabalho noturno para menores de doze anos, além da criação da Inspeção do Trabalho.²⁴⁹

Na Bélgica elabora-se legislação sobre salário;²⁵⁰ e nos Estados

²⁴² SILVA NETO, Manoel Jorge, *op. cit.*, p. 58.

²⁴³ *Apud* SILVA, Floriano Corrêa Vaz da. Constitucionalismo social. In: **Curso de direito constitucional do trabalho: estudos em homenagem ao Professor Amauri Mascaro Nascimento**. Coord. Arion Sayão Romita. São Paulo: LTr, v. 1, 1991, p.40.

²⁴⁴ SILVA, Floriano Corrêa Vaz da. *Idem*, *ibidem*.

²⁴⁵ Marchandagem. Interposição de mão-de-obra onde um intermediário se beneficia com a especulação entre a diferença de preço ajustado com um empregador e os salários pagos aos seus colaboradores. GOMES, Orlando; GOTTSCHALK, Elson, *op. cit.*, p. 93.

²⁴⁶ Organismos de composição paritária, compostos por representantes de empregados e empregadores, para a solução de pequenos dissídios surgidos entre patrões e empregados e entre estes e os chefes de oficinas, mediante conciliação. OLIVEIRA, José César de, *op. cit.*, p. 71.

²⁴⁷ OLIVEIRA, José César de. *Idem*, p. 72.

²⁴⁸ Em 1828. MORAES FILHO, Evaristo, *op. cit.*, p. 49.

²⁴⁹ Em 1843. OLIVEIRA, José César de, *op. cit.*, p. 71.

²⁵⁰ Em 1851. MORAES FILHO, Evaristo, *op. cit.*, p. 51.

Unidos são criadas as primeiras Secretarias do Trabalho,²⁵¹ e fixa-se a jornada em oito horas de trabalho.²⁵²

Na Alemanha ocorre o início da regulamentação do trabalho das mulheres e crianças,²⁵³ e a criação do primeiro código do trabalho do mundo moderno, durante o governo de Bismarck, que tinha os socialistas na oposição.²⁵⁴ Contudo, neste mesmo país, acontece a proibição de greves e coalizões operárias.²⁵⁵

Ainda na Alemanha é criado o seguro social obrigatório para situações de acidentes, velhice, enfermidades e invalidez.²⁵⁶

Na Suíça, a Constituição de 1874²⁵⁷ estabelece norma de proteção ao trabalho de crianças e adultos e para atividades insalubres e perigosas.

E no ano de 1900, funda-se a Associação Internacional para a Proteção Legal dos Trabalhadores congregando vários países.²⁵⁸

No final do século passado e primeiras décadas deste são assinados os primeiros tratados internacionais de trabalho e surgem, em alguns países europeus, ministérios especializados²⁵⁹, assim como são realizados diversos eventos acerca de normas para a regulação das relações de trabalho.

Na Alemanha, no ano de 1890, catorze países reunidos na Conferência de Berlim discutiram sobre férias, descanso semanal e duração da

²⁵¹ Em 1867. OLIVEIRA, José César de, *op. cit.*, p. 72.

²⁵² Em 1868. OLIVEIRA, José César de. *Idem*, *ibidem*.

²⁵³ Em 1839. OLIVEIRA, José César de. *Idem*, p. 71.

²⁵⁴ Em 1869. MORAES FILHO, Evaristo, *op. cit.*, p. 50.

²⁵⁵ Em 1878. MORAES FILHO, Evaristo. *Idem*, *ibidem*.

²⁵⁶ Em legislações que datam de 1883 a 1889. MORAES FILHO, Evaristo. *Idem*, *ibidem*.

²⁵⁷ Artigo 34. "A Confederação tem o direito de estabelecer regras uniformes sobre o trabalho das crianças nas fábricas, a duração de trabalho imposta aos adultos e a proteção a dar aos operários no exercício de trabalhos insalubres e perigosos". SILVA NETO, Manoel Jorge, *op. cit.*, p. 58.

²⁵⁸ OLIVEIRA, José César de, *op. cit.*, p. 72.

²⁵⁹ OLIVEIRA, José César de. *Idem*, p. 51.

jornada de trabalho.²⁶⁰

Com a assinatura do Tratado de Versailles, pelos países vencedores da Primeira Guerra Mundial, em 1919, na França, é instituída, em seu quinto capítulo, a Organização Internacional do Trabalho - OIT -, com a função de buscar meios para a fixação de condições humanitárias de trabalho para todos, dignidade do trabalhador, busca da paz social, tudo através da internacionalização de normas a serem adotadas pelos governos dos Estados-membros.²⁶¹

Os primeiros vinte anos deste século foram decisivos: a promulgação da Constituição do México e a Revolução Soviética em 1917, o fim da Primeira Grande Guerra em 1918, e a promulgação da Constituição de Weimar na Alemanha em 1919, foram sinais evidentes de que o modelo de Estado estava ultrapassado.

No ano de 1945, em São Francisco - EUA, a Carta das Nações Unidas - Declaração Universal dos Direitos do Homem, com o objetivo de propiciar condições para a estabilidade e bem-estar, inerentes às relações entre as Nações, prevê normas sobre trabalho, nível de vida e desenvolvimento econômico e social.²⁶²

Merece ênfase a Carta da Organização dos Estados Americanos (Bogotá, 1948 - Buenos Aires, 1967) que, entre inúmeras metas básicas, trata de salários justos, emprego e trabalho.²⁶³

No ano de 1948 a Assembléia-Geral das Nações Unidas aprova a

²⁶⁰ OLIVEIRA, José César de. Idem, p. 72.

²⁶¹ OLIVEIRA, José César de. Idem, p. 73.

²⁶² De 26 de junho de 1945. "Artigo 55. Com o fim de criar condições de estabilidade e bem-estar, necessárias às relações pacíficas e amistosas entre as Nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, as Nações Unidas favorecerão: a) níveis mais altos de vida, de trabalho efetivo e condições de progresso e desenvolvimento econômico e social; ...". DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS. Edit. Jair Lot Vieira. Bauru: EDIPRO, 1993, p. 33.

²⁶³ "Art. 31. A fim de acelerar seu desenvolvimento econômico e social, de acordo com suas próprias peculiaridades e processos e dentro da estrutura dos princípios democráticos e das instituições do Sistema Interamericano, os Estados-membros convêm em envidar seus maiores esforços no sentido de alcançar as seguintes metas básicas: ... g) Salários justos, oportunidades de emprego e condições de trabalhos aceitáveis para todos; ...". DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS, p. 74-75.

Declaração dos Direitos Humanos, que enuncia normas de proteção ao trabalho, emprego, remuneração justa, organização de sindicatos, repouso e padrão de vida que assegure saúde e bem-estar.²⁶⁴

A classe trabalhadora exigia uma parcela de participação social, através de condições mais dignas de vida.

Da falência do modelo liberal de Estado e da ameaça imposta pela Revolução Soviética e seus ideais comunistas, surge o Estado do bem-estar social, que entre suas características principais concede à classe trabalhadora direitos nunca antes imaginados.

Na doutrina de Ivo DANTAS:

A elevação do social e do econômico ao nível constitucional é produto de um fato histórico, ao qual Burdeau tem denominado de 'passagem da Democracia Política para a Democracia Social', dando margem a uma nova Ideologia Constitucional, muito embora possam ser encontrados antecedentes doutrinários nos Evangelhos, em MARX e na Doutrina Social da Igreja, esta, através de suas mais recentes Encíclicas Papais.²⁶⁵

Se o direito do trabalho teve a sua gênese no século passado, é no presente século que o mesmo ganha autonomia e passa a ser um efetivo meio de realização de justiça social.

Por tudo isso, vale registrar as palavras de H. FLORETTA, conforme Manuel Alonso OLEA, referindo-se ao direito do trabalho como um direito que "não só evitou um possível processo de pauperização em massa, mas que o

²⁶⁴ Aprovada em 10 de dezembro de 1948. Para o presente estudo merece ser citado o *caput* do artigo XXIII: "1. Todo homem tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego". DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS, p. 13-14.

²⁶⁵ DANTAS, Ivo, *op. cit.*, p. 303.

inverteu em direção a uma decisiva melhora de bem-estar”²⁶⁶.

No Brasil, tais fatos tiveram influência significativa, que será examinada no próximo capítulo.

²⁶⁶ *Apud* OLEA, Manuel Alonso, *op. cit.*, p. 362.

3. O ESTADO BRASILEIRO E A PROTEÇÃO LEGISLATIVA DOS DIREITOS DO EMPREGADO

3.1 A proteção dos direitos do empregado, as constituições brasileiras e a legislação infraconstitucional

O presente capítulo tem por objetivo tecer algumas considerações sobre a proteção aos direitos do empregado no Brasil, sobretudo quanto à sua inserção nas diversas constituições brasileiras. Para tanto, será utilizada uma perquirição histórica acerca de tal proteção nas constituições imperial e republicanas, assim como na legislação infraconstitucional intermediária às Cartas Constitucionais.

A história constitucional brasileira pode ser estudada a partir do seguinte corte metodológico: a Constituição Política do Império do Brasil de 1824, a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891, a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934, a Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937, a Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1967, a Emenda Constitucional n.º 1 de 1969, que, segundo alguns autores, não se trata de emenda e sim de uma nova constituição, e a atual, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Cada Constituição apresenta características peculiares, determinadas pelo momento histórico em que foram outorgadas ou promulgadas. E entre a vigência de uma e outra surgiram normas acerca dos direitos do empregado, porém sem a força constitucional.

Os aspectos legislativos sobre a temática serão examinados nos momentos seguintes.

3.1.1 A Constituição de 1824 e o período imperial

Em termos de proteção aos direitos do empregado, a Constituição de 1824 nada previu, visto que “ainda não existiam os direitos que seriam chamados ‘sociais’”, além de que sua principal influência foi a Constituição francesa de 1814, com a plena vigência do Estado liberal que se abstinha de intervir nas atividades econômicas.²⁶⁷ Previu, apenas, a abolição das corporações de ofício, seus juízes, escrivães e mestres.²⁶⁸

No ano de 1830 foi promulgada a “primeira lei que regulou o contrato escrito sobre prestação de serviços, dirigida a brasileiros e estrangeiros dentro do Império, excluídos os africanos que, à época, não se encontrassem no País. Lei pioneira, que significava uma reação ao tráfico de escravos ...”²⁶⁹.

Mais tarde, no ano 1837, surge nova legislação sobre os contratos de locação de serviços de colonos, que previa justa causa do locador e locatário, a qual poderia ensejar o rompimento do pacto.²⁷⁰

Com a promulgação do Código Comercial, no ano de 1850, passam a ter vigência alguns institutos de natureza trabalhista: o aviso prévio e a previsão de faltas graves, do empregador e do empregado, responsáveis pela ruptura de vínculo contratual entre ambos,²⁷¹ todavia inseridos no âmbito da legislação comercial.

Com a abolição dos escravos, em 13 de maio de 1888, mudam as relações de trabalho e de produção no País,²⁷² pois o trabalho deixa de ter vínculo com o cativo, além de que os seus frutos passam a ser de quem o desempenha. Na lição de Mozart Victor RUSSOMANO, a Lei Áurea é a “lei

²⁶⁷ SILVA, Floriano Corrêa Vaz da, *op. cit.*, p. 48-49.

²⁶⁸ SILVA, Floriano Corrêa Vaz da. *Idem*, p. 48.

²⁶⁹ OLIVEIRA, José César de, *op. cit.*, p. 75.

²⁷⁰ OLIVEIRA, José César de. *Idem*, *ibidem*. MORAES FILHO, Evaristo, *op. cit.*, p. 157.

²⁷¹ OLIVEIRA, José César de, *op. cit.*, p. 75. MORAES FILHO, Evaristo, *op. cit.*, p. 157.

²⁷² MORAES FILHO, Evaristo. *Idem*, p. 158.

trabalhista mais importante até hoje promulgada no Brasil”²⁷³, além de encerrar uma página cruel e vergonhosa da história do Brasil.

3.1.2 A República, a Constituição de 1891, a consolidação do direito do trabalho e dos direitos do empregado no Brasil

No ano de 1890, nos processos judiciais, a conciliação entre as partes tornou-se obrigatória, como condição para instauração do contencioso;²⁷⁴ foram revogadas as disposições pertinentes à locação de serviços agrícolas, passando a competência de legislar acerca de matéria trabalhista aos estados da Federação, como reconhecimento do princípio federativo;²⁷⁵ e ocorreu a fundação do Partido Operário.²⁷⁶

No governo provisório, cujo Chefe de Governo foi o Marechal Deodoro da Fonseca, proibiu-se a contratação de trabalhadores menores de doze anos, exceto os aprendizes, bem como foi criado o serviço de fiscalização para tal, sendo considerada a “primeira lei de cunho realmente tutelar e trabalhista”²⁷⁷.

No ano de 1891, a Constituição de 24 de fevereiro acolheu os ideais liberais então vigentes no mundo civilizado, e fazendo isso, não previu formas e meios de proteção ao empregado. Contudo, no parágrafo terceiro do artigo 72 previu a liberdade de associação.²⁷⁸ Porém, a primeira legislação sobre sindicalização é do ano de 1903, a qual regulou a sindicalização dos

²⁷³ RUSSOMANO, Mozart Victor, *op. cit.*, p. 19

²⁷⁴ Decreto n.º 737, de 15 de novembro de 1890. OLIVEIRA, José César de, *op. cit.*, p. 76.

²⁷⁵ Decreto n.º 213 de 22 de 1890. OLIVEIRA, José César de. Idem, *ibidem*. MORAES FILHO, Evaristo, *op. cit.*, p. 158.

²⁷⁶ OLIVEIRA, José César de, *op. cit.*, p. 76.

²⁷⁷ Decreto n.º 1.313, de 17 de janeiro de 1891. MORAES FILHO, Evaristo, *op. cit.*, p. 158.

²⁷⁸ Regulamentada pela Lei n.º 173 de 10 de setembro de 1893, que regulamentou a disposição constitucional acerca das associações religiosas, morais, artísticas, políticas ou de simples recreio. MORAES FILHO, Evaristo. Idem, *ibidem*.

profissionais da agricultura e indústrias rurais.²⁷⁹

Em 1904 foi estabelecido que os créditos de salário do trabalhador seriam privilegiados frente ao produto das colheitas, exceto àquelas já gravadas por penhor agrícola ou hipoteca.²⁸⁰ Todavia, esta exceção foi revogada em seguida.²⁸¹

No ano de 1907 é promulgada a legislação que trata da sindicalização dos profissionais liberais,²⁸² e em 1916 o Código Civil prevê que todo serviço ou trabalho, prestado lícitamente, seja material ou imaterial, poderá sê-lo mediante contraprestação econômica.²⁸³ Este Código regula, também, a locação de serviços em geral²⁸⁴ e a empreitada²⁸⁵, e trata de maneira idêntica o trabalho de natureza braçal e intelectual, das justas causas que ensejam a ruptura de contrato do locador e locatário de serviços, assim como os direitos de cada um, e do pagamento integral ao locador de serviço quando rompido o contrato a termo pelo locatário.²⁸⁶

Mais tarde, em São Paulo, é prevista a fixação de um Tribunal Rural em cada comarca. Tal Tribunal, com composição paritária, tinha por objeto julgar os litígios oriundos da locação de serviços agrícolas, cujos contratos não ultrapassassem quinhentos mil réis.²⁸⁷

Em 1923, foi criado o Conselho Nacional do Trabalho, cuja finalidade

²⁷⁹ Lei n.º 979, de 06 de janeiro de 1903. MORAES FILHO, Evaristo. *Idem ibidem*. OLIVEIRA, José César de, *op. cit.*, p. 76.

²⁸⁰ Através do Decreto n.º 1.150, de 05 de janeiro. OLIVEIRA, José César de. *Idem, ibidem*.

²⁸¹ Através do Decreto n.º 1.607, de 24 de dezembro de 1906. OLIVEIRA, José César de. *Idem, ibidem*.

²⁸² OLIVEIRA, José César de. *Idem, ibidem*.

²⁸³ Art. 1.216. "Toda a espécie de serviço ou trabalho lícito, material ou imaterial, pode ser contratada mediante retribuição."

²⁸⁴ Artigos 1.216 a 1.236.

²⁸⁵ Artigos 1.237 a 1.247.

²⁸⁶ OLIVEIRA, José César de, *op. cit.*, p. 76.

²⁸⁷ Através da Lei n.º 1.869, de 10 de outubro de 1922, no Governo de Washington Luís. OLIVEIRA, José César de. *Idem, p. 77*.

principal era a de “funcionar como órgão consultivo dos Poderes Públicos em assuntos atinentes à organização do trabalho e da previdência social”²⁸⁸. Tal órgão, mais tarde, deu origem ao atual Tribunal Superior do Trabalho.

No mesmo ano foi promulgada a lei que regulou o acidente do trabalho;²⁸⁹ e a Lei Elói Chaves²⁹⁰ que instituiu a Caixa de Pensões e Aposentadorias e a estabilidade no emprego, em dez anos, aos ferroviários.

A seguir, em 1925, é promulgada a Lei de Férias²⁹¹, que previa quinze dias de férias anuais remuneradas para trabalhadores em estabelecimentos comerciais, industriais e bancários.²⁹² Esta legislação encontrou oposição na classe empresarial.

Em 1927, promulga-se o Código de Menores²⁹³, que fixou a idade mínima de admissão do trabalhador em doze anos, de catorze anos se o trabalho fosse prestado em praça pública, e dezoito anos para aquele desempenhado em minas e em período noturno.

No ano posterior, o Conselho Nacional do Trabalho foi reformulado;²⁹⁴ foram estipulados seguros para situações de doenças e morte aos trabalhadores das empresas telegráficas e radiotelegráficas;²⁹⁵ e regulamentou-se a organização das diversões e a locação de serviços

²⁸⁸ Através do Decreto n.º 16.027, de 30 de abril de 1923, do Presidente Arthur Bernardes. MORAES FILHO, Evaristo, *op. cit.*, p. 161.

²⁸⁹ Sancionada pelo Decreto n.º 3.724, de 25 de janeiro de 1919. OLIVEIRA, José César de, *op. cit.*, p. 77.

²⁹⁰ Na verdade Decreto n.º 4.682, de 24 de janeiro de 1923, por projeto do deputado Elói Chaves. OLIVEIRA, José César de. Idem, *ibidem*. MORAES FILHO, Evaristo, *op. cit.*, p. 161.

²⁹¹ Lei n.º 4.982, de 24 de dezembro de 1925, regulamentada pelo Decreto n.º 17.496, de 30 de outubro de 1926. MORAES FILHO, Evaristo. Idem, *ibidem*.

²⁹² OLIVEIRA, José César de, *op. cit.*, p. 77.

²⁹³ Por meio do Decreto n.º 17.934-A, de 12 de outubro. MORAES FILHO, Evaristo, *op. cit.*, p. 161.

²⁹⁴ Decreto n.º 18.074, de 19 de janeiro de 1928. MORAES FILHO, Evaristo. Idem, p. 162.

²⁹⁵ Decreto n.º 5.485, de 30 de junho de 1928. MORAES FILHO, Evaristo. Idem, *ibidem*.

teatrais.²⁹⁶

Cabe ressaltar que, desde o ano de 1923, na Câmara dos Deputados tramitava um projeto de Código do Trabalho.²⁹⁷

Após a Revolução de 1930²⁹⁸, no mesmo ano, foi criado o Ministério do Trabalho Indústria e Comércio.²⁹⁹ Tal órgão foi instituído com a função de elaborar, aplicar e fiscalizar as leis relativas ao trabalho. No ano seguinte, foi criado o Departamento Nacional do Trabalho.³⁰⁰

Na lição de Evaristo de MORAES FILHO, este Ministério foi instituído com a "finalidade de superintender a questão social"³⁰¹.

O primeiro Decreto do Ministério³⁰² obrigou as empresas a terem em seus quadros pelo menos dois terços de brasileiros natos, como meio de proteger o trabalhador nacional. Esta proporção é ainda regulada pela Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 352 e seguintes, que tratam da nacionalização do trabalho.

Seguindo a mesma orientação, em 1932, regulou-se a cobrança de multas por infração a normas sobre trabalho.³⁰³ Também foi reformulada a

²⁹⁶ Decreto n.º 5.492, de 16 de julho de 1928. MORAES FILHO, Evaristo. Idem, *ibidem*.

²⁹⁷ MORAES FILHO, Evaristo. Idem, *ibidem*.

²⁹⁸ Movimento político e militar que pôs fim ao período denominado República Velha, iniciado com a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889. Foi causado pela eleição de Júlio Prestes, político paulista, fato que ensejou o rompimento da chamada "política do café com leite". Esta significava o revezamento de políticos oriundos de São Paulo e Minas Gerais na Presidência da República. Tal eleição causou grande descontentamento na classe militar e política, gerando um movimento militar desde o Rio Grande do Sul, o qual culminou na deposição do Presidente Washington Luís, que foi substituído por Getúlio Vargas, um dos chefes do movimento. O então Presidente não pode conter a rebelião, visto que estava isolado no poder. Foi deposto pelos militares e partiu para o exílio. NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. v.2, p. 835.

²⁹⁹ Pelo Decreto n.º 19.433 de 26 de novembro de 1930. OLIVEIRA, José César de, *op. cit.*, p. 77.

³⁰⁰ Através do Decreto n.º 19.671-A, de 04 de fevereiro de 1931. MORAES FILHO, Evaristo, *op. cit.*, p. 162.

³⁰¹ *Apud* OLIVEIRA, José César de, *op. cit.*, p. 77.

³⁰² N.º 19.482, de 12 de dezembro de 1930. OLIVEIRA, José César de. Idem, *ibidem*. Também denominada Lei dos Dois Terços. NASCIMENTO. Amauri Mascaro, *op. cit.*, p. 52.

³⁰³ Através do Decreto n.º 20.131, de 23 de novembro de 1932. OLIVEIRA, José

legislação sobre acidentes do trabalho e foram instituídos novos institutos de previdência social.³⁰⁴

Mais tarde, em 1935, foi aprovada a “primeira Lei Geral do Trabalho”³⁰⁵, que regulou a rescisão do contrato de trabalho, estendendo a estabilidade a todas às classes profissionais ainda não beneficiadas por este instituto jurídico, com exceção dos trabalhadores rurais e domésticos.

3.1.3 A Constituição de 1934 e os ideais sociais-democráticos

A promulgação da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil em 1934 é consequência da Revolução Constitucionalista de São Paulo de 1932³⁰⁶ e, segundo Pedro CALMON, a “Constituição de 1934 não é mais liberal-democrática, porém social-democrática”³⁰⁷.

O Presidente Getúlio Vargas, ao se dirigir à Assembléia Nacional Constituinte da Constituição de 1934, assim se expressou:

A complexidade dos problemas morais e materiais inerentes à vida moderna alargou o poder de ação do Estado, obrigando-o a intervir mais diretamente, como órgão de coordenação e direção, nos diversos setores da atividade econômica e social. (...) Daí a sua intervenção no campo social e econômico, regulamentando as relações entre o trabalho e o capital, fiscalizando as indústrias e o comércio, desenvolvendo

César de, *op. cit.*, p. 78.

³⁰⁴ OLIVEIRA, José César de. *Idem*, *ibidem*.

³⁰⁵ Lei n.º 62, de 05 de junho de 1935. MORAES FILHO, Evaristo, *op. cit.*, p. 163-164. Assim denominada por Mozart Victor RUSSOMANO, que afirma que a referida lei foi aprovada com “notórias insuficiências”. RUSSOMANO, Mozart Victor, *op. cit.*, p. 21.

³⁰⁶ Movimento político e militar deflagrado em 09 de julho de 1932 no Estado de São Paulo. Vários setores da sociedade paulista se ergueram numa campanha pela constitucionalização do país e por uma maior autonomia estadual. Seu lema era “São Paulo livre, civil e paulista”, sendo ditado da época que o estado São Paulo era “uma locomotiva que puxava vinte vagões vazios”. Conforme o historiador Bóris FAUSTO, este movimento abrigou duas correntes: a primeira que pretendia o retrocesso a formas oligárquicas de poder e a segunda, que buscava estabelecer uma democracia liberal no país. Os revolucionários foram derrotados pelas tropas do Governo Federal, após três meses de sangrenta luta. HISTÓRIA DO BRASIL, p. 226.

“A Revolução Constitucionalista de São Paulo de 1932 teria o efeito de apressar, segundo alguns ou de retardar, segundo outros a constitucionalização do país”. SILVA, Floriano Corrêa Vaz da, *op. cit.*, p. 51.

³⁰⁷ *Apud* MORAES FILHO, Evaristo, *op. cit.*, p. 163.

providências de diversa natureza para promover o bem comum.³⁰⁸

É marcada por um ideário social-democrata e traz novas conquistas aos empregados, pois é a primeira carta constitucional a dispor acerca do direito do trabalho. Inspirada na Constituição Weimar de 1919,³⁰⁹ assim como esta, dedica um capítulo à ordem econômica e social, prevendo uma ação expressiva do Governo Federal em ambas.

Para tanto, criou a Justiça do Trabalho, instituiu a nacionalização de empresas e limitação de lucros, tratou da organização sindical com autonomia, pluralidade e reconhecimento das convenções coletivas de trabalho, e limitou o direito de propriedade, condicionando o seu exercício ao interesse social e coletivo, conforme determinação legal.

Proibiu a diferença de salário para o mesmo trabalho em razão de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil.

Também estabeleceu o salário mínimo regional que deveria satisfazer as necessidades normais do trabalhador; jornada de oito horas, com prorrogações e reduções apenas previstas em lei; idade mínima do trabalhador em catorze anos e dezesseis anos para trabalho noturno; proibição a mulheres e menores de dezoito anos de prestação de trabalho em condições insalubres; repouso semanal de preferência aos domingos; férias anuais remuneradas; e indenização para o trabalhador dispensado sem justa causa.

Instituiu, ainda, a assistência médica e sanitária ao trabalhador e à gestante, sendo que à esta descanso antes e após o parto; previdência através de igual contribuição da União, empregador e empregado, para situações de velhice, invalidez, morte, acidente do trabalho e maternidade.

Todos estes mecanismos constitucionais de proteção ao empregado estão inseridos na ordem econômica e social (artigo 115 e seguintes).

Estabeleceu a representação classista, equivalente a um quinto da representação popular (artigo 23, parágrafo 1º), através da eleição indireta de deputados das profissões pertencentes aos seguintes grupos: lavoura e

³⁰⁸ SÜSSEKIND, Arnaldo; MARANHÃO, Délio; VIANNA, José de Segadas, *op. cit.*, p. 60-61.

³⁰⁹ SILVA, Floriano Corrêa Vaz da, *op. cit.*, p.51.

pecuária; indústria, comércio e transportes; profissões liberais; e funcionários públicos (artigo 23, parágrafo 3º). Essa forma de representação esteve presente já no momento de sua elaboração, pois dos duzentos e cinquenta e quatro constituintes, duzentos e catorze deputados eram eleitos, e quarenta eram deputados classistas.³¹⁰

Concluindo, a Constituição de 1934 é caracterizada pelo “pioneirismo, ao introduzir os princípios sobre a ordem econômica e social, o corporativismo, com o seu sistema de composição da Câmara dos Deputados, e o pluralismo da organização sindical”³¹¹.

Merece destaque ainda a instituição do salário mínimo em 1936 pelo Congresso Nacional.³¹²

3.1.4 A Constituição de 1937 e a intervenção do Estado nas relações laborais

Com a outorga, em 11 de novembro de 1937, da Constituição dos Estados Unidos do Brasil pelo governo Getúlio Vargas é alterada, de forma substancial, a ordem política, econômica e social do país.

Na doutrina de Floriano Corrêa Vaz e SILVA, esta Carta é considerada “fascista, ditatorial e autoritária”³¹³.

A nova Constituição possui cunho corporativista, sendo inspirada em sua parte política na constituição polonesa, e na parte econômica e social na *Carta del Lavoro*, Constituição italiana de 1927, de cunho fascista. Sua outorga foi um retrocesso para o país, visto que foram suprimidos os direitos individuais e coletivos, em troca de alguns benefícios individuais.³¹⁴

³¹⁰ SILVA, Floriano Corrêa Vaz da. Idem, ibidem.

³¹¹ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Direito do trabalho na Constituição de 1988*. São Paulo: Saraiva, 1945, p. 8.

³¹² Através da Lei n.º 185, de 14 de maio de 1936. OLIVEIRA, José César de, *op. cit.*, p. 78.

³¹³ SILVA, Floriano Corrêa Vaz da, *op. cit.*, p. 53.

³¹⁴ MORAES FILHO, Evaristo, *op. cit.*, p. 164.

Segundo Mario de LA CUEVA, com a outorga desta Constituição, o Brasil rompeu com os “rumos políticos-sociais da América Latina”³¹⁵.

Para o empregado trouxe muitas modificações: fim da pluralidade sindical, ou seja, implantação do sindicato único e o pagamento do imposto respectivo; a existência de corporações como órgãos estatais, através de cinco seções: indústria e artesanato, agricultura, comércio, transportes e crédito (artigo 57).

Proibiu a greve e o *lockout*³¹⁶, por serem anti-sociais e nocivos ao capital e ao trabalho, bem como incompatíveis com os interesses inerentes à produção nacional (artigo 139).

Manteve a Justiça do Trabalho como órgão de natureza administrativa, sendo que sua instalação ocorreu em 1º de maio de 1941,³¹⁷ a qual possuía a seguinte composição: Juntas de Conciliação e Julgamento ou Juízos de Direito, Conselhos Regionais do Trabalho e Conselho Nacional do Trabalho.

Para Arnaldo SÜSSEKIND, o Decreto-lei que a instituiu tinha como objetivo “outorgar aos trabalhadores um organismo judiciário especial, capaz de resolver, com rapidez e simplicidade processual, os dissídios individuais do trabalho, e à Nação o aparelhamento necessário à solução dos dissídios coletivos do trabalho, cujo processamento peculiar aos tribunais do trabalho deve substituir o uso de recursos violentos considerados anti-sociais”³¹⁸.

A Justiça do Trabalho foi instalada como organismo judiciário autônomo, com competência para executar suas decisões. Não obstante, nos termos da Constituição então vigente, não integrava o Poder Judiciário, apesar

³¹⁵ *Apud* MORAES FILHO, Evaristo. Idem, ibidem.

³¹⁶ Locaute. “Coligação de empregadores que, respondendo a uma ameaça de greve de seus empregados, fecham a empresa; greve patronal; paralisação, vedada em lei, das atividades empresariais por iniciativa do patrão, com o escopo de frustrar o atendimento das reivindicações dos operários”. DINIZ, Maria Helena. **Dicionário Jurídico**. São Paulo: Saraiva, v. 3, 1998, p. 162.

³¹⁷ A Justiça do Trabalho foi criada pelo Decreto-lei n.º 1.237, de 02 de maio de 1939, regulamentada pelo Decreto n.º 6.596 de 12 de dezembro de 1940. SÜSSEKIND, Arnaldo. **Manual da Justiça do Trabalho**. 2. ed. Rio de Janeiro: F. Bastos, 1944. p. 14.

³¹⁸ SÜSSEKIND, Arnaldo. Idem, p. 13-14.

de que a doutrina e o Supremo Tribunal Federal admitiam recurso extraordinário de decisões oriundas de órgãos trabalhistas.³¹⁹

Na ocasião da instalação da Justiça do Trabalho, o Presidente da República Getúlio Vargas proferiu as seguintes palavras:

A Justiça do Trabalho, que declaro instalada neste histórico 1º de maio, tem uma missão. Cumpre-lhe defender de todos os perigos a nossa modelar legislação social-trabalhista, aprimorá-la pela jurisprudência coerente e pela retidão e firmeza das sentenças. Da nova magistratura outra coisa não esperam o governo *[sic]*, empregados e empregadores e a esclarecida opinião nacional.³²⁰

São, também, desta época: a primeira tabela do salário mínimo de 1940; o Código Penal, que inicia sua vigência em 1942; e a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho em 1943.

Dessa forma, nas palavras de Francisca Rita Alencar ALBUQUERQUE “criava-se a convicção de que o Estado tomava para si a tutela dos economicamente desfavorecidos”³²¹.

3.1.5 A Consolidação das Leis do Trabalho

Para a criação da Consolidação das Leis do Trabalho foi nomeada uma comissão encarregada da elaboração do anteprojeto.³²² Foi aprovada³²³ e entrou em vigor³²⁴ em 1943.

Segundo Evaristo de MORAES FILHO “a Consolidação foi útil e

³¹⁹ SÜSSEKIND, Arnaldo. *Idem*, p. 13-17.

³²⁰ *Apud* SÜSSEKIND, Arnaldo. *Idem*, p. 18.

³²¹ ALBUQUERQUE, Francisca Rita Alencar. **A justiça do trabalho na ordem judiciária brasileira**. São Paulo: LTr, 1993, p. 77.

³²² Através da Portaria n.º 791, de 29 de janeiro de 1942. MORAES FILHO, Evaristo de, *op. cit.*, p. 164.

³²³ Pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943. SÜSSEKIND, Arnaldo, *op. cit.*, p. 14.

³²⁴ Entrou em vigor em 10 de novembro de 1943. MORAES FILHO, Evaristo de, *op. cit.*, p. 164.

meritória, ordenando os textos antigos, aparando-lhes as arestas, coordenando-os e criando matéria nova, como por exemplo, todo o título IV sobre contrato de trabalho”³²⁵.

Com a Consolidação das Leis do Trabalho foram agrupadas, num só instrumento legal, leis trabalhistas então vigentes, cujo número crescia de forma desordenada, sendo que cada profissão possuía norma específica. Tal fragmentação causava prejuízo àquelas que estavam fora da proteção legal. Todavia, a Consolidação acrescentou algumas inovações e tem características de um verdadeiro Código. Nela foram agrupadas leis acerca do direito individual, coletivo e processual do trabalho.³²⁶ Permaneceram fora da Consolidação as leis relativas à previdência social e a acidentes do trabalho.

A Consolidação foi fruto do trabalho de uma comissão presidida pelo Ministro Alexandre Marcondes Filho, a qual, após acolher sugestões de juristas, magistrados, instituições públicas e privadas, entre outros, remeteu suas sugestões ao Presidente da República Getúlio Vargas, em 19 de abril de 1943.

O relatório apresentado por essa comissão traz as seguintes afirmações:

A Consolidação representa, portanto, em sua substância normativa e em seu título, neste ano de 1943, não um ponto de partida, nem uma adesão recente a uma doutrina, mas a maturidade de uma ordem social há mais de um decênio instituída, que já se consagrou pelos benefícios distribuídos, como também pelo julgamento da opinião pública consciente, e sob cujo espírito de equidade confraternizaram as classes na vida econômica, instaurando nesse ambiente, antes instável e incerto, os mesmos sentimentos de humanismo cristão que encheram de generosidade e de nobreza os anais da nossa vida pública e social.³²⁷

Mas, a entrada em vigor da Consolidação das Leis do Trabalho não bastou para pacificar as demandas relativas aos direitos do empregado. A dinâmica social, as mudanças políticas, a evolução legislativa e as

³²⁵ MOARES FILHO. Evaristo de. Idem, p. 165.

³²⁶ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho...**, p. 56.

³²⁷ *Apud* NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Idem, p. 57.

modificações na ordem trabalhista fizeram com que, já no início da sua vigência, fossem questionados os seus principais pontos.

Tal contraste ficou evidenciado com a promulgação da Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946.

3.1.6 A Constituição de 1946 e o retorno ao ideal social-democrático

A Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946 era de “cunho social-democrático, com medidas de natureza neoliberalista”³²⁸, e rompeu com os princípios corporativistas da Carta anterior.

Inspirada nos ideais propugnados após a Segunda Guerra Mundial, consagra direitos característicos do Estado do bem-estar social,³²⁹ declarando o trabalho como obrigação social, sendo um direito de todos como modo de acesso a uma existência digna.³³⁰

Segundo Evaristo de MORAES FILHO, “inovou em dezesseis tópicos, não encontrados em texto constitucional anterior”³³¹, direito de greve (artigo 158); denominação certa de direito de trabalho (artigo 5º, inciso XV, alínea a)³³²; a Justiça do Trabalho como órgão do Poder Judiciário³³³, assim como sua organização e competência; poder normativo da Justiça do Trabalho (artigos 94, 122 e 123); inclusão do Ministério Público do Trabalho no Ministério Público da União (artigos 125 a 127); salário mínimo familiar, proibição de trabalho noturno para menores, repouso semanal remunerado,

³²⁸ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Idem*, p. 58.

³²⁹ MORAES FILHO, Evaristo de, *op. cit.*, p. 166.

³³⁰ “A todos é assegurado trabalho que possibilite existência digna. O trabalho é obrigação social”. (Parágrafo único do art. 145).

³³¹ MORAES FILHO, Evaristo de, *op. cit.*, p. 166.

³³² A Constituição Federal de 1937, quanto à competência privativa da União para legislar, referia-se a direito operário. (art. 15, inciso XVI).

³³³ Conforme já previsto no Decreto-lei n.º 9.797, de 09 de setembro de 1946, que alterou a denominação dos Conselhos Regionais do Trabalho para Tribunais Regionais do Trabalho e do Conselho Nacional do Trabalho para Tribunal Superior do Trabalho. ALBUQUERQUE. Francisca Rita Alencar, *op. cit.*, p. 107.

participação nos lucros, higiene e segurança do trabalho, percentagem de trabalhadores nacionais nas empresas privadas, assistência aos desempregados, e estabilidade para os trabalhadores rurais (artigo 157 e seus incisos).

Contudo, a Constituição de 1946 remeteu à lei ordinária a reforma da legislação sindical (artigo 159), fato que não ocorreu, fazendo com que a maneira de constituição dos sindicatos, sua representação legal nas convenções coletivas de trabalho, assim como o exercício de suas funções, permanecesse conforme a ordem constitucional do Estado Novo, ou seja, como função delegada pelo Poder Público.

A Carta Constitucional seguinte será a de 1967, contudo entre a promulgação desta e a anterior de 1946 surgiram vários diplomas legais de extrema importância aos direitos do empregado. Versaram sobre repouso semanal remunerado;³³⁴ adicional de periculosidade;³³⁵ sobre empregados de prédios de apartamentos;³³⁶ as atividades dos empregados, vendedores, viajantes ou praticistas;³³⁷ o exercício da profissão de músico;³³⁸ o salário mínimo dos médicos e cirurgiões-dentistas;³³⁹ a obrigatoriedade do recibo na rescisão do contrato de trabalho;³⁴⁰ e a criação da gratificação natalina.³⁴¹

Também merecem destaque a Lei Orgânica da Previdência Social³⁴²

³³⁴ Lei n.º 605 de 05 de janeiro de 1949 e Decreto n.º 27.048 de 12 de agosto de 1949. MORAES FILHO, Evaristo de, *op. cit.*, p. 167.

³³⁵ Lei n.º 2.573 de 15 de agosto de 1955. OLIVEIRA, José César de, *op. cit.*, p. 79.

³³⁶ Lei n.º 2.757 de 23 de abril de 1956. MORAES FILHO, Evaristo de, *op. cit.*, p. 167.

³³⁷ Lei n.º 3.207 de 18 de julho de 1957. OLIVEIRA, José César de, *op. cit.*, p. 79.

³³⁸ Lei n.º 3.857 de 22 de dezembro de 1960. OLIVEIRA, José César de. Idem, *ibidem*.

³³⁹ Lei n.º 3.999 de 15 de dezembro de 1961. OLIVEIRA, José César de. Idem, *ibidem*.

³⁴⁰ Lei n.º 4.066 de 28 de maio de 1962. OLIVEIRA, José César de. Idem, *ibidem*.

³⁴¹ Lei n.º 4.090 de 13 de julho de 1962. OLIVEIRA, José César de. Idem, *ibidem*.

³⁴² Lei n.º 3.807 de 26 de agosto de 1960. MORAES FILHO, Evaristo de, *op. cit.*, p. 167.

e seu Regulamento³⁴³; o Estatuto do Trabalhador Rural;³⁴⁴ a criação do salário-família;³⁴⁵ o regulamento do direito de greve;³⁴⁶ a extinção do imposto sindical e a criação dos Departamentos Nacionais de Emprego e Salário, de Segurança e Higiene do Trabalho e o Conselho Superior de Trabalho Marítimo.³⁴⁷

Ainda, legislação acerca do processo dos dissídios coletivos;³⁴⁸ criação e regulamentação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço,³⁴⁹ cujo objetivo era captar recursos para aplicação no sistema habitacional, que causou efeitos na estabilidade do emprego e conseqüente indenização.

E, finalmente, previsão legal sobre a correção monetária nos débitos trabalhistas;³⁵⁰ uniformização de reajustes salariais;³⁵¹ e concessão de férias a trabalhadores avulsos.³⁵²

³⁴³ Decreto n.º 48.959-A de 19 de setembro de 1960. MORAES FILHO, Evaristo de. Idem, *ibidem*.

³⁴⁴ Lei n.º 4.214 de 02 de março de 1963. MORAES FILHO, Evaristo de. Idem, *ibidem*.

³⁴⁵ Lei n.º 4.266 de 03 de outubro de 1963. MORAES FILHO, Evaristo de. Idem, *ibidem*.

³⁴⁶ Lei n.º 4.330 de 1.º de junho de 1964. MORAES FILHO, Evaristo de. Idem, *ibidem*.

Vale ressaltar que esta lei estabelecia a greve como prerrogativa sindical, contudo era imbuída de espírito intervencionista. Pode ser citado como exemplo, que a assembléia convocada para deliberar sobre greve deveria ter sua mesa apuradora presidida por um membro do Ministério Público do Trabalho, ou por alguém designado pelo Procurador Geral do Trabalho ou pelos Procuradores Regionais (artigo 6.º parágrafo 3.º.) VIANNA, José de Segadas. *Greve*. Rio de Janeiro: Renovar, 1986, p. 74-75.

³⁴⁷ Lei n.º 4.589 de 11 de dezembro de 1964. MORAES FILHO, Evaristo de, *op. cit.* 167.

³⁴⁸ Lei n.º 4.725 de 13 de julho de 1965, regulamentada pelo Decreto n.º 57.627 de 13 de janeiro de 1966. MORAES FILHO, Evaristo de. Idem, *ibidem*.

³⁴⁹ Lei n.º 5.107 de 13 de setembro de 1966 e Decreto n.º 59.820 de 20 de dezembro de 1966. MORAES FILHO, Evaristo de. Idem, *ibidem*.

³⁵⁰ Decreto-lei n.º 75 de 21 de novembro de 1966 e Decreto n.º 61.032 de 17 de junho de 1967. MORAES FILHO, Evaristo de. Idem, *ibidem*.

³⁵¹ Decreto-lei n.º 15 de 29 de julho de 1966. OLIVEIRA, José César de, *op. cit.*, p. 79.

³⁵² Lei n.º 5.085 de 27 de agosto de 1966. OLIVEIRA, José César de. Idem, *ibidem*.

3.1.7 A Constituição da República Federativa do Brasil de 1967 e a nova ordem institucional

Após o golpe de 31 de março de 1964 e a conseqüente mudança na ordem institucional brasileira, é necessário um texto constitucional de acordo com os ideais então predominantes.

Em 24 de janeiro de 1967 é promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil, que passou a vigorar em 15 de março do mesmo ano.³⁵³

Nessa fase da história do país, ou seja, a partir de 1964, "as leis trabalhistas passaram a ter um caráter econômico, subordinadas às metas prioritárias que se estendem desde essa época até os nossos dias, dentre as quais o combate à inflação"³⁵⁴.

A Carta Constitucional de 1967 trouxe as seguintes inovações: proibição de greve em serviços públicos e atividades essenciais; contribuição sindical e voto sindical obrigatórios (artigo 159); integração do trabalhador na empresa, previsão de colônias de férias para os trabalhadores e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; salário-família para os dependentes do trabalhador; idade mínima do trabalhador em doze anos; proibição de novos benefícios previdenciários sem prévio custeio e dotação orçamentária para os encargos de custeio da União; aposentadoria da mulher após trinta anos de serviço e proibição de diferenças de salário (artigo 158 e seus incisos).

Trouxe também, disposições acerca da composição e nomeação dos membros do Tribunal Superior do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho (artigo 133) e restringiu o recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal (artigo 135).

Inseriu ainda, na ordem econômica e social, cujo objetivo era a realização da justiça social, os princípios relativos à "valorização do trabalho como condição da dignidade humana" e à "harmonia e solidariedade entre os fatores de produção" (artigo 157 incisos II e IV, respectivamente).

³⁵³ MORAES FILHO, Evaristo de, *op. cit.*, p. 167.

³⁵⁴ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de direito do trabalho...*, p. 58-59.

A Constituição de 1967 foi alterada pela Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969, que trouxe poucas modificações acerca dos direitos e deveres trabalhistas. Incluiu o seguro contra acidentes do trabalho como matéria de natureza previdenciária (artigo 165 inciso XVI).³⁵⁵

Quanto à ordem econômica e social, acresceu o desenvolvimento nacional como um de seus objetivos (artigo 160, caput), modificou o princípio da harmonia e solidariedade para categorias sociais de produção (artigo 160, inciso IV) e incluiu, também como princípio, “a expansão das oportunidades de emprego produtivo” (artigo 160, inciso VI).

Em 05 de outubro de 1988 foi promulgado novo texto constitucional, a Constituição da República Federativa do Brasil, contudo foi precedida de grande produção legislativa no tocante aos direitos e deveres do empregado.

Merecem destaque a expedição de novo regulamento da Lei Orgânica da Previdência Social;³⁵⁶ o Regulamento do Conselho de Recursos da Previdência Social;³⁵⁷ a suspensão das garantias de vitaliciedade e estabilidade com a aplicação de penas de demissão e aposentadoria;³⁵⁸ legislação sobre salário-insalubridade e perícia;³⁵⁹ extensão dos benefícios da previdência social aos trabalhadores rurais³⁶⁰; legislação sobre a carteira de trabalho e previdência social;³⁶¹ Conselho Arbitral Rural;³⁶² e assistência

³⁵⁵ Em razão de legislação anterior, (Lei n.º 5.136, de 14 de setembro de 1967, regulamentada pelo Decreto n.º 61.784, de 28 de novembro de 1967). MORAES FILHO, Evaristo de, *op. cit.*, p. 168.

³⁵⁶ Decreto n.º 60.501 de 14 de março de 1967. MORAES FILHO, Evaristo de. *Idem, ibidem*.

³⁵⁷ Decreto n.º 60.120 de 23 de janeiro de 1967. MORAES FILHO, Evaristo de. *Idem, ibidem*.

³⁵⁸ Ato Institucional n.º 5 de 13 de dezembro de 1968. MORAES FILHO, Evaristo de. *Idem, ibidem*.

³⁵⁹ Decreto-lei n.º 389, de 26 de dezembro de 1968. MORAES FILHO, Evaristo de. *Idem, ibidem*.

³⁶⁰ Decreto-lei n.º 564 de 1.º de maio de 1969. MORAES FILHO, Evaristo de. *Idem, ibidem*.

³⁶¹ Decreto-lei n.º 926 de 10 de outubro de 1969. MORAES FILHO, Evaristo de. *Idem, ibidem*.

³⁶² Lei n.º 5.568 de 25 de novembro de 1969. MORAES FILHO, Evaristo de. *Idem*,

judiciária e normas processuais trabalhistas.³⁶³

Também merecem relevância a criação do PIS, Programa de Integração Social, e seus recursos financeiros, com o objetivo de participação do trabalhador no desenvolvimento e lucro das empresas;³⁶⁴ a legislação sobre trabalho temporário;³⁶⁵ a criação do Ministério da Previdência Social;³⁶⁶ e salário- maternidade na previdência social.³⁶⁷

Em 1975 ocorre a criação do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região,³⁶⁸ abrangendo os Estados do Paraná e Santa Catarina, com sede em Curitiba, após trinta cinco anos da criação dos últimos Tribunais Regionais do Trabalho no país, que eram em número de oito; e tentativa de revisão da Consolidação das Leis do Trabalho, de iniciativa governamental.³⁶⁹

Ainda, a modificação do regime de férias previsto na Consolidação das Leis do Trabalho;³⁷⁰ legislação sobre o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social - SINPAS -;³⁷¹ a alteração do quinto capítulo da Consolidação da Leis do Trabalho sobre segurança e medicina do trabalho;³⁷² a

ibidem.

³⁶³ Lei n.º 5.584 de 26 de junho de 1970. MORAES FILHO, Evaristo de. Idem, ibidem.

³⁶⁴ Lei Complementar n.º 7 de 07 de setembro de 1970 e Decreto-lei n.º 1.125 de 19 de setembro de 1970. MORAES FILHO, Evaristo de. Idem, ibidem.

³⁶⁵ Lei n.º 6.019 de 03 de janeiro de 1974. MORAES FILHO, Evaristo de. Idem, ibidem.

³⁶⁶ Lei n.º 6.062 de 15 de junho de 1974. MORAES FILHO, Evaristo de. Idem, ibidem.

³⁶⁷ Lei n.º 6.136 de 07 de novembro de 1974. MORAES FILHO, Evaristo de. Idem, ibidem.

³⁶⁸ Lei n.º 6.241 de 22 de setembro de 1975. MORAES FILHO, Evaristo de. Idem, ibidem.

³⁶⁹ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho...**, p. 59.

³⁷⁰ Lei n.º 1.535 de 13 de abril de 1977. OLIVEIRA, José César de, *op. cit.*, p. 80. MORAES FILHO, Evaristo de, *op. cit.*, p. 168.

³⁷¹ Lei n.º 6.439 de 1º de setembro de 1977. MORAES FILHO, Evaristo de. Idem, ibidem.

³⁷² Lei n.º 6.514 de 1977, "acompanhada de ampla regulamentação". NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho...**, p. 60.

instituição da correção salarial semestral e automática;³⁷³ a disposição acerca da aposentadoria especial para professores de ambos os sexos;³⁷⁴ e a criação do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, com jurisdição no Estado de Santa Catarina e sede em Florianópolis.³⁷⁵

E, finalmente, a legislação sobre correção semestral automática dos salários,³⁷⁶ a instituição do seguro-desemprego e a criação do “gatilho”, em razão da implantação do Plano Cruzado, através do qual o Poder Executivo Federal promoveu uma reforma monetária no país, com o congelamento do preço de produtos e serviços e nova disciplina sobre o aumento dos salários.³⁷⁷

3.2 A Constituição Federal de 1988, os direitos sociais e o constitucionalismo social

Finalmente, chegamos à Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro 1988.

A promulgação de tal Carta é o resultado de um longo processo de amadurecimento das instituições políticas, sociais e jurídicas brasileiras e a consubstanciação da conquista de inúmeros direitos, cujo exercício é necessário à conquista de uma sociedade verdadeiramente democrática.

Sobre a Assembléia Nacional Constituinte, é necessário ressaltar que sua eleição significou “a consagração do novo Estado Social de Direito, lastreado no sistema democrático e apto a assegurar, com base na solução pacífica das controvérsias e na harmonia, o exercício dos direitos

³⁷³ Lei n.º 6.708 de 30 de outubro de 1979, alterada pela Lei n.º 6.886 de 10 de dezembro de 1980, sendo a primeira regulamentada pelo Decreto n.º 84.560 de 14 de março de 1980. MORAES FILHO, Evaristo de, *op. cit.*, p. 168.

³⁷⁴ Emenda Constitucional n.º 18 de 30 de junho de 1981. MORAES FILHO, Evaristo de. *Idem*, p. 168-169.

³⁷⁵ Lei n.º 6.928 de 07 de julho de 1981. MORAES FILHO, Evaristo de. *Idem*, p. 169.

³⁷⁶ Lei n.º 7.238 de 29 de outubro de 1984. OLIVEIRA, José César de, *op. cit.*, p. 80.

³⁷⁷ Através dos Decretos-leis n.º 2.283 de 27 de fevereiro de 1986 e n.º 2.284 de 10 de março do mesmo ano. OLIVEIRA, José César de. *Idem*, *ibidem*.

sociais ...³⁷⁸

Acerca dos direitos inerentes ao empregado, que agora contam com o respaldo constitucional, é relevante tecer algumas considerações.

A primeira delas diz respeito à inserção dos direitos sociais, ou direitos de segunda geração,³⁷⁹ no bojo constitucional. Segundo Amauri Mascaro NASCIMENTO, "sendo a Constituição a norma jurídica fundamental que contém os valores considerados, pela Nação, aptos à realização dos seus fins primeiros, os direitos sociais devem ser nela incluídos, pelo significado de que se revestem na vida contemporânea"³⁸⁰.

Na doutrina de A. SVOLOS, a inserção dos direitos sociais no texto constitucional enfraquece a dicotomia tradicional entre o direito público e privado. "Processa-se então uma marcha para a socialização do direito"³⁸¹.

A segunda consideração é sobre o alcance dos direitos sociais, que "... em seu sentido amplo abrangem numerosos direitos de todos os cidadãos e de todos os indivíduos"³⁸².

Em sentido estrito, os direitos sociais são aqueles inerentes aos trabalhadores, sendo que o "primeiro de todos os direitos do trabalhador é o direito ao trabalho, é o direito ao emprego, reivindicação secular e sempre atual da classe trabalhadora"³⁸³. Ou ainda, direitos sociais são "direitos públicos subjetivos dirigidos contra o Estado, a determinar a exigibilidade de prestações no que se refere a educação, saúde, trabalho, lazer, segurança e previdência social"³⁸⁴.

Segundo Tarso GENRO, baseado em Daniel M. RUDI, os direitos

³⁷⁸ SILVA NETO, Manoel Jorge, *op. cit.*, p. 69.

³⁷⁹ BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992b, p. 6.

³⁸⁰ *Apud* SILVA, Floriano Corrêa Vaz da, *op. cit.*, p. 35.

³⁸¹ *Apud* FERREIRA, Luís Pinto. **Curso de direito constitucional**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 1998, p. 155.

³⁸² SILVA, Floriano Corrêa Vaz da, *op. cit.*, p. 60.

³⁸³ SILVA, Floriano Corrêa Vaz da. *Idem*, p. 61.

³⁸⁴ SILVA NETO, Manoel Jorge e, *op. cit.*, p. 49.

sociais são “direito-deveres”. E, assim o são porque implicam o “respeito aos direitos alheios”³⁸⁵.

Na lição de Rodrigo BORJA, os direitos sociais são prestações jurídicas estatais em benefício de setores sociais menos favorecidos economicamente, a fim de restabelecer a igualdade real entre as pessoas.³⁸⁶

E, finalmente, Recásens SICHES, para quem os direitos sociais “têm por objeto atividades positivas do Estado, do próximo e da sociedade, para subministrar ao homem certo *[sic]* bens e condições”³⁸⁷.

A terceira consideração diz respeito à denominação que se dá ao fenômeno da inclusão no texto constitucional dos direitos ditos sociais. Chama-se constitucionalismo social e gerou o direito constitucional do trabalho, que é aquele “conjunto das normas e princípios constitucionais concernentes à proteção dos direitos dos trabalhadores”³⁸⁸.

Na lição de Manoel Jorge e SILVA NETO, o constitucionalismo social “está fundamentalmente vinculado ao princípio da não-neutralidade, isto é, comprometimento da filosofia constitucional com os desfavorecidos, como sói ocorrer nas constituições - como a nossa - que organizam, de forma taxativa, os direitos sociais”³⁸⁹.

Na lição de Maurice DUVERGER, “isso revela que os direitos sociais integram o ‘sistema de valores do mundo contemporâneo’”³⁹⁰, em razão de que em todo o mundo civilizado, atualmente, são evidentes as relações entre política, economia, relações trabalhistas e vida constitucional dos Estados.

Nem todas as Constituições do Brasil contemplaram em seus textos os direitos sociais. A previsão dos mesmos em algumas Cartas nacionais, deve-se, conforme Tarso GENRO, às “necessidades decorrentes de nossa formação

³⁸⁵ GENRO, Tarso. **Direito individual do trabalho: uma abordagem crítica**. 2. ed. São Paulo: LTr, 1994. p 45.

³⁸⁶ BORJA, Rodrigo, *op. cit.*, p. 344.

³⁸⁷ *Apud* DANTAS, Ivo, *op. cit.*, p. 305.

³⁸⁸ SILVA, Floriano Corrêa Vaz da, *op. cit.*, p. 35.

³⁸⁹ SILVA NETO, Manoel Jorge e, *op. cit.*, p. 55

³⁹⁰ *Apud* SILVA, Floriano Corrêa Vaz da, *op. cit.*, p. 38.

social capitalista com a universalização das suas relações de mercado”, bem como à “capacidade dos trabalhadores com suas forças mais ou menos organizadas, nos enfrentamentos de classe”.³⁹¹

3.2.1 A Constituição Federal de 1988 e a proteção aos direitos do empregado

Quanto aos direitos do empregado, é necessário ressaltar que a atual Constituição do Brasil, já em seu primeiro artigo, determina que são fundamentos do Estado Democrático de Direito, entre outros, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho.

Mais além, (artigos 6º a 11), elenca e disciplina os direitos sociais.

No artigo 6º prevê que os direitos sociais são aqueles relativos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância, e à assistência aos desamparados, todos na forma da Constituição.

No artigo 7º enumera os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que tenham por objetivo a melhoria de sua condição social.

São eles: proteção da relação de emprego, seguro-desemprego, fundo de garantia por tempo de serviço, salário mínimo, piso salarial, irredutibilidade do salário, décimo terceiro salário, adicional noturno, proteção ao salário, participação nos lucros, salário-família, duração e jornada de trabalho e repouso semanal remunerado.

Mais, horas extras, férias acrescidas de abono, licença à gestante, licença-paternidade, proteção ao mercado de trabalho da mulher, aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, adicional de periculosidade, penosidade e insalubridade, assim como a redução dos riscos inerentes ao trabalho, aposentadoria, assistência aos filhos e dependentes e reconhecimento das convenções e acordos coletivos.

E, ainda, proteção em razão da automação, seguro contra acidentes de trabalho, prazo prescricional diferenciado para o trabalhador urbano e rural,

³⁹¹ GENRO, Tarso, *op. cit.*, p. 45.

proibição de diferença de salários e critérios de admissão, proibição de trabalho noturno, perigoso e insalubre a menores de dezoito anos, e de qualquer trabalho para menores de catorze anos, salvo na condição de aprendiz³⁹², igualdade de direitos para o trabalhador avulso e aquele com vínculo trabalhista.

Nos artigos 8º a 11, trata da liberdade de associação sindical ou profissional, direito de greve, participação dos trabalhadores e empregadores em órgãos públicos previdenciários e profissionais, além da eleição de um representante dos trabalhadores, nas empresas que contem com mais de duzentos empregados, com o objetivo de contato direto com o empregador.

Prevê que a valorização do trabalho é um dos fundamentos da ordem econômica, para assegurar uma vida digna a todos, de acordo com os preceitos da justiça social, com a observação de alguns princípios, entre eles, a busca do pleno emprego (artigo 170, *caput* e inciso VIII, respectivamente).

Determina que a ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais (artigo 193).

Nos artigos subsequentes (194 a 204), trata da seguridade social, da saúde, da previdência social e da assistência social.

O texto final da Constituição Federal de 1988 é o resultado de longos embates, de um lado a ala conservadora, e de outro a ala progressista, cujas idéias acabaram prevalecendo em diversos aspectos.

Amauri Mascaro NASCIMENTO cita três pontos que devem ser levados em consideração na análise do texto constitucional, os quais se referem à prescritividade do modelo adotado, a não sinteticidade do texto e a inclusão de novos direitos trabalhistas. Sobre o modelo adotado, afirma que é prescritivo, nos moldes do constitucionalismo social, que prevê a inclusão dos direitos sociais e dos direitos fundamentais no texto constitucional.³⁹³

Reforçando a opção pelo modelo prescritivo, optou-se por um texto extenso, que abrange um número de direitos e deveres, não contemplados

³⁹² Atualmente, em razão da redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.98, a idade mínima de admissão ao trabalho é dezoito anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de catorze anos.

³⁹³ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Direito do trabalho...*, p. 16.

num texto constitucional brasileiro até então. Apesar do pequeno número de artigos, estes se espalhavam através de um número significativo de incisos, alíneas e parágrafos.³⁹⁴

E, finalmente, a inclusão de direitos de natureza trabalhistas que não possuíam *status* constitucional, além de outros inéditos em nossa ordem jurídica.³⁹⁵

Todavia, ao lado de diversas e profícuas inovações, há disposições que se afastaram dos fundamentos da própria Constituição, a saber: a exigência da unicidade sindical contraditória com a liberdade de associação e com a livre organização sindical (contrariando a Convenção n.º 87 da Organização Internacional do Trabalho - OIT), a duplicação da contribuição sindical (artigo 8º, inciso IV) e a exclusão dos trabalhadores domésticos ao exercício de certos direitos previstos aos demais trabalhadores (artigo 7º, parágrafo único).

3.2.2 Críticas ao caráter constitucional dos direitos sociais e a conseqüente proteção aos direitos do empregado

É necessário mencionar que a inserção de inúmeros direitos sociais no texto constitucional foi e ainda é alvo de inúmeras críticas, algumas procedentes, outras não.

A título ilustrativo, Ney PRADO afirma que a "Constituição de 1988 é um documento provocativo, inegavelmente criativo, mas, por suas características, desestabilizador da vida jurídica do País. Não há exageros em afirmar que seu advento provocou uma turbulência jurídica jamais experimentada entre nós nas relações capital-trabalho"³⁹⁶.

Arion Sayão ROMITA afirma que esta Carta "reflete as dúvidas e

³⁹⁴ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Idem, *ibidem*.

³⁹⁵ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Idem, *ibidem*.

³⁹⁶ PRADO, Ney. Os direitos sociais no Estado democrático de direito. In: **Curso de direito constitucional do trabalho: estudos em homenagem ao Professor Amauri Mascaro Nascimento**. Coord. Arion Sayão Romita. São Paulo: LTr, v. 1, 1991, p. 99.

incertezas, a insegurança, o conflito de opiniões, a ebulição social”³⁹⁷ característicos da sociedade brasileira da época de sua elaboração.

Aponta três aspectos negativos da referida Constituição que são: “a concepção estatal do Direito”, ou seja, são jurídicas apenas as normas de produção estatal;³⁹⁸ a rigidez das relações do trabalho, que segundo o autor, ao impedir sua flexibilização atavanca a produtividade;³⁹⁹ e o caráter intervencionista na negociação coletiva.⁴⁰⁰ E, complementa que, o Direito do Trabalho se propõe a realizar o socialmente desejável, mas só pode fazê-lo na medida do economicamente possível e que a previsão exaustiva de dispositivos referentes a direitos individuais e coletivos dos trabalhadores, como forma de resolução de problemas sociais, tornou-se inócua ante a não regulamentação infraconstitucional.⁴⁰¹

Eduardo Gabriel SAAD, sustenta que a “Constituição de 1988 é enorme. Apresenta claros sinais da confluência de princípios ideológicos díspares ou conflitantes. Sob o prisma ideológico, (...) é uma colcha de retalhos”⁴⁰². Cita BLANCHARD, ao se referir que três quartos dos trabalhadores do mundo vivem em estado permanente de insegurança social e econômica, situação análoga ao da maioria da população brasileira, sendo que o sentimento inspirador na elaboração da atual Constituição foi a angústia ante tal conjuntura.⁴⁰³

Segundo Eduardo Gabriel SAAD, os constituintes tentaram, oniricamente, apresentar soluções a todos os problemas do povo brasileiro, em

³⁹⁷ ROMITA, Arion Sayão. **Os direitos sociais na Constituição e outros estudos**. São Paulo: LTr, 1991, p. 12.

³⁹⁸ ROMITA, Arion Sayão. *Idem*, p. 13.

³⁹⁹ ROMITA, Arion Sayão. *Idem*, *ibidem*.

⁴⁰⁰ ROMITA, Arion Sayão. *Idem*, *ibidem*.

⁴⁰¹ ROMITA, Arion Sayão. *Idem*, p. 14.

⁴⁰² SAAD, Eduardo Gabriel. **Constituição e direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 1989, p. 17.

⁴⁰³ SAAD, Eduardo Gabriel. *Idem*, p. 19.

especial aos dos trabalhadores⁴⁰⁴ e, por consequência, aos dos empregados.

Mas, o preâmbulo⁴⁰⁵ da atual Constituição Federal merece ser lembrado, pois a Assembléia Nacional Constituinte, representando o povo brasileiro, ao instituir um Estado Democrático, o fez, também, para assegurar o exercício de direitos sociais, consequentemente os direitos relativos ao empregado.

Ainda na doutrina de Manoel Jorge e SILVA NETO, a “valorização social do trabalho e a livre iniciativa, (...) o pluralismo político, (...) a soberania, a cidadania e a dignidade da pessoa humana, estão acoplados aos valores superiores do Estado brasileiro, e são como um sinal, um farol a conduzir à meta estatal. São o ponto de partida do resto do ordenamento jurídico”⁴⁰⁶.

E, finalizando, continua o mesmo autor, afirmando que a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1998, não tem precedentes, e vinculou todo o direito e não somente a atuação política, pois tem por tendência prosseguir na “luta por um sistema jurídico a serviço do homem, da igualdade”⁴⁰⁷.

3.2.3 O reconhecimento dos direitos do homem e da cidadania

A partir das afirmações anteriormente expostas, que envolvem o tema cidadania, é necessário delimitá-lo de acordo com as pretensões do presente trabalho.

Primeiramente, não será considerada a visão tradicional da cidadania em que a mesma é expressa de forma restrita, sendo delimitada como direito

⁴⁰⁴ SAAD, Eduardo Gabriel. Idem, p. 20.

⁴⁰⁵ “Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.”

⁴⁰⁶ SILVA NETO, Manoel Jorge e, *op. cit.*, p. 71.

⁴⁰⁷ SILVA NETO, Manoel Jorge e. Idem, *ibidem*.

do cidadão de votar e de ocupar funções públicas, seja por meio de processo eletivo ou outro qualquer. Portanto, abandona-se a idéia da cidadania como fenômeno jurídico apto a revelar o “status do indivíduo no Estado”⁴⁰⁸, para buscar um conceito mais amplo.

Sobre tal aspecto valem ser citadas as palavras de José Alcebíades de OLIVEIRA JUNIOR: “a relação ‘cidadania/sujeito de direito’ vem sofrendo profundas modificações, decorrentes da evolução (ou simplesmente modificação) dos direitos nas sociedades complexas e em permanente transformação”⁴⁰⁹.

Sendo assim, a cidadania é realizada pelo indivíduo por meio do exercício dos direitos civis, políticos e econômico-sociais frente ao Estado, à sociedade e aos demais cidadãos. Portanto, a cidadania implica a assunção e realização de um sem número de deveres ou obrigações e direitos do Estado, da sociedade e dos cidadãos, uns em relação aos outros, visto que muitos somente podem ser exercidos de forma coletiva.

Os direitos civis, conforme Nicola MATTEUCCI, são os relativos à personalidade individual, expressos através da liberdade pessoal, de pensamento, de religião, de reunião e de liberdade econômica, obrigando o Estado a uma “atitude de não impedimento, a uma abstenção”⁴¹⁰.

Prosseguindo, o mesmo autor afirma que os direitos políticos, manifestados na liberdade de associação nos partidos e nos direitos eleitorais, “estão ligados à formação do Estado democrático representativo e implicam uma liberdade ativa, uma participação dos cidadãos na determinação dos objetivos políticos do Estado”⁴¹¹.

E, finalmente, os direitos sociais, manifestados através do direito ao

⁴⁰⁸ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Cidadania: do direito aos direitos humanos**. São Paulo: Acadêmica, 1993, p. 25.

⁴⁰⁹ OLIVEIRA JUNIOR, José Alcebíades de. Cidadania e novos direitos. In: **O novo em direito e política**. Org. José Alcebíades de Oliveira Junior. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997, p. 192.

⁴¹⁰ MATTEUCCI, Nicola. Direitos humanos. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco, *op. cit.*, p. 354.

⁴¹¹ MATTEUCCI, Nicola. Direitos humanos. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Idem*, *ibidem*.

trabalho, à assistência, ao estudo, à tutela da saúde e pela liberdade da miséria e do medo, “maturados pelas novas exigências da sociedade industrial, implicam, por seu lado, um comportamento ativo por parte do Estado ao garantir aos cidadãos uma situação de certeza”⁴¹².

Segundo Norberto BOBBIO, os direitos do homem são “direitos históricos (...) nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas”.⁴¹³

Dos direitos acima relacionados, civis, políticos e sociais, os dois primeiros são, por Norberto BOBBIO, considerados de primeira geração e os últimos de segunda geração. A seguir, tem-se os chamados direitos de terceira geração, “que constituem uma categoria (...) ainda excessivamente heterogênea e vaga. (...) O mais importante deles é o reivindicado pelos movimentos ecológicos: o direito de viver num ambiente não poluído”⁴¹⁴, além dos relacionados ao “direito do consumidor”⁴¹⁵.

Em face dos avanços científicos, conforme José Alcebíades de OLIVEIRA JUNIOR, na área biológica, surgem os direitos chamados de quarta geração, que dizem respeito, principalmente, à manipulação genética, “relacionados à biotecnologia e à bioengenharia, e que tratam de questões sobre a vida e a morte, ...”⁴¹⁶.

E, concluindo, os direitos intitulados de quinta geração, relacionados com a realidade virtual e que “compreendem o grande desenvolvimento da cibernética”⁴¹⁷ na atualidade, implicando o rompimento de fronteiras,

⁴¹² MATTEUCCI, Nicola. Direitos humanos. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Idem, *ibidem*.

⁴¹³ BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**, p. 5.

⁴¹⁴ BOBBIO, Norberto. Idem, p. 5-6.

⁴¹⁵ OLIVEIRA JUNIOR, José Alcebíades de, *op. cit.*, p. 193.

⁴¹⁶ OLIVEIRA JUNIOR, José Alcebíades de. Idem, *ibidem*.

⁴¹⁷ “Ciência que estuda as comunicações e o sistema de controle não só nos organismos vivos, mas também nas máquinas”. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, *op. cit.*, p. 323.

estabelecendo conflitos entre países com realidades distintas”⁴¹⁸.

Por conseguinte, pode-se perceber que cidadania é a qualidade ou o estado de cidadão,⁴¹⁹ que é o indivíduo considerado como sujeito social ao exercer direitos e assumir obrigações frente ao Estado, à sociedade e aos demais cidadãos, direitos estes de natureza civil, política e social, além de outros que vão sendo reconhecidos, ou deixando de sê-lo, em razão das mutações pelas quais passam as sociedades complexas.

3.2.4 A proteção constitucional dos direitos do empregado como forma de expressão da cidadania

Há de considerar que a elaboração e promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, quanto aos direitos relativos ao empregado, foi um divisor de águas na história jurídica e social do País, em razão de todos os fatos e razões já expostos. Assim sendo, é natural que mereça julgamentos antagônicos.

Não foi intitulada, contudo, Constituição-cidadã gratuitamente, pois, pela primeira vez, um texto constitucional em nosso país trata dos direitos do empregado como condição de efetivação de sua cidadania, ou seja, com a proteção constitucional de seus direitos. Deixa de ser o empregado um cidadão de segunda categoria, passando ao exercício do mais importante dos direitos sociais, o direito ao trabalho digno, o direito ao emprego.

Portanto, o exercício pleno dos direitos sociais, sobretudo ao trabalho digno e ao emprego, garante aos indivíduos meios de efetivação de sua cidadania (artigo 1º, inciso II,) e assegura a sua dignidade (artigo 1º, inciso III), fundamentos do Estado Democrático de Direito, assim como propicia a construção de uma sociedade livre, justa e solidária (artigo 3º, inciso I), garante o desenvolvimento nacional (artigo 3º, inciso II) e erradica a pobreza e a

⁴¹⁸ OLIVEIRA JUNIOR, José Alcebíades de, *op. cit.*, p. 192.

⁴¹⁹ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, *op. cit.*, p. 324.

marginalização (artigo 3º, inciso III), objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

Sendo o presente trabalho dedicado ao estudo dos direitos relativos ao empregado e o dever do Estado de protegê-los, apenas estes merecerão um maior aprofundamento. Aos demais caberá, apenas, as considerações constantes do item anterior.

A necessidade e urgência da manutenção da proteção constitucional e infraconstitucional aos direitos do empregado serão objetos de estudo do próximo capítulo.

4. A FUNÇÃO SOCIAL DO ESTADO E A PROTEÇÃO LEGISLATIVA AOS DIREITOS DO EMPREGADO

4.1 Considerações iniciais

A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, pode ser considerada uma das primeiras da história nacional a contemplar um capítulo próprio aos direitos sociais.

Acerca dos direitos do empregado, além dos direitos sociais inerentes a todos os trabalhadores, prevê em seu artigo 7º um elenco considerável nunca antes contemplado por uma Carta Constitucional no Brasil. É importante ressaltar que o legislador constituinte, ao elencar os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, enumerou-os porém não os exauriu.⁴²⁰

Por conseguinte, sendo a enumeração exemplificativa e não taxativa, outros direitos podem ser conquistados, a fim de que proporcionem condições mais dignas à prestação laboral, e o trabalho não seja considerado apenas um dever, mas principalmente um direito.⁴²¹

Sobre a possibilidade prevista constitucionalmente da atribuição de outros direitos ao trabalhador e, por consequência, ao empregado, deve-se considerar que tal possibilidade se justifica em razão de que os direitos são históricos, ou seja, não nascem “todos de uma vez e nem de uma vez por todas”⁴²².

Sendo assim, deve-se entender como direitos sociais aqueles que visam à melhoria da condição social do trabalhador, e que os direitos de tal

⁴²⁰ “São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: ... Artigo 7º, *caput*.”

⁴²¹ JUCÁ. Francisco Pedro, *op. cit.*, p. 75.

⁴²² BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**, p. 5.

categoria elencados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 os foram de maneira ilustrativa e não se esgotam em sua enumeração. E, que a condição social do trabalhador é um dado variável, que muda de acordo com as transformações políticas e econômicas da sociedade, razão pela qual é aberta a possibilidade constitucional de proteção a outros direitos sociais, além daqueles já enumerados.

4.2 Os direitos sociais frente ao neoliberalismo e à globalização

No Brasil, a constitucionalização dos direitos sociais ocorreu com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.⁴²³

Contudo, já nos anos setenta, a partir dos choques econômicos mundiais, principia a crise do Estado Intervencionista. E, por tal razão, começam a ser esboçadas a diminuição do intervencionismo estatal e a proposta de flexibilidade dos direitos sociais.⁴²⁴

Segundo Ari Possidonio BELTRAN, a crise econômica iniciada na década de setenta foi intensificada pelos choques do petróleo de 1973, sendo que o período de 1979 a 1981 foi o mais grave. Quanto à crise do petróleo, esclarece que o seu preço triplicou, fazendo com que os preços dos combustíveis também sofressem elevação.⁴²⁵

Com isso, os mercados foram desorganizados e, nos países industrializados houve o agravamento da inflação e o conseqüente desemprego gerado pelo corte de pessoal e pela ausência de geração de novos empregos. Ao lado da diminuição da arrecadação, aumentaram os gastos sociais; o

⁴²³ Em razão da previsão constitucional dos direitos sociais na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, pode-se afirmar que é uma Constituição Socioeconômica. SILVA, Reinaldo Pereira e, *op. cit.*, p. 130.

⁴²⁴ SILVA, Reinaldo Pereira e. A flexibilidade no direito do trabalho e na perspectiva neoliberal. **Revista Síntese Trabalhista**. Porto Alegre, n. 100, p. 140, out. 1997.

⁴²⁵ BELTRAN, Ari Possidonio. **Os impactos da integração econômica no direito do trabalho: globalização e direitos sociais**. São Paulo: LTr, 1998, p.75.

desemprego elevou-se; o trabalho informal desenvolveu-se; ampliaram-se as formas de contratação precária; e o arrocho salarial.⁴²⁶

Reinaldo Pereira e SILVA demonstra as causas da crise ocorrida nos anos setenta, citando Hélio JAGUARIBE, de acordo com o qual “a crise do petróleo e do sistema monetário internacional derivam de fatores não vinculados ao Estado do bem-estar social, mas antes ao crescente desequilíbrio das relações internacionais em geral e, em particular, norte-sul”⁴²⁷.

Desta opinião partilha Georgenor de Sousa FRANCO FILHO, quando enfatiza que as modificações causadas na ordem internacional pela crise do petróleo a partir de 1973, sobretudo no âmbito econômico, oportunizaram inúmeras propostas de modificação nas relações de trabalho, inclusive no Brasil.⁴²⁸

José Eduardo FARIA, sobre os choques do petróleo ocorridos em 1973 e 1979, afirma que, entre outras conseqüências, provocaram uma grande recessão nos países desenvolvidos, fazendo com que principiasses uma revolução tecnológica, a fim de que fossem reduzidos o custo da energia e o preço final de serviços e bens. Isso além de pôr “em xeque as engrenagens decisórias e o sistema político-jurídico do Estado Providência”⁴²⁹.

Sobre o declínio da política intervencionista do Estado do bem-estar social, José Affonso DALLEGRAVE NETO afirma que tal começou ocorrer a partir da Segunda Guerra Mundial, com a gênese do neoliberalismo.⁴³⁰

O neoliberalismo é um movimento que surgiu nos anos oitenta na Inglaterra e nos Estados Unidos, com os governos Thatcher e Reagan respectivamente, quando os mesmos passaram a implementar medidas para

⁴²⁶ BELTRAN, Ari Possidonio. Idem, p.75-76.

⁴²⁷ SILVA, Reinaldo Pereira e. A flexibilidade no direito do trabalho ..., p. 141.

⁴²⁸ FRANCO FILHO, Georgenor de Sousa. **Globalização & Desemprego: mudanças nas relações de emprego**. São Paulo, LTr: 1998, p. 109.

⁴²⁹ FARIA, José Eduardo *et al* . Introdução. In: **Direito e globalização econômica**. Org. José Eduardo Faria. São Paulo: Malheiros, 1996, p. 7-8.

⁴³⁰ DALLEGRAVE NETO, José Affonso *et al* . O Estado neoliberal e seu impacto sócio-jurídico. In: **Globalização, neoliberalismo e direitos sociais**. Rio de Janeiro: Destaque, 1997, p. 79.

que o Estado se afastasse das questões econômicas, impondo o modelo do Estado mínimo. Tal configuração estatal permite a regulação da economia apenas pelas leis do mercado e, atualmente, é considerada como a ideal para os ajustes estruturais necessários a serem impostos ao Estado.⁴³¹

Na palavras de Héctor-Hugo BARBAGELATA, “os adeptos do neoliberalismo continuam (...) substancialmente partidários do *laissez-faire* e da redução do Estado, tanto em sua dimensão como em seus fins (...) condenam todas as ações que possam distorcer o funcionamento de um mercado livre, reclamam a desregulamentação da economia ...”⁴³².

Cármem Lúcia Antunes ROCHA afirma que no neoliberalismo, apensar do neo, não existe nada de novo e nem compromisso com a democracia. Enfatiza que a proposta é uma ‘lógica autoritária’.⁴³³

Opinião semelhante possui Carlos Ruiz CASTILHO, ao indicar que o neoliberalismo pretende ser uma doutrina afastada de certas posições do liberalismo, porém ambos possuem a mesma origem.⁴³⁴

E, em complemento, de acordo com Boaventura de Souza SANTOS “... a democracia e o liberalismo económico [*sic*] foram sempre má companhia um para o outro”⁴³⁵.

Para os adeptos do neoliberalismo, a universalização dos direitos sociais, com conseqüente melhoria de salários e condições de trabalho, fez com que as bases de acumulação capitalistas fossem abaladas.⁴³⁶

Segundo Boaventura de Souza SANTOS, a crise pela qual passa o

⁴³¹ LEDUR, José Felipe. Princípios do direito do trabalho e flexibilização. In: Direito em revista. **Revista Quadrimestral da AMATRA IV**. Porto Alegre, n. 5, p. 22, abr./ago. 1995.

⁴³² BARBAGELATA, Héctor-Hugo. **Particularismo do direito do trabalho**. Trad. Edilson Alkmin Cunha. São Paulo: LTr, 1996, p. 137.

⁴³³ ROCHA, Cármem Lúcia Antunes. Sobre o Estado Brasileiro e as reformas propostas. In: **Constituição e Trabalho**. Coord. Manoel Jorge e SILVA Neto. São Paulo: LTr, 1998, p. 92.

⁴³⁴ *Apud* CATHARINO, José Martins. **Neoliberalismo e seqüela: privatização, desregulação, flexibilização e terceirização**. São Paulo: LTr, 1997, p. 18.

⁴³⁵ SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997, p. 21.

⁴³⁶ DALLEGRAVE NETO, José Affonso *et al*, *op. cit.*, p. 79.

Estado atualmente pode ser demonstrada das seguintes formas: inicialmente como crise interna, quando o Estado, ao ter suas receitas diminuídas significativamente, usa este argumento para se eximir de compromissos já assumidos quanto à segurança social; e, em seguida, quando passa a tolerar a violação das normas trabalhistas por parte dos empregadores e a presteza demonstrada nas mudanças da legislação, fazendo com que a situação de emprego fique cada vez mais frágil.⁴³⁷

José Affonso DALLEGRAVE NETO afirma que os primeiros governos a adotar a idéia de um Estado mínimo quanto aos direitos sociais e trabalhistas foram o governo Thatcher, na Inglaterra, em 1979; o governo Reagan, nos Estados Unidos, em 1980; e o Governo Kohl, na Alemanha, em 1982, seguidos por praticamente toda a Europa Ocidental.⁴³⁸

O Brasil adotou tal doutrina em novembro de 1989, quando aceitou as diretrizes impostas pelo Fundo Monetário Internacional – FMI, pelo Banco Mundial e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, em reunião que também participaram outros países da América Latina. Essa adesão foi denominada de Consenso de Washington. Entre as diretrizes apontadas pelo Consenso de Washington não estavam incluídas as relativas à área social.⁴³⁹

Os governos brasileiros dos Presidentes José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco e o atual Fernando Henrique Cardoso, têm seguido as diretrizes apontadas pelo Fundo Monetário Internacional e Banco Interamericano de Desenvolvimento, através de medidas relativas à diminuição da emissão de moeda, à elevação da taxa de juros, à abertura de mercado e à diminuição da tributação sobre altos rendimentos, ocasionando um expressivo desemprego.⁴⁴⁰

⁴³⁷ SANTOS, Boaventura de Souza; REIS, José; MARQUES, Maria Manuel Leitão. O Estado e as transformações recentes da relação salarial (A transição para um novo modelo de regulação da economia). In: **Temas de direito do trabalho: direito do trabalho na crise - poder empresarial - greves atípicas**. IV Jornadas Luso-Hispano-Brasileiras de Direito do Trabalho. Coimbra: Coimbra, 1990, p. 151.

⁴³⁸ DALLEGRAVE NETO, José Affonso *et al* , *op. cit.*, p. 80.

⁴³⁹ DALLEGRAVE NETO, José Affonso *et al* . Idem, *ibidem*.

⁴⁴⁰ DALLEGRAVE NETO, José Affonso *et al* . Idem, p. 81.

Portanto, pode-se perceber que o Estado social é sucedido pelo Estado neoliberal, que substituiu a proteção aos direitos sociais pela desregulamentação dos mesmos, deixando-os à mercê das leis do mercado.⁴⁴¹

Além deste fenômeno de mudança de orientação do modelo estatal, deve-se levar em conta outro acontecimento mundial: a globalização.⁴⁴² Entretanto, é conveniente esclarecer que embora tal fenômeno esteja sendo saudado como “algo superior e definido”⁴⁴³, trata-se de uma realidade em construção.

A globalização, segundo Anthony GIDDENS, é um processo resultante da associação de outros processos, contraditórios algumas vezes, e que, por isso, produz conflitos, desuniões e novas maneiras de estratificações.⁴⁴⁴

Esse fenômeno é o resultado “da articulação de três movimentos simultâneos: financeirização da economia, blocos regionais e reestruturação produtiva”⁴⁴⁵.

A financeirização da economia é caracterizada pela acumulação de riquezas oriundas de atividades especulativas, ou seja, o capital investido até então na atividade produtiva passa a ser aplicado no mercado financeiro.⁴⁴⁶

⁴⁴¹ Segundo Asa Cristina LAURELL, existe “uma série de elementos relacionados ao conteúdo e à amplitude de suas políticas sociais que permitem considerar a maioria dos Estados latino-americanos, como Estados de bem-estar antes da aplicação das políticas neoliberais”. LAURELL, Asa Cristina. *Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo*. In: **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. Org. Asa Cristina Laurell. Trad. Rodrigo León Contrera. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997, p. 159.

⁴⁴² Para Arion Sayão Romita, baseado em Roberto Campos, a primeira globalização ocorreu com o Império Romano ao terminar com a feudalização política e comercial. A segunda, com os grandes descobrimentos dos séculos XIV e XV, os quais intensificaram de maneira expressiva o comércio internacional. A terceira globalização aconteceu com as guerras de Napoleão e a supremacia do liberalismo frente ao mercantilismo. A quarta e atual globalização teve seu início após a Segunda Guerra Mundial e atingiu seu ápice com o colapso do regime socialista, entre 1989 a 1991. ROMITA, Arion Sayão. **Globalização da economia e direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 1997. p. 8.

⁴⁴³ MAIOR, Jorge Luiz Souto. Globalização. **Revista Síntese Trabalhista**. Porto Alegre, n. 99, p. 140. set. 1997.

⁴⁴⁴ GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical**. São Paulo: Unesp, 1996, p. 13.

⁴⁴⁵ DALLEGRAVE NETO, José Affonso *et al*, *op. cit.*, p. 103.

⁴⁴⁶ Conforme estimativa do Banco Mundial a movimentação diária é de

A constituição dos blocos regionais é uma estratégia dos países centrais que, em razão do aumento da produtividade de suas empresas, formaram blocos para o aumento de seu mercado, marginalizando ou eliminando a concorrência existente com os países periféricos ou semi-periféricos^{447 448}.

A reestruturação produtiva tem ocorrido através da adoção de novos métodos e tecnologias para a produção de bens e serviços,⁴⁴⁹ “exigindo um novo perfil do trabalhador: versátil, atomizado, atualizado, produtivo ...”⁴⁵⁰.

Tudo isso, além de exigir em muitas profissões ou ocupações, parte do tempo vital do empregado como um segundo turno de trabalho produtivo. Ou seja, a imposição de uma determinada aparência física e a observância de determinados códigos de conduta elaborados pelo empregador, impondo comportamentos, relações e lugares que devem ser adotados ou evitados pelo empregado, fazendo com que o mesmo vincule todo o seu tempo vital a sua ocupação profissional.⁴⁵¹

Além destes fatos, deve ser ressaltado que, a partir dos anos oitenta, ocorreu um grande salto tecnológico com a inserção da automação⁴⁵² e da robótica⁴⁵³ nas relações de trabalho.⁴⁵⁴

aproximadamente um trilhão de dólares. CHOMSKY, Noam. **Segredos, mentiras e democracia**. Trad. Alberto Loutron. Brasília: UnB, 1997, p. 76,

⁴⁴⁷ Por países centrais, entende-se os capitalistas avançados, por periféricos os do terceiro mundo, e os semiperiféricos formam uma categoria intermediária entre as anteriores. Entre eles, Brasil, Portugal, Grécia, Irlanda, Espanha e a maioria dos países socialistas da Europa do leste. SANTOS, Boaventura de Souza, *op. cit.*, p. 93, 149 e 265.

⁴⁴⁸ DALLEGRAVE NETO, Jose Affonso *et al*, *op. cit.*, p. 87.

⁴⁴⁹ DALLEGRAVE NETO, José Affonso *et al*. Idem, *ibidem*.

⁴⁵⁰ DALLEGRAVE NETO, José Affonso *et al*. Idem, p. 103.

⁴⁵¹ SANTOS, Boaventura de Souza, *op. cit.*, p. 252-253.

⁴⁵² Maria Helena DINIZ define automação como o “sistema mecânico no qual há substituição da mão-de-obra humana pela máquina” e automação industrial como o “processo que requer elaboração de *software* específico, feito para cada tipo de produto e conforme as dimensões da indústria”. DINIZ, Maria Helena, *op. cit.* vol. 1, p. 347.

⁴⁵³ Robótica é o “ramo da tecnologia voltado ao projeto e construção de robôs para aumentar a produtividade empresarial e melhorar a qualidade dos produtos”. DINIZ, Maria Helena. Idem, vol. 4, p. p. 217.

De todo o exposto, pode-se perceber que, com a justificativa de modernização e globalização, exige-se modificações legislativas para a desregulamentação dos direitos sociais, em especial dos direitos do empregado.

Segundo Francisco Antonio OLIVEIRA, depreende-se a existência de um movimento que tem por objetivo impor ao trabalhador todos os encargos do custo operacional de tais transformações, como se não bastasse que o salário do trabalhador brasileiro é um dos mais baixos de todo o mundo.⁴⁵⁵

Tenta-se, o quanto possível, a desconstitucionalização dos direitos sociais, bem como a desregulamentação e flexibilização normativa concernente a inúmeros direitos do empregado, que foram conquistados como meio de realização da justiça social.

Em oposição a tal tendência, é necessário enfatizar, utilizando-se o pensamento de Reinaldo Pereira e SILVA, que a economia nacional deve ser baseada no trabalho humano, que o capital internacional visa, apenas, a sua própria acumulação e que a firmeza da economia é conquistada através da retribuição justa conferida aos trabalhadores, visto que salários baixos tornam a economia frágil.⁴⁵⁶

4.3 A flexibilização normativa dos direitos do empregado

Nos dias de hoje, segundo Tarso GENRO, não mais existem mecanismos institucionais estatais para a regulação as relações jurídicas atacadas pelas injustiças sociais. Enfatiza, baseado em Adam PRZEWORSKI, que já há dois séculos as instituições democráticas são as mesmas, a técnica e

⁴⁵⁴ ANTUNES, Ricardo. Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo Brasileiro. In: **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra**. Org. Ricardo Antunes. São Paulo: Boitempo, 1997, p. 71.

⁴⁵⁵ OLIVEIRA, Francisco Antonio. Da terceirização e da flexibilização como estágios para a globalização. **Genesis Revista de Direito do Trabalho**, Curitiba, n. 61, p. 59. jan. 1998.

⁴⁵⁶ SILVA, Reinaldo Pereira e. O neoliberalismo e o discurso da flexibilidade dos direitos sociais relativos ao trabalho. In: **Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho**. Org. Edmundo Lima de Arruda Junior e Alexandre Luiz Ramos. Curitiba: IBEJ, 1998, p. 89.

a ciência, e também a economia transformaram o mundo e impuseram novos valores. Essas mudanças comprometem a vida coletiva, as crenças democráticas e a solidariedade mínima, as quais foram padrões de civilização e do próprio Estado moderno.⁴⁵⁷

No aspecto legislativo ocorre “uma verdadeira dissociação interna dentro do sistema jurídico nacional: de um lado, conserva-se como um subsistema básico toda a legislação tradicional, principalmente a codificada; por outro lado, incorpora-se uma apreciável quantidade de leis novas, com caráter social, diferentes do sentido, na finalidade, e, até, na forma, de referência à primeira”⁴⁵⁸.

Isso ocorre em razão da precipitação de atividades legislativas, face à ausência de amplos debates ou da superficialidade dos mesmos e à falta de estudos técnicos prévios, fazendo com que não haja coordenação entre leis similares. Tal situação, causada pela divergência de critérios e ideologias dos legisladores, ocasiona ambigüidades em textos legislativos aprovados, fazendo com que determinadas normas jurídicas não possam ser aplicadas.

No Brasil, após a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, ocorreram inúmeras mudanças relativas aos direitos do empregado.

No presente estudo serão citadas aquelas consideradas mais relevantes, a título ilustrativo, e que têm como característica a supressão de direitos tão duramente forjados.

Todavia, em primeiro lugar, é necessário esclarecer o que se entende por desregulamentação e flexibilização normativa dos direitos do empregado.

Desregulamentar direitos do empregado é “reduzir ao mínimo dos mínimos a disciplina imposta pela lei às relações individuais e às relações colectivas [sic] do trabalho, (...) visa à revogação da legislação do trabalho”⁴⁵⁹.

⁴⁵⁷ GENRO, Tarso. Reflexão preliminar sobre a Influência do neoliberalismo no direito. **Revista Síntese Trabalhista**, Porto Alegre, n. 100, p. 7 e 10, out.1997.

⁴⁵⁸ SANT'ANNA, Maristela. O direito: obstáculo ou instrumento de transformação social? **Revista Síntese Trabalhista**, Porto Alegre, n. 100, p. 26, out.1997.

⁴⁵⁹ LEAL, António da Silva. A crise do Estado de bem-estar - A crise do direito do

Flexibilizar é a atenuar a rigidez atribuída ao contrato de trabalho, que, segundo alguns autores, é dissonante com a realidade econômica atual e geradora de desemprego. É uma manifestação evidente da doutrina neoliberal.⁴⁶⁰

José Affonso DALLEGRAVE NETO afirma que a flexibilização advém do paradigma neoliberal, que busca a desregulamentação da legislação laboral, a implementação de maneiras flexíveis de contratação de empregados, a possibilidade de rescisões trabalhistas sem ônus para o empregador e a extinção do princípio de proteção ao empregado, almejando uma aproximação das normas jurídicas trabalhistas às normas do direito civil.⁴⁶¹

Noam CHOMSKY, ao tratar de flexibilidade enfatiza, que “é uma palavra que lembra reforma (...) mas na verdade ela significa insegurança. Para o trabalhador significa ir dormir, à noite, sem saber se algum trabalho o espera na manhã seguinte. Qualquer economista poderá explicar que isso é bom para a economia, ou seja, para a formação dos lucros, mas não para a vida do povo”⁴⁶².

Não se pode olvidar que o constituinte de 1988 já previu as hipóteses da flexibilização normativa dos direitos do empregado em relação à irredutibilidade de salário,⁴⁶³ à duração da jornada de oito horas e carga semanal de quarenta e quatro horas, podendo haver redução de jornada e compensação de horário,⁴⁶⁴ quando previstas em acordo ou convenção coletiva; e à jornada de trabalho realizado em turnos ininterruptos, que é de seis horas e pode ser objeto de negociação coletiva.⁴⁶⁵ São previstas ainda a flexibilização

trabalho. In: **Temas de direito do trabalho: Direito do trabalho na crise - poder empresarial - greves atípicas. IV Jornadas Luso-Hispano-Brasileiras de Direito do Trabalho.** Coimbra: Coimbra, 1990, p. 224.

⁴⁶⁰ ROBORELLA, Luiz Carlos Amorim. Sindicato, desenvolvimento econômico e direitos sociais. In: **Trabalho & Doutrina Processo Jurisprudência**. n. 15, p. 80-81, dez. 1997.

⁴⁶¹ DALLEGRAVE NETO, José Affonso *et al*, *op. cit.*, p. 90.

⁴⁶² CHOMSKY, Noam, *op. cit.*, p. 48-49.

⁴⁶³ Artigo 7º, inciso VI.

⁴⁶⁴ Artigo 7º, inciso XIII.

⁴⁶⁵ Artigo 7º, inciso XIV.

do dia de repouso semanal⁴⁶⁶ e o reconhecimento dos acordos e convenções coletivas de trabalho.⁴⁶⁷

Por conseguinte, pode haver flexibilidade, desde que sejam respeitados determinados direitos sociais, ensejando, portanto, uma flexibilidade relativa.

Manoel Jorge e SILVA NETO afirma que a flexibilização de direitos, além do previsto constitucionalmente, significa a ruptura institucionalizada da ordem constitucional. Isso porque compromete os valores inseridos na norma constitucional trabalhista pelo constituinte originário. Uma vez que esta norma é supereficaz, vale dizer, “uma vez introduzido elemento sócio-ideológico de natureza trabalhista em uma constituição, torna-se defeso ao legislador constituinte de competência derivada expungir do sistema constitucional o benefício, à vista do princípio da proibição de retrocesso social, de que nos informa Canotilho”⁴⁶⁸.

Deve-se, portanto, distinguir desregulamentação de flexibilização. Pois, a primeira, segundo José Alberto Couto MACIEL, objetiva reduzir os direitos trabalhistas para preservar o lucro das empresa e a implementação de novas tecnologias, a fim de baixar os custos de produção. Tudo isso através do afastamento do Estado das relações de emprego e o enfraquecimento dos sindicatos, frente à completa autonomia do empregador.⁴⁶⁹

E, a segunda, ou seja, a flexibilização, admite, através da lei ou da negociação coletiva, a alteração de direitos do empregado que não sejam básicos, essenciais e irrenunciáveis, desde que com assistência sindical, mediante compensação e de acordo com a legislação constitucional e infraconstitucional.⁴⁷⁰

⁴⁶⁶ Artigo 7º, inciso XV.

⁴⁶⁷ Artigo 7º, inciso XXVI.

⁴⁶⁸ SILVA NETO, Manoel Jorge e. Notas sobre a eficácia da norma constitucional trabalhista. In: **Constituição e Trabalho**. Coord. Manoel Jorge e Silva Neto. São Paulo: LTr, 1998, p. 161-162 e 171-172.

⁴⁶⁹ MACIEL, José Alberto Couto. **Desempregado ou supérfluo? Globalização**. São Paulo: LTr, 1998, p. 105.

⁴⁷⁰ MACIEL, José Alberto Couto. Idem, p. 106.

É necessário, pois, ressaltar que a desregulamentação e a flexibilização normativa absoluta dos direitos do empregado extinguirão conquistas históricas da classe trabalhadora, propiciando a maior espoliação do trabalho em favor da maior concentração de renda.

Octávio Bueno MAGANO, ao tratar os reflexos da flexibilização, premonitivamente, cita Manuel Alonso OLEA, que os elenca assim: aumento dos contratos atípicos, dos contratos de tempo parcial, dos contratos por prazo determinado, implementação do trabalho a domicílio, utilização do contrato de aprendizagem como meio de diminuição do desemprego, aumento do trabalho feminino e da multiplicidade de empregos, enfraquecimento do princípio da estabilidade no emprego, aumento das formas de subcontratação e da economia informal, alteração do descanso semanal, convenções coletivas com cláusulas menos benéficas que as estatuídas por lei e diminuição das formas de seguridade social.⁴⁷¹

Reinaldo Pereira e SILVA elenca as hipóteses de flexibilização das formas de trabalho, a saber:

...contrato de trabalho de duração determinada (...), e o contrato de trabalho temporário⁴⁷² (...); o chamado trabalho 'extranumerário'⁴⁷³ o contrato de trabalho em tempo parcial e o contrato de trabalho a ser executado em dias alternados da semana (...); a disseminação do trabalho eventual e o incentivo ao fortalecimento do sistema de sociedades cooperativas (...); e a abolição das formas de estabilidade e das multas e indenizações rescisórias, a adoção do contrato de trabalho a domicílio em regime de exploração familiar e do 'teletrabalho'.^{474 475}

⁴⁷¹ MAGANO, Octávio Bueno. **Política do trabalho**. São Paulo: LTr, 1992, p. 325-326.

⁴⁷² BRASIL. Lei n.º 6.019, de 03 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas, e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial da União de 04 de janeiro de 1974, Seção I, p. 428.

⁴⁷³ "Considera-se "extranumerário" o empregado não efetivo, candidato à efetivação, que se apresentar normalmente ao serviço, embora só trabalhe quando for necessário. O extranumerário só receberá os dias de trabalho efetivo." (Art. 244, parágrafo primeiro da Consolidação das Leis do Trabalho).

⁴⁷⁴ Teletrabalho "é o neologismo com que se pretende designar o trabalho à distância ou no domicílio utilizando as técnicas das telecomunicações e/ou da informática". M. Gérard BRAUN *Apud* LEITE, Jorge. Direito do trabalho na crise (Relatório Geral). In: **Temas de direito do trabalho: direito do trabalho na crise - poder empresarial - greves atípicas**. IV Jornadas Luso-Hispano-Brasileiras de Direito do Trabalho. Coimbra: Coimbra, 1990. p. 45.

No Brasil, já podem ser apontados exemplos de normas legislativas que visam a reduzir e limitar os direitos assegurados ao empregado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

O contrato de trabalho por prazo determinado⁴⁷⁶ é um destes exemplos. Visa a incrementar o número de empregados, afastando os óbices contidos na Consolidação das Leis do Trabalho. Pode ser realizado apenas pela via da negociação coletiva e reduz, pela metade, as alíquotas das contribuições sociais que especifica. Tal modalidade de avença é contraditória ao princípio da continuidade⁴⁷⁷ aplicado ao contrato de trabalho.

Segue a mesma orientação, o contrato a tempo parcial⁴⁷⁸, que prevê a prestação de trabalho não excedente a vinte e cinco horas semanais. Essa legislação também alterou a norma prevista na Consolidação das Leis do Trabalho ao substituir o prazo de compensação de horas de uma semana para o prazo máximo de um ano, o denominado banco de horas, possível apenas, pela via da negociação coletiva.

E, ainda, a possibilidade de suspensão do contrato de trabalho com a finalidade do empregado participar de curso ou programa de qualificação profissional⁴⁷⁹. Esta suspensão só é possível através de negociação coletiva e

⁴⁷⁵ SILVA, Reinaldo Pereira e. O neoliberalismo ..., p. 68-69.

⁴⁷⁶ BRASIL. Lei n.º 9.601, de 21 de janeiro de 1998, que dispõe sobre contrato de trabalho por prazo determinado e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial de União de 22 de janeiro de 1998, Seção I, p.1-2.

⁴⁷⁷ Conforme Ari Possidonio BELTRAN o princípio da continuidade da relação de emprego "está diretamente ligado à segurança que o contrato de trabalho deve proporcionar ao trabalhador e à sua família. Tem-se que é um contrato de trato sucessivo, e que deve perdurar no tempo. É fulcro da defesa da estabilidade no emprego, e com base nele dá-se preferência aos contratos a prazo indeterminado em relação aos de prazo determinado, admitidos apenas como exceção". BELTRAN, Ari Possidonio, *op. cit.*, p. 145.

⁴⁷⁸ BRASIL. Medida Provisória n.º 1.709, de 06 de agosto de 1998, que dispõe sobre o trabalho a tempo parcial, faculta a extensão do benefício do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT ao trabalhador dispensado e altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Publicada no Diário Oficial da União de 07 de agosto de 1998, Seção I, p. 1.

⁴⁷⁹ BRASIL. Medida Provisória n.º 1.726, de 03 de novembro de 1998, que insere dispositivos na Consolidação das Leis do Trabalho para facultar a suspensão do contrato de trabalho para a participação do trabalhador em curso ou programa de qualificação profissional, altera a Lei n.º 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para instituir a bolsa de qualificação profissional e permitir o pagamento de benefício no desemprego de longa duração, altera a Lei n.º 6.321, de 14 de abril de 1976, e a Lei n.º 6.494, de 07 de dezembro de 1977, e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial da União de 04 de novembro de 1998, Seção I, p. 1-2.

durante a mesma o empregador poderá conceder uma ajuda compensatória ao empregado, sem natureza salarial.

Do exposto, pode-se concluir que as situações apresentadas demonstram a existência de uma tendência de flexibilização das normas relativas aos direitos do empregado, num primeiro momento e, quem sabe, num segundo momento, com a justificativa do aumento do número de empregos, tais direitos venham a ser suprimidos pela sua desregulamentação.

4.4 A atuação sindical em face da supressão dos direitos sociais

Ao examinar a atuação sindical na década de noventa, pode-se perceber que estão ocorrendo inúmeras transformações, tanto em suas formas quanto no número de participantes no movimento sindical.

Ricardo ANTUNES, ao tratar desse tema, enfatiza que o sindicalismo brasileiro teve uma atuação muito positiva nos anos oitenta. Nessa década ocorreu uma expressiva expansão do sindicalismo no setor de serviços e junto aos assalariados médios; o movimento grevista foi significativo; o sindicalismo rural se intensificou, visto que sua ascensão havia iniciado nos anos setenta; foram criadas as centrais sindicais; os sindicatos avançaram quanto a sua autonomia e liberdade frente ao Estado; e os funcionários públicos organizaram seus sindicatos; tudo isso prenunciando um movimento sindical mais evoluído.⁴⁸⁰

Ocorre porém, que ao final dos anos oitenta, face às modificações no processo produtivo de bens e serviços, ao conseqüente desemprego e às propostas de desregulamentação e flexibilização, os sindicatos deixaram de lutar por melhorias de condições de trabalho e passaram a propugnar pela manutenção das já existentes, inclusive fazendo concessões que reduzem direitos anteriormente conquistados.⁴⁸¹

Segundo Jorge LEITE, a diminuição do número de empregados sindicalizados, a ausência de vínculos de solidariedade e a dependência

⁴⁸⁰ ANTUNES, Ricardo, *op. cit.*, p. 80.

⁴⁸¹ ANTUNES, Ricardo. *Idem*, *ibidem*.

econômica do empregado têm causado uma retração nas atitudes de reivindicação do movimento sindical.⁴⁸²

Sobre a falta de solidariedade no movimento sindical, é preciso ressaltar a não preocupação das entidades sindicais com a situação das mulheres, dos subempregados e desempregados, vistos que estes últimos, em sua maioria, não são sindicalizados.⁴⁸³

Outro fenômeno que também tem afetado os sindicatos e causado uma diminuição nas taxas de sindicalização, conforme Boaventura de Souza SANTOS, é a “grande fragmentação e heterogeneização do operariado, o que torna mais difícil a macro-negociação colectiva [sic] e coloca as organizações sindicais numa posição de fraqueza estrutural”. Tais transformações acabam com a idéia de unidade dos trabalhadores, fazendo com que a integração que deveria existir entre eles seja individual junto ao empregador.⁴⁸⁴

Prossegue Boaventura de Souza SANTOS, em elucidativa afirmação, que “isolados, os trabalhadores não são classe operária, são força de trabalho”, explicando a razão principal da pequena e ineficaz resistência dos sindicatos frente à constante diminuição dos níveis de salários.⁴⁸⁵

Por conseguinte, pode-se seguramente afirmar que os sindicatos estão atuando de forma defensiva. Deixaram o sindicalismo de classe das décadas de sessenta e setenta para aderir a um sindicalismo de resultados, muitas vezes transigindo e renunciando a direitos essenciais e indisponíveis da classe trabalhadora.

Para concluir, são oportunas as palavras de Reinaldo Pereira e SILVA quando enfatiza que “é imperiosa a construção de um sindicalismo solidário”⁴⁸⁶. E, baseado em Boaventura de Souza SANTOS, afirma que a solidariedade efetiva não implica em se optar apenas pelos explorados e desempregados, mas consiste, sobretudo, em oferecer alternativas que

⁴⁸² LEITE, Jorge, *op. cit.*, p. 47.

⁴⁸³ ROMITA, Arion Sayão. **Globalização da economia...**, p. 48.

⁴⁸⁴ SANTOS, Boaventura de Souza, *op. cit.*, p. 254.

⁴⁸⁵ SANTOS, Boaventura de Souza. *Idem*, *ibidem*.

⁴⁸⁶ SILVA, Reinaldo Pereira e. **O neoliberalismo ...**, p. 93.

transformem qualitativamente o mercado de trabalho.⁴⁸⁷

4.5 Desemprego – antinomia⁴⁸⁸ à cidadania

Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho - OIT - a população mundial é de quase seis bilhões de pessoas e aproximadamente novecentos milhões estão desempregados ou subempregados.⁴⁸⁹

No Brasil, segundo José PASTORE, de cento e cinquenta milhões de habitantes, setenta milhões são pessoas ativas economicamente. Aproximadamente vinte milhões de pessoas no Brasil estão desempregadas ou subempregadas, sendo quatro milhões na primeira categoria e dezesseis milhões na segunda.⁴⁹⁰

Até bem pouco tempo, apenas o emprego⁴⁹¹ era uma categoria jurídica. Face às conjunturas atuais, o desemprego passa a constituir uma categoria jurídica que merece mais relevância, visto que altera a ordem social, política, econômica e jurídica.

Segundo Antônio Álvares da SILVA, “o mercado de trabalho formal é

SILVA, Reinaldo Pereira e. **O mercado ...**, p. 103.

⁴⁸⁷ SILVA, Reinaldo Pereira e. **O neoliberalismo ...**, p.93.

⁴⁸⁸ Neste contexto, utiliza-se o termo antinomia como sinônimo de contradição ou oposição. Tal utilização tem como base o conceito de antinomia jurídica de Tércio Sampaio FERRAZ JUNIOR, que a define como a “oposição que ocorre entre duas normas contraditórias (total ou parcialmente), emanadas de autoridades competentes num mesmo âmbito normativo, que colocam o sujeito numa posição insustentável pela ausência ou inconsistência de critérios aptos a permitir-lhe uma saída nos quadros de um ordenamento dado”. FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação**. São Paulo: Atlas, 1988. p. 189.

⁴⁸⁹ PASTORE, José. **A agonia do emprego**. São Paulo: LTr, 1997, p. 15.

⁴⁹⁰ PASTORE, José. *Idem*, p. 90

⁴⁹¹ Para o desenvolvimento das idéias apresentadas tem-se que emprego é a “atividade específica exercida de forma continuada por pessoas numa mesma empresa”. PASTORE, José. *Idem*, p. 18.

Huw Beynon, ao tratar das alterações nas relações de trabalho e emprego, afirma que a força de trabalho dos anos noventa é composta por categorias diferentes de empregados, os trabalhadores hifenizados, a saber: os trabalhadores de tempo parcial (*part-time-workers*), os trabalhadores temporários (*temporary-workers*), os trabalhadores de emprego casual (*casual-workers*) e os trabalhadores por conta própria (*self-employed-worker*). BEYNON, Huw. As práticas do trabalho em mutação. Trad. Antonio Negro *et al.* In: ANTUNES, Ricardo *et al.* **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 1997, p. 18.

negativo". Há um déficit de empregos e ausência de perspectivas para saná-lo e só são empregáveis aqueles candidatos a cargos técnicos, dos quais exige-se conhecimento específico e alta especialização. Os demais trabalhos que não possuem tais requisitos e, são, portanto, a maioria, serão executados por máquinas e controlados por computadores.⁴⁹²

O desemprego é um fenômeno mundial ocasionado pela diminuição dos postos de trabalho, apesar do aumento da produtividade. É paradoxal.⁴⁹³

Além do desemprego, há o aumento progressivo da precarização do emprego. Esta significa o emprego que, a curto prazo, pode se transformar em desemprego, face à sua transitoriedade, instabilidade e insegurança.

Segundo Jorge LEITE,

A precarização do emprego resulta de um conjunto de circunstâncias que, de um modo ostensivo ou apenas latente, fragilizam o vínculo contratual, ampliando as margens de manobra do empregador nas condições de trabalho, designadamente as respeitantes à estabilidade, e reduzindo, conseqüentemente, as possibilidades jurídicas e práticas de resposta do trabalhador.⁴⁹⁴

O aumento expressivo do número de desempregados e empregados precariamente está levando a economia a um paradoxo: a concomitância entre o aumento de produção, a redução de preços e a falta de consumidores pela ausência de poder aquisitivo desencadeada pela falta de emprego.⁴⁹⁵

Celso Barroso LEITE alerta que "se a sociedade não conseguir inventar o consumidor desempregado, se não descobrir uma forma de distribuição de recursos que possibilite a todos, empregados ou não, a participação no consumo será o caos"⁴⁹⁶. Vai além, enfatizando que o

⁴⁹² SILVA, Antônio Álvares da. O novo mundo do trabalho. *Del Rey Revista Jurídica*, Belo Horizonte, n. 2, p. 25, abr. 1998.

⁴⁹³ ROBORELLA, Luiz Carlos Amorim. Flexibilização da norma constitucional e garantia de emprego. In: *Constituição e Trabalho*. Coord. Manoel Jorge e Silva Neto. São Paulo: LTr, 1998, p. 148.

⁴⁹⁴ LEITE, Jorge, *op. cit.*, p. 30.

⁴⁹⁵ MACIEL, José Alberto Couto, *op. cit.*, p. 15.

⁴⁹⁶ LEITE, Celso Barroso. *O século do desemprego*. São Paulo: LTr, 1994, p.

desemprego produz a perda da identidade.⁴⁹⁷

O mesmo autor ainda cita Willian BURGER, segundo o qual “o desemprego acentuado, além de roubar às pessoas o seu senso de dignidade, sobrecarrega os programas sociais, desperdiça capital humano, aumenta as disparidades de rendimentos, ...”⁴⁹⁸ e também Walter BARELLI para quem “o outro nome do desemprego é a fome”⁴⁹⁹.

No Brasil, em razão da inexistência de uma política de emprego e educação para o trabalho e a não regulamentação do dispositivo constitucional que prevê a proteção do trabalhador em face da automação⁵⁰⁰, a taxa de desemprego e de precarização de emprego têm aumentado, fazendo com que o Estado social seja apenas legal, limitado à previsão no texto constitucional.

Nesta ótica, merecem ressaltar as palavras de Arion Sayão ROMITA, quando afirma que a atual realidade social é contrastante com os princípios insertos nos preceitos programáticos da Constituição de 5 de outubro de 1998.⁵⁰¹

É necessário, portanto, a implementação de medidas de natureza administrativa, visando à ampliação do mercado de trabalho, à regulamentação legislativa das normas constitucionais relativas aos direitos sociais, bem como uma atuação judiciária que prime pela efetividade dos mesmos. Pois, do exercício efetivo dos direitos sociais, de segunda geração, dentre eles o direito ao emprego, depende a realização da cidadania.

É perversa a sociedade em que o direito ao emprego e à cidadania são antinômicos. Pois, não há cidadania sem emprego, visto que este é pressuposto da primeira.

⁴⁹⁷ LEITE, Celso Barroso. Idem, p. 49.

⁴⁹⁸ LEITE, Celso Barroso. Idem, p. 102 .

⁴⁹⁹ LEITE, Celso Barroso. Idem, p. 121.

⁵⁰⁰ Artigo 7º., inciso XXVII, da Constituição da República Federativa do Brasil.

⁵⁰¹ ROMITA, Arion Sayão. **Globalização...**, p. 35.

4.6 A implementação dos direitos sociais

De nada adiantaria descrever todos os fenômenos e acontecimentos que têm propiciado a desproteção aos direitos do empregado, conforme feito até agora, se não fossem elencadas algumas idéias para a solução dos problemas apontados.

Héctor-Hugo BARBAGELATA afirma que a proteção do trabalho, do trabalhador e de suas organizações demonstram o avanço da civilização e a dignificação da vida humana.⁵⁰²

Gilson SCHWARTZ sugere a realização de uma reforma social, a fim de que possa construir o Estado globalizado e para que o ser humano, em razão da globalização, não seja tratado como mercadoria, mas de forma digna.⁵⁰³

É também importante que sejam resgatadas e preservadas a justiça, a solidariedade e a moral, que devem vigorar em toda a sociedade, seja ela nacional ou global.⁵⁰⁴

Para Alain TOURAINE, é necessário aceitar a globalização e a ela integrar-se paulatinamente, através do controle do desemprego pela aplicação de medidas que visem à criação de trabalho e pela defesa da soberania nacional associada a um modernismo que melhore o social, com a criação de um novo modelo de política social.⁵⁰⁵

Todavia, a globalização não pode ser abandonada às suas próprias intenções. Os avanços econômicos, oriundos da intensificação do comércio, devem ser sucedidos de progressos sociais. Para tal, a Organização Internacional do Trabalho e os Estados devem envidar esforços para fazer com que os resultados oriundos da globalização propiciem o progresso

⁵⁰² BARBAGELATA, Héctor-Hugo, *op. cit.*, p. 149.

⁵⁰³ SCHWARTZ, Gilson. O Estado global e o neo-cinismo social. *Momento*, n. 14, p. 16, maio/jun. 1997.

⁵⁰⁴ MAIOR, Jorge Luiz Souto, *op. cit.*, p. 140.

⁵⁰⁵ *Apud* MACIEL, José Alberto Couto, *op. cit.*, p. 18.

social.⁵⁰⁶

Isto é necessário porque o Estado tem o dever constitucional e, portanto, indelegável de assegurar as condições propícias à salvaguarda dos direitos sociais, entre estes os relativos aos direitos do empregado, que não podem ser confiados à regulação do mercado de trabalho.

Valem aqui as palavras de Alvaro Daniel RUIZ, quando afirma que “a idéia de progresso que no político se associa à democracia, no mundo do trabalho está unida à humanização das relações de produção e a obtenção de espaços crescentes de participação dos trabalhadores”⁵⁰⁷.

Tarso GENRO, por sua vez, afirma que apenas a cidadania e a inclusão social são as duas exigências políticas verdadeiramente capazes de revolucionar o neoliberalismo, que é o liberalismo intensificado pela nova ideologia da sociedade digital-informática.⁵⁰⁸

De acordo com José Alberto Couto MACIEL, a legislação deve ser adequada a fim de que o trabalhador seja tratado como ser humano e não como mercadoria. E, que devem ser invertidas as posições com a prevalência do social sobre o econômico.⁵⁰⁹

Sérgio CADEMARTORI sugere a forma ideal de compatibilização de democracia e Estado social. “Democracia social e estado social de direito formam um todo único no projeto garantista: ao mesmo tempo deve corresponder a um estado liberal mínimo (pela minimização das restrições das liberdades dos cidadãos) e estado social máximo (pela maximização das expectativas sociais dos cidadãos e correlatos deveres de satisfazê-las por parte do estado)”⁵¹⁰.

⁵⁰⁶ MACIEL, José Alberto Couto. Idem, p. 39 e 41.

⁵⁰⁷ RUIZ, Alvaro Daniel. Conflicto social, crisis economica e derecho dei trabajo. In: **Globalização, neoliberalismo e mundo do trabalho**. Org. Edmundo Lima de Arruda Junior e Alexandre Luiz Ramos. Curitiba: IBEJ, 1998, p. 61.

⁵⁰⁸ GENRO, Tarso. Um novo manifesto. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 1.3, 20 set. 1997.

⁵⁰⁹ *Apud* SOUZA, Sérgio Alberto de. Globalização: o porquê do desemprego! **Revista Síntese Trabalhista**, Porto Alegre, n. 99, p. 145, set.1997.

⁵¹⁰ CADEMARTORI, Sérgio. **Estado de direito e legitimidade: uma abordagem garantista**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999, p. 161.

Uma outra idéia a ser considerada é o Estado ético que, segundo Luigi BAGOLINI, baseado em A. C. JEMOLO, é o “Estado ‘casa de todos’, ‘o Estado-casa’”. E, conforme este, Estado ético é aquele que recebe todos os cidadãos que se submetem ao mínimo ético por ele imposto. Todavia, enfatiza que “Estado-casa de todos” exige a elaboração de uma legislação que proteja a classe operária dos riscos próprios das “chamadas ‘operações de fusão, de reconversão, de modernização’, etc.”.⁵¹¹

Arion Sayão ROMITA, adotando as idéias de Yves BOISVERT, enfatiza que já é ultrapassado falar em crise do Estado providência. Que o momento é propício para buscar uma redefinição do papel do Estado, que deverá garantir os direitos democráticos, adaptando-se ao pluralismo social. Para isso, o Estado deve se transformar de acordo com as mudanças das necessidades sociais. “Para realizar os objetivos da realização do ideal da justiça social e de solidariedade, o Estado pós-moderno será pós-marxista e pós-liberal”⁵¹².

Concluindo, independentemente do modelo a ser adotado pelo Estado, assim como da denominação atribuída a este modelo, o Estado não pode se eximir de sua responsabilidade de atender às demandas sociais, entre elas, a proteção aos direitos do empregado. Pois, faz parte de sua função institucional o dever de regular as relações de trabalho, não permitindo que o empregado seja apenas o gerador da riqueza alheia.

É necessário que ao trabalhador e, por conseqüência, ao empregado, sejam asseguradas condições justas de vida, econômicas e sociais, para si e sua família, visto que o progresso de um Estado só é viável quando possibilita desenvolvimento de sua sociedade, no âmbito de seus indivíduos e de sua coletividade.

Torna-se urgente, enfim, evitar de todas as maneiras a difusão do “*apartheid* social”⁵¹³, visto que para o exercício da cidadania não há

⁵¹¹ BAGOLINI, Luigi. **Filosofia do trabalho**. Trad. João da Silva Passos. 2. ed. São Paulo: LTr, 1997, p. 118-119.

⁵¹² ROMITA, Arion Sayão. **Globalização...**, p. 27.

⁵¹³ SILVA, Reinaldo Pereira e. **O mercado...**, p. 161.

Maria Helena DINIZ conceitua *apartheid* como a “política ou o regime de

graduações. Não existe cidadania de grau intermediário ou negativa. E o seu pleno exercício é condição de realização da justiça social.

segregação racial, que tem por escopo fazer com que haja o predomínio da raça branca sobre a negra, a manutenção da supremacia de uma aristocracia branca, baseada em uma hierarquia de castas raciais, onde há uma correlação entre a cor da pele e a possibilidade de acesso aos direitos e ao poder social e político". DINIZ, Maria Helena, *op. cit.* vol. 1, p. 222.

Com a devida vênia, *apartheid* social poderia indicar a política ou regime de supremacia de um grupo de pessoas e instituições de maior poder econômico e político em relação ao restante das pessoas, maioria. Teria por objeto permitir o exercício de determinados direitos e o acesso ao poder social e político condicionados ao poder econômico dos indivíduos e de suas instituições representativas.

CONCLUSÃO

O Estado surge das relações de convívio entre as sociedades que, estabelecidas em determinado território, desenvolvem instituições permanentes para garantir sua sobrevivência ante ameaças internas e externas.

Não existem informações bibliográficas precisas sobre o surgimento do Estado, todavia várias teorias formuladas a respeito enfatizam que se trata de uma instituição da sociedade.

Por tal razão, o Estado tem por finalidade o bem comum de um povo, visa a realizar a justiça social.

O Estado moderno foi precedido pelo feudalismo e tem como pressupostos a teoria da separação dos poderes, o Estado de direito ou Estado constitucional, a concepção liberal dos direitos individuais e a atuação mínima no âmbito social. Sua primeira configuração foi o Estado absoluto, legitimado pelo poder monárquico.

Em sua segunda fase é submetido a uma ordem legal, com a limitação de suas ações à manutenção da ordem, à proteção da liberdade e à propriedade individual. Adota a doutrina liberal, sendo marcado pela economia capitalista e pela não intervenção estatal em esferas sociais e econômicas, tidas como de caráter privado. Garante apenas a paz externa e a segurança interna.

Todavia, essa neutralidade do Estado causa enorme desequilíbrio social, principalmente pela exploração do trabalhador pela classe empregadora, detentora dos meios de produção.

Em razão de inúmeros movimentos sociais, alguns de caráter revolucionário, merecendo relevância a Revolução Industrial, percebe-se a necessidade da intervenção do Estado no contexto social.

As primeiras intervenções são tímidas e ocorrem de maneira dispersa em vários países. Contudo, o marco do nascimento de um novo modelo de Estado, o Estado contemporâneo, é a Constituição do México de 1917, que

rompe com os ideais liberais ao inserir em seu bojo, inúmeras normas de proteção aos direitos sociais, entre eles direitos do empregado.

É necessário esclarecer que tal opinião não é unânime, pois parte significativa dos autores jurídicos consideram como principal marco do surgimento do Estado contemporâneo a Constituição de Weimar de 1919.

Estes documentos constitucionais, assim como outros de relevância mundial, influenciaram toda a classe trabalhadora no mundo civilizado para obtenção de mais garantias sociais. E tal processo vai se desencadeando, de maneira expressiva, em um grande número de países, onde os direitos do empregado vão, gradativamente, sendo reconhecidos e assegurados pela legislação.

É conveniente frisar que o desenvolvimento da prestação laboral, escravidão, servidão, corporações de ofício, até chegar à categoria jurídica do empregado, foram se modificando com o passar da história e com o desenvolvimento do Estado.

No Brasil, a proteção aos direitos do empregado começou a ocorrer através de legislação infraconstitucional, para chegar a seu ápice com a inserção de vários direitos sociais na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Este documento legislativo marca o constitucionalismo social no Brasil, fenômeno que indica um meio do Estado intervir nas relações sociais para assegurar a justiça e paz social.

Passada a euforia pós-promulgação desta Constituição, ante inúmeros acontecimentos de caráter mundial e nacional, tenta-se a desconstitucionalização, e até a desproteção legislativa infraconstitucional de tais direitos.

Com a justificativa do encolhimento do mercado de trabalho, do crescente desemprego, da globalização do mercado mundial e da crise fiscal do Estado, busca-se, através da doutrina neoliberal, a desregulamentação e flexibilização das normas concernentes aos direitos do empregado.

É preciso esclarecer que a legislação brasileira, constitucional e infraconstitucional, prevê as hipóteses de flexibilização normativa, e que permitir o contrário, ou seja, desregulamentação e ampla flexibilização das normas que se referem aos direitos do empregado, é buscar a instauração do

caos social no Brasil que afinal não está muito distante, haja vista o número de desempregados e subempregados que cresce assustadoramente.

Além de tais fatos, deve ser considerada a atuação do movimento sindical, que não tem apresentado propostas e nem propiciado meios para a reversão dessa situação. Ao contrário, em troca de poucos resultados, tem negociado direitos essenciais, básicos e irrenunciáveis do emprego.

Em razão de todo o exposto, conclui-se que os direitos do empregado devem merecer proteção estatal pela via legislativa, administrativa e judiciária e, sobretudo, amparo constitucional. O contrário é permitir a instauração de um *apartheid* social, em que o exercício da cidadania só será assegurado a uma casta de indivíduos privilegiados política e economicamente.

É necessário e inadiável que sejam implementadas normas de caráter constitucional e, principalmente, infraconstitucional tendentes à consolidação da justiça social frente às práticas de natureza liberal, como forma de harmonização e paz social. Pois, apenas pela atuação do Estado e, sobretudo, através do Congresso Nacional que, no desempenho de suas funções legislativas, poderão ser assegurados os meios para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Cidadania: do direito aos direitos humanos**. São Paulo: Acadêmica, 1993.
- ALBUQUERQUE, Francisca Rita Alencar. **A justiça do trabalho na ordem judiciária brasileira**. São Paulo: LTr, 1993.
- ANTUNES, Ricardo *et al* . **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra**. Org. Ricardo Antunes. São Paulo: Boitempo, 1997.
- ARRUDA JUNIOR, Edmundo de Lima. Neoliberalismo: inimigo número um da democracia. In: A nova dependência no processo de globalização. **Revista Quadrimestral da AMATRA IV**, Porto Alegre, n. 5, abr./ago. 1995.
- ARRUDA JUNIOR, Edmundo de Lima; RAMOS, Alexandre Luiz. (Org.). **Globalização, neoliberalismo e mundo do trabalho**. Curitiba: IBEJ, 1998.
- BAGOLINI, Luigi. **Filosofia do trabalho**. Trad. João da Silva Passos. 2. ed. São Paulo: LTr, 1997.
- BARBAGELATA, Héctor-Hugo. **Particularismo do direito do trabalho**. Trad. Edilson Alkmin Cunha. São Paulo: LTr, 1996.
- BARRETO, Carlos Eduardo. **Carteira do advogado: Direito Constitucional**. São Paulo: Max Limonad, 1954.
- BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de direito constitucional**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.
- BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Ives Gandra. **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva, v. 2, 1989.
- BELTRAN, Ari Possidonio. **Os impactos da integração econômica no direito do trabalho: globalização e direitos sociais**. São Paulo: LTr, 1998.
- BIAVASCHI, Magda Barros. Direito do trabalho: um direito comprometido com a justiça. In: **Perspectivas do direito do trabalho**. Coord. Beinus Sz mukler. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1993.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992a.

- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992b.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Coord. Trad. João Ferreira. 8. ed. Brasília: UNB, v.1 e 2, 1995.
- BONAVIDES, Paulo. **Teoria do Estado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1980.
- _____. **Do Estado liberal ao Estado social**. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 1996.
- BORJA, Rodrigo. **Derecho político y constitucional**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. **Diccionario Crítico de Sociologia**. Trad. Maria Letícia Guedes Alcoforado e Durval Ático. São Paulo: Ática, 1993.
- BRANCO, Elcir Castello. **Teoria geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 1988.
- BURNS, Edward McNall; LERNER, Robert E.; MEACHAM, Standish. **História da civilização ocidental: do homem das cavernas às naves espaciais**. Trad. Donaldson Garschagen. 31. ed. São Paulo: Globo, v. 2, 1993.
- CADEMARTORI, Sérgio. **Estado de direito e legitimidade: uma abordagem garantista**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.
- CAMPANHOLE, Hilton Lobo; CAMPANHOLE, Adriano. **Constituições do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional**. 5. ed. Coimbra: Almedina, 1991.
- CARRION, Eduardo K. M. Neoliberalismo, direito do trabalho e constituição. **Revista da FEMARGS** (Fundação da Escola da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul), Porto Alegre, n. 1, nov. 1997/fev. 1998.
- CATHARINO, José Martins. **Neoliberalismo e seqüela: privatização, desregulação, flexibilização e terceirização**. São Paulo: LTr, 1997.
- CHAVES, Luciano Athayde. As mudanças no mundo do trabalho e seus reflexos sobre a atmosfera sindical. In: **Trabalho & Doutrina Processo Jurisprudência**. São Paulo: Saraiva, n. 15, dez. 1997.
- CHOMSKY, Noam. **Segredos, mentiras e democracia**. Trad. Alberto Loutron. Brasília: UnB, 1997.
- CÓDIGO DE HAMURABI, CÓDIGO DE MANU E LEI DAS XII TÁBUAS. Edit. Jair Lot Vieira. Bauru: EDIPRO, 1994.

- COELHO, Rogério Viola. As tendências contemporâneas da prestação jurisdicional trabalhista. In: A nova dependência no processo de globalização. **Revista Quadrimestral da AMATRA IV**, Porto Alegre, n. 5, abr./ago. 1995.
- COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. Direito e neoliberalismo no Brasil, hoje. **Revista Síntese Trabalhista**, Porto Alegre. n. 100, out. 1997.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 1979.
- _____. **O futuro do Estado**. São Paulo: Moderna, 1980.
- DALLEGRAVE NETO, José Affonso et. al. O Estado neoliberal e seu impacto sócio-jurídico. In: **Globalização, neoliberalismo e direitos sociais**. Rio de Janeiro: Destaque, 1997.
- DANTAS, Ivo. **Constituição Federal: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Renovar, v. 1, 1994.
- DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS. Edit. Jair Lot Vieira. Bauru: EDIPRO, 1993.
- DICCIONARIO DE CIENCIAS ECONÓMICAS. Dir. Jean Romeuf. Barcelona: Labor, 1966.
- DICCIONARIO DE SOCIOLOGÍA. Edit. Henry Pratt Fairchild. Trad. Muñoz *et al.* 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1960.
- DICIONÁRIO DAS OBRAS POLÍTICAS. Edit. François Châtelet, Olivier Duhamel e Evelyne Pisier. Trad. Glória de C. Lins e Manoel Ferreira Paulino. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- DICIONÁRIO DE ECONOMIA. Consult. Paulo Sandroni. São Paulo: Abril, 1985.
- DICIONÁRIO DO PENSAMENTO SOCIAL DO SÉCULO XX. Edit. William Outhwaite e Tom Bottomore. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1996.
- DICIONÁRIO FRANCÊS-PORTUGUÊS. Porto: Porto, 1989.
- DINIZ, Maria Helena. **Dicionário Jurídico**. São Paulo: Saraiva, v. 1-4, 1998.
- DUROZOI, Gérard e ROUSSEL, André. **Dicionário de Filosofia**. Trad. Marina Appenzeller. Campinas: Papirus, 1993.
- FARIA, José Eduardo *et al.* **Direito e globalização econômica: implicações e perspectivas**. Org. José Eduardo Faria. São Paulo: Malheiros, 1996.
- FERRARI, Irany; NASCIMENTO, Amauri Mascaro; MARTINS FILHOS, Ives Gandra. **História do trabalho, do direito do trabalho e da justiça do trabalho**. São Paulo: LTr, 1998.

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação**. São Paulo: Atlas, 1988.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s.d.

FERREIRA, Luís Pinto. **Teoria geral do Estado**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, v. 2, 1975.

_____. **Curso de direito constitucional**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de direito constitucional**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 1980.

FRAGA, Ricardo Carvalho. Em defesa do poder normativo: atualidade, flexibilização, neoliberalismo e perspectiva. In: **Perspectivas do direito do trabalho**. Coord. Beinusz Szmukler. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1993.

FILOMENO, José Geraldo Brito. **Manual de teoria geral do Estado**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.

FRANCO FILHO. Georgenor de Sousa. **Globalização & Desemprego: mudanças nas relações de trabalho**. São Paulo: LTr, 1998

FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GENRO, Tarso. **Direito individual do trabalho: uma abordagem crítica**. 2. ed. São Paulo: LTr, 1994.

_____. O neoliberalismo e o cidadão-mercadoria. In: A nova dependência no processo de globalização. **Revista Quadrimestral da AMATRA IV**, Porto Alegre, n. 5, abr./ago.1995.

_____. Globalitarismo e crise política. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 fev. 1997. p. 1.3.

_____. Um novo manifesto. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 set. 1997. p. 1.3.

_____. Reflexão preliminar sobre a influência do neoliberalismo no direito. **Revista Síntese Trabalhista**, Porto Alegre, n. 100, out. 1997.

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical**. São Paulo: Unesp, 1996.

GOMES, Orlando; GOTTSCHALK, Elson. **Curso de direito do trabalho**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, v. 1-2, 1987.

- GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Introdução ao estudo do direito**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1984.
- HISTÓRIA DO BRASIL. FOLHA DE SÃO PAULO. 2. ed. São Paulo: Folha da Manhã, 1997.
- HYAMS, Edward. **Dicionário das revoluções modernas**. Trad. Luiz Corção. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- JAVILLIER, Jean-Claude. **Manual de direito do trabalho**. Trad.: Rita Asdine Bozacyan. São Paulo: LTr, 1988.
- JUCÁ, Francisco Pedro. **A constitucionalização dos direitos dos trabalhadores e a hermenêutica das normas infraconstitucionais**. São Paulo: LTr, 1997.
- LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. Org. Asa Cristina Laurell. Trad. Rodrigo León Contrera. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- LAVOR, Francisco Osani de. Pleno emprego – exercício da cidadania no desenvolvimento da economia brasileira. **Revista Síntese Trabalhista**, Porto Alegre, n. 100, out. 1997.
- LA CUEVA, Mário de. **El nuevo derecho mexicano del trabajo**. México: Porrúa, 1974.
- LEAL, António da SILVA. A crise do Estado de bem-estar. A crise do direito do trabalho. In: **Temas de direito do trabalho: direito do trabalho na crise – poder empresarial – greves atípicas**. IV Jornadas Luso-Hispano-Brasileiras de Direito do Trabalho. Coimbra: Coimbra, 1990.
- LEDUR, José Felipe. Princípios do direito do trabalho e flexibilização. In: Direito em revista. **Revista Quadrimestral da AMATRA IV**, Porto Alegre, n. 5, abr./ago. 1995.
- LEITE, Celso Barroso. **O século do desemprego**. São Paulo: LTr, 1994.
- LEITE, Jorge. Direito do trabalho na crise (Relatório Geral). In: **Temas do direito do trabalho: direito do trabalho na crise – poder empresarial – greves atípicas**. IV Jornadas Luso-Hispano-Brasileiras de Direito do Trabalho. Coimbra: Coimbra, 1990.
- LE MICRO-ROBERT: **LANGUE FRANÇAISE – NOMS PROPRES – CHRONOLOGIE – CARTES**. Dir. Red. Alain Rey. Paris: Dictionnaires Le Robert, 1988.
- LEXIQUE DE TERMES JURIDIQUES. Dir. Raymond Guillien e Jean Vicent. 2. ed. Paris: Dalloz, 1972.

LIMA, Francisco Meton Marques de. **Os princípios de direito do trabalho na lei e na jurisprudência**. 2. ed. São Paulo: LTr, 1997.

MACIEL, José Alberto Couto. **Desempregado ou supérfluo? Globalização**. São Paulo: LTr, 1998.

MAGANO, Otávio Bueno. **Manual de direito do trabalho - direito individual do trabalho**. São Paulo: LTr, v. 2, 1980.

_____. **Política do trabalho**. São Paulo: LTR, 1992.

_____. Constituição: direitos fundamentais e contratos de trabalho. In: **Trabalho & Doutrina Processo Jurisprudência**. São Paulo: Saraiva, n. 15, dez. 1997.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. Globalização. **Revista Síntese Trabalhista**, Porto Alegre, n. 99, set. 1997.

MALUF, Said. **Teoria geral do Estado**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 1991.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Trad. Lívio Xavier. Bauru: EDIPRO, 1995.

MARANHÃO, Délio. **Direito do trabalho**. 14. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

MARANHÃO, Délio; CARVALHO, Luiz Inácio Barbosa. **Direito do trabalho**. 17. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993.

MARTINS, Ives Gandra. *et al*. **O Estado do futuro**. São Paulo: Pioneira, 1998.

MASI, Domenico De *et al*. **A emoção e a regra: os grupos criativos na Europa de 1850 a 1950**. Trad. Elia Ferreira Edel. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1999.

MATTIOLI, María Cristina. Nuevas tendencias en el derecho del trabajo. In: **Anales de Derecho. Revista de la Facultad de Derecho** - Universidade de Murcia. Murcia, n. 14, 1996.

MELGAR, Alfredo Montoya. **Derecho del trabajo**. 13. ed. Madri: Tecnos, 1992.

MORAES FILHO, Evaristo de. **Introdução ao direito do trabalho**. 3. ed. São Paulo: LTr, 1982.

MORAES FILHO, Evaristo; MORAES, Antonio Carlos Flores de. **Introdução ao direito do trabalho**. 5. ed. São Paulo: LTr, 1991.

MORAIS, José Luís Bolzan de. **A idéia de direito social: O pluralismo jurídico de Georges Gurvitch**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho, relações individuais e coletivas do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1987.

- _____. **Direito do trabalho na Constituição de 1988.** São Paulo: Saraiva, 1989.
- NOGUEIRA, J. C. Ataliba. **O Estado é meio e não fim.** 2a. ed. São Paulo: Saraiva, 1945.
- NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. São Paulo: Folha de S. Paulo, v. 1-2, 1996.
- NOVAIS, Jorge Reis. **Contributo para uma teoria do Estado de direito: do Estado de direito liberal ao Estado social e democrático de direito.** Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Coimbra, 1987. Separata do volume XXIX. Suplemento ao Boletim da Faculdade.
- OLEA, Manuel Alonso. **Introdução ao direito do trabalho.** Trad. Regina Maria Macedo Nery Ferrari *et al.* 5. ed. Curitiba: Genesis, 1997.
- OLIVEIRA, Francisco Antonio. Da terceirização e da flexibilização como estágios para a globalização. **Genesis Revista de Direito do Trabalho**, Curitiba, n. 61, jan. 1998.
- OLIVEIRA, José César de. Formação histórica do direito do trabalho. In: **Curso de direito do trabalho: estudos em memória de Célio Goyatá.** Coord. Alice Monteiro de Barros. São Paulo: LTr, v. 1, 1993.
- OLIVEIRA JUNIOR, José Alcebiádes. Cidadania e novos direitos. In: **O novo em direito e política.** Org. José Alcebiádes de Oliveira Junior. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.
- PAPA LEÃO XIII. Rerum Novarum: Carta Encíclica de Sua Santidade o Papa Leão XIII sobre a condição dos operários. In: **Encíclicas e Documentos Sociais:** da "Rerum Novarum" à "Octogesima Adveniens", de Leão XIII, Pio XI, Pio XII, Concílio Vaticano II e Paulo VI. Org. Frei Antonio De Sanctis. São Paulo: LTR, 1991.
- PASOLD, Cesar Luiz. **Função social do Estado contemporâneo.** Florianópolis: Ed. do Autor, 1984.
- _____. **Prática de pesquisa jurídica: idéias e ferramentas úteis para o pesquisador do direito.** OAB/SC, 1999.
- PASTORE, José. Redefinindo o que é trabalho. In: **A reengenharia do Estado Brasileiro.** Apresent. Hamilton Dias de Souza. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.
- _____, José. **A agonia do emprego.** São Paulo: LTr, 1997.
- PEDREIRA, Luiz de Pinho. O direito do trabalho na crise (Brasil). In: **Temas do direito do trabalho: direito do trabalho na crise – poder empresarial –**

greves atípicas. IV Jornadas Luso-Hispano-Brasileiras de Direito do Trabalho. Coimbra: Coimbra, 1990.

PEIXOTO, João Paulo M.; CARDIM, Carlos Henrique (Org.). **Dimensões da social-democracia brasileira**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1997.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil**. Rio de Janeiro: Forense, v.1, 1985.

PINTO, José Augusto Rodrigues *et al*. **Noções atuais de direito do trabalho: estudos em homenagem ao professor Elson Gottschalk**. São Paulo: LTr, 1995.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Trad. Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

PRADO, Ney. Os direitos sociais no Estado democrático de direito. In: **Curso de direito constitucional do trabalho: estudos em homenagem ao professor Amauri Mascaro Nascimento**. Coord. Arion Sayão Romita. São Paulo: LTr, v. 1, 1991.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 1980.

RIBEIRO JÚNIOR, João. **Curso de teoria geral do Estado**. São Paulo: Acadêmica, 1995.

ROBORTELLA, Luiz Carlos Amorim. **O moderno direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 1994.

_____. Sindicato, desenvolvimento e direitos sociais. In: **Trabalho & Doutrina Processo Jurisprudência**. São Paulo: Saraiva, n. 15, dez. 1997.

_____. Flexibilização da norma constitucional e garantia do emprego. In: **Constituição e Trabalho**. Coord. Manoel Jorge e Silva Neto. São Paulo: LTr, 1998.

ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. Sobre o Estado Brasileiro e as reformas propostas. In: **Constituição e Trabalho**. Org. Manoel Jorge e Silva Neto. São Paulo: LTr, 1998.

ROMITA, Arion Sayão. **Os direitos sociais na Constituição e outros estudos**. São Paulo: LTr, 1991.

_____. **Globalização da economia e direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 1997.

RUPRECHT, Alfredo J. **Os princípios do direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 1995.

- RUSSOMANO, Mozart Victor. **Curso de direito do trabalho**. Rio de Janeiro: J. Konfino, 1974.
- SAAD, Eduardo Gabriel. **Constituição e direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 1989.
- SALDANHA, Nélon. O Estado. In: **Curso de introdução à Ciência Política**. Brasília: UnB, 1979.
- SAMPAIO, Nélon de Souza. Estado de Direito. Conceito e Características. **Revista de Direito Público**. São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 45-46, jan./jun. 1978.
- SANSEVERINO, Luísa Riva. **Curso de direito do trabalho**. Trad. Elson G. Gottschalk. São Paulo: LTr, 1976.
- SANT'ANNA, Maristela, O Direito: obstáculo ou instrumento de transformação social? **Revista Síntese Trabalhista**, Porto Alegre, n. 100, out. 1997.
- SANTOS, A. Carlos dos. Neoliberalismo e crise das relações laborais: análise de uma estratégia patronal. In: **Temas do direito do trabalho: direito do trabalho na crise – poder empresarial – greves atípicas**. IV Jornadas Luso-Hispano-Brasileiras de Direito do Trabalho. Coimbra: Coimbra, 1990.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- SANTOS, Boaventura de Souza; REIS, José; MARQUES, Maria Manuel Leitão. O Estado e as transformações recentes da relação salarial (A transição para um novo modelo de regulação da economia). In: **Temas de direito do trabalho: direito do trabalho na crise – poder empresarial – greves atípicas**. IV Jornadas Luso-Hispano-Brasileiras de Direito do Trabalho. Coimbra: Coimbra, 1990.
- SCHWARTZ, Gilson. O Estado global e o neo-cinismo. **Momento**, ano 3, n. 14, maio/jun. 1997.
- SCHOECK, Helmut. **Diccionario de Sociologia**. Barcelona: Herder, 1985.
- SILVA, Antonio Álvares da. O novo mundo do trabalho. **Del Rey Revista Jurídica**, Belo Horizonte, n. 2, abr. 1998.
- SILVA, Floriano Corrêa Vaz da. Constitucionalismo social. In: **Curso de direito constitucional do trabalho: estudos em homenagem ao professor Amauri Mascaro Nascimento**. Coord. Arion Sayão Romita. São Paulo: LTr, v. 1, 1991.
- SILVA, Moacyr Motta da; VERONESE, Josiane Rose Petry. **A tutela jurisdicional dos direitos da criança e do adolescente**. São Paulo: LTr, 1998.

SILVA, Reinaldo Pereira e. A flexibilidade no direito do trabalho na perspectiva neoliberal. **Revista Síntese Trabalhista**, Porto Alegre, n. 100, out. 1997.

_____. **O mercado de trabalho humano: a globalização econômica, as políticas neoliberais e a flexibilidade dos direitos sociais**. São Paulo: LTr, 1998a.

SILVA NETO, Manoel Jorge e. **Curso de direito constitucional do trabalho**. São Paulo: Malheiros, 1998.

_____. Manoel Jorge e. Notas sobre a eficácia da norma constitucional trabalhista. In: **Constituição e Trabalho**. Coord. Manoel Jorge e Silva Neto. São Paulo: LTr, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A farsa do neoliberalismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

SOUZA, Sérgio Alberto de. Globalização: o porquê do desemprego. **Revista Síntese Trabalhista**, Porto Alegre, n. 99, set. 1997.

_____. Reengenharia social e depreciação do trabalho: como e por quê? In: **Trabalho & Doutrina Processo Jurisprudência**. São Paulo: Saraiva, n. 15, dez. 1997.

STRAYER, Joseph R. **Sobre los orígenes medievales dei Estado moderno**. Barcelona: Ariel, 1981.

SÜSSEKIND, Arnaldo. **Manual da Justiça do Trabalho**. 2. ed. Rio de Janeiro: F. Bastos, 1944.

_____. **Direito internacional do trabalho**. 2. ed. São Paulo: LTr, 1987.

SÜSSEKIND, Arnaldo; MARANHÃO, Délio; VIANNA, Segadas. **Instituições de direito do trabalho**. 9. ed. Rio de Janeiro: F. Bastos, v. 1, 1984.

TEIXEIRA FILHO, João de Lima *et al* . **A modernização da legislação do trabalho**. São Paulo: LTr, 1994.

TRINDADE, Washington Luiz. As normas laborais nas constituições modernas. In: **Trabalho & Doutrina Processo Jurisprudência**. São Paulo: Saraiva, n. 15, dez. 1997.

VARGAS, Luiz Alberto de; FRAGA, Ricardo Carvalho. Em defesa do direito do trabalho contra a "flexibilização" no Terceiro Mundo. In: **Perspectivas do Direito do Trabalho**. Coord. Beinusz Szmukler. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1993.

VIAGGIO, Julio Jose. En torno a la problemática actual del derecho dei trabajo. In: **Perspectivas do direito do trabalho**. Coord. Beinusz Szmukler. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1993.

VIANNA, José de Segadas. **Greve**. Rio de Janeiro: Renovar, 1986.

VICENTINO, Cláudio. **História Geral: Idade Média, Moderna e Contemporânea** Incluindo a Pré-História, Grécia e Roma. São Paulo: Scipione, 1991.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Elementos para uma crítica do Estado**. Porto Alegre: S. A. Fabris, 1990.

XAVIER, Bernardo da Gama Lobo. Direito do trabalho na crise (Portugal). In: **Temas do direito do trabalho: direito do trabalho na crise – poder empresarial – greves atípicas**. IV Jornadas Luso-Hispano-Brasileiras de Direito do Trabalho. Coimbra: Coimbra, 1990.